UNESP
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

Tatiane Marina Pinto de Godoy

O Espaço da Produção Solidária dos Catadores de Materiais Recicláveis
– Usos e Contradições –

Orientadora: Profª Drª Silvana Maria Pintaudi

Dissertação elaborada junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Rio Claro/SP – 2005

910h.3 Godoy, Tatiane Marina Pinto de
G589e O espaço da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis: usos e contradições / Tatiane Marina Pinto de Godoy. – Rio Claro : [s.n.], 2005
162 f. : il., figs., gráfs., tabs., fots., mapas

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Silvana Maria Pintaudi

1. Geografia urbana. 2. Espaço urbano. 3. Economia solidária. 4. Reprodução das relações sociais. 5. Cooperativa de catadores. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Silvana Maria Pintaudi

Prof. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

Prof. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

Tatiane Marina Pinto de Godoy
- aluno (a)

Rio Claro, 17 de agosto de 2.005

Resultado: Aprovado

Esta dissertação é dedicada....

....à minha família.

Agradecimentos

A realização desta pesquisa não seria possível sem a contribuição de algumas pessoas muito importantes:

Em primeiro lugar agradeço à Prof. Dra. Silvana Maria Pintaudi pela orientação acadêmica, e também pela orientação de vida. Agradeço pela oportunidade de poder conviver quase todos os dias, aprendendo não só a teoria, mas também a prática. Pela confiança depositada em mim e no meu trabalho.

À Prof. Titular da USP Ana Fani Alessandri Carlos, pelas aulas d'A cidade e o urbano na obra de Henri Lefèbvre, que muito me ajudaram nesta dissertação, bem como por suas contribuições no Exame Geral de Qualificação.

À Prof. Dra. Silvia Ap. G. Ortigoza, pelas aulas e pela participação e contribuição no Exame Geral de Qualificação.

Ao Prof. Dr. Rolando Berríos, pelas aulas e sugestões em um tema bem conhecido por ele.

À Fabiane Pizzirani, uma amiga que descobri no início deste percurso, com quem tive o prazer de conviver durante as idas e vindas de São Paulo para as aulas da USP.

Ao Darci César de Lima, amigo querido, com quem convivo todos os dias no Observatório Territorial, pelo seu carinho e apoio nestes últimos meses.

Ao Renato Barboza dos Anjos pelo convívio diário no Observatório Territorial, por sua amizade e competência profissional.

Ao Carlos Henrique da Costa Silva, Rico, irmão de orientação, e sempre levantando meu astral.

Ao Marcio Toledo, pela amizade e também pelo abstract.

À Dona Inair Francisca da Rocha Marcelino, presidente da Cooperviva, pelas entrevistas e visitas.

À Luci Helena Wendel Ferreira, diretora do departamento de Serviço Social da Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Rio Claro no período de 1997 a 2004.

Ao Luís Antônio Seraphin, diretor do departamento de resíduos sólidos da Secretaria de planejamento, desenvolvimento e meio ambiente – SEDEPLAMA/PMRC.

Ao Jean Midglason Monteiro Neves, assistente social da Secretária de Ação Social/PMRC.

À Andréa Carneiro Pirani, analista de planejamento Secretaria de planejamento, desenvolvimento e meio ambiente – SEDEPLAMA/PMRC.

Aos colegas de pós-graduação, especialmente Judite, Amanda Gonçalves e Pedro Henrique – BH.

À Mônica e Meire, pelo trabalho competente na biblioteca e pelo carinho com que me atendem desde o primeiro ano da graduação.

À FAPESP, pela bolsa concedida.

E por último aqui, mas em primeiro lugar no meu coração, à minha família – José Armando (pai), Sueli (mãe) e Bruno (irmão), pelo apoio em todos os momentos e que perseguiram junto comigo o sonho de estudar e ser uma pessoa melhor. A eles devo tudo, não apenas meu lugar neste mundo, mas as bases que me sustentam, o amor e o carinho que comigo compartilham...

O conhecimento do espaço – o conhecimento
do que nele se faz, do que nele se passa e do que
dele se serve – retoma a dialética, pois a análise detecta
e revela contradições do espaço.(...) Há contradições específicas que
se manifestam, tais sejam a contradição entre centros
e periferias, que vão encontrar também na economia
política, na ciência política, na teoria da realidade urbana,
na análise de todos os processos mentais e sociais.

Henri Lefèbvre
A Reprodução das Relações de Produção – 1973.

SUMÁRIO

Índice.....II

LISTA DE MAPAS E FIGURAS.....III

LISTA DE GRÁFICOS.....III

LISTA DE QUADROS E TABELAS.....III

LISTA DE FOTOS.....IV

RESUMO.....V

ABSTRACT.....VI

Introdução.....1

Capítulo I.....13

Capítulo II.....62

Capítulo III.....112

Reflexões Finais 141

Bibliografia.....146

Índice

Introdução.....1

Capítulo I – Condições atuais de empreendimentos solidários de coleta seletiva.....13

- *Economia Solidária: a proposta de uma globalização contra-hegemônica.....14*
- *Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis.....28*
- *Um caso concreto: a Cooperviva de Rio Claro/SP.....35*

Capítulo II - A sociedade do descartável – objetos e pessoas sem retorno?.....62

- *As mudanças nas relações de trabalho e as novas formas de reprodução da vida.....63*
- *Os Catadores de Materiais Recicláveis.....76*
- *Lixo: a nova mercadoria.....90*
- *A bases da reprodução da vida na cidade.....104*

Capítilo III – A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista.....112

- *As relações entre o local e o global nos sistemas alternativos de produção.....113*
- *As cooperativas de catadores de materiais recicláveis são emancipatórias?.....127*

Reflexões Finais 141

Bibliografia.....146

MAPAS E FIGURAS

MAPA 1. RIO CLARO/SP E A COLETA SELETIVA REALIZADA PELA COOPERVIVA.....47
MAPA 2. RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM RIO CLARO EM 2000 SEGUNDO CENSO IBGE.....51
FIGURA 1. O COOPERATIVISMO NO BRASIL EM NÚMEROS.....21
FIGURA 2. PLANTA DA SEDE DA COOPERVIVA.....38

GRÁFICOS

GRÁFICO 1. AS COOPERATIVAS POR RAMOS.....22
GRÁFICO 2. NÚMERO DE COOPERADOS POR RAMO.....23
GRÁFICO 3. EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE COOPERATIVAS REGISTRADAS PELA OCB DESDE 1990.....24
GRÁFICO 4. NÚMERO DE COOPERATIVAS POR REGIÃO DO BRASIL.....25
GRÁFICO 5. MÉDIA MENSAL DE MATERIAIS COLETADOS – 2004 48

QUADROS E TABELAS

QUADRO 1. PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO.....27
TABELA 1. BAIRROS ONDE MORAM OS CATADORES COOPERADOS.....52
TABELA 2. SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO.....52
TABELA 3. NÚMERO DE CÔMODOS EM QUE MORAM OS COOPERADOS.....53
TABELA 4. GASTOS COM ALUGUEL.....53
TABELA 5. GASTOS COM FINANCIAMENTO DA CASA PRÓPRIA.....54
TABELA 6. GASTOS COM ALIMENTAÇÃO.....54
TABELA 7. GASTOS COM ÁGUA.....54
TABELA 8. GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA.....55
TABELA 9. GASTOS COM TRANSPORTE.....55
TABELA 10. GASTOS COM GÁS.....55
TABELA 11. GASTOS COM MEDICAMENTOS.....56
TABELA 12. PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS.....56
TABELA 13. RENDA FAMILIAR.....57
TABELA 14. OUTROS TRABALHOS REALIZADOS PELOS DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA.....57
TABELA 15. RENDA PER CAPTA.....58
TABELA 16. NÚMERO DE DEPENDENTES POR COOPERADO.....58

TABELA 17. LOCAL DE NASCIMENTO.....59
TABELA 18. TEMPO DE MORADIA.....59
TABELA 19. SITUAÇÃO CONJUGAL DOS CHEFES DE FAMÍLIA.....60
TABELA 20. TEMPO NA ATIVIDADE DE COLETA.....80
TABELA 21. ESTADO CIVIL.....80
TABELA 22. ATIVIDADE DO(A) COMPANHEIRO(A).....81
TABELA 23. NÚMERO DE DEPENDENTES.....81
TABELA 24. TIPO DE MORADIA.....82
TABELA 25. NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....82
TABELA 26. OUTRAS RECEITAS.....83
TABELA 27. SAÚDE DOS CATADORES.....83
TABELA 28. TEMPO DE PARTICIPAÇAO NA COOPERATIVA.....84
TABELA 29 RENDIMENTOS OBTIDOS COM A ATIVIDADE.....84
TABELA 30. QUANTIDADE COLETADA DE MATERIAL RECICLÁVEL.....85
TABELA 31. QUANTIDADE COLETADA X REMUNERAÇÃO.....85
TABELA 32. PREÇO DO MATERIAL RECICLÁVEL.....97

FOTOS

FOTO 1. CARRINHO MANUAL USADO POR CATADORES.....30
FOTO 2. CATADORES ORGANIZADOS NO 1º ENCONTRO NACIONAL DE CATADORES EM BRASÍLIA (2001).....32
FOTO 3. CATADORES GARIMPANDO ATERRO.....36
FOTO 4. DEVOLVER A AUTO-ESTIMA: TRANSFORMAÇAO NA APARÊNCIA DOS CATADORES.....37
FOTO 5. VISTA GERAL DA SEDE DA COOPERVIVA.....38
FOTO 6. MEMBROS DA COOPERVIVA.....40
FOTO 7. PRENSA ELÉTRICA E BALANÇA DA COOPERVIVA.....41
FOTO 8. ESCRITÓRIO DA COOPERVIVA.....41
FOTO 9. CAMINHÕES CEDIDOS PROVISORIAMENTE PELA PREFEITURA.....43
FOTO 10. COLETA DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS.....44
FOTO 11. COLETA REALIZADA NOS DOMICÍLIOS.....45
FOTO 12. FOLHETO EXPLICATIVO DISTRIBUÍDO PELA COOPERVIVA.....46
FOTO 13. CATADORA DE RUA.....46
FOTO 14. CATADOR PARTICIPANTE DO I ENCONTRO NACIONAL DE CATADORES: ARTICULAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA SOLUCIONAR SEUS PROBLEMAS.....86

RESUMO

Esta dissertação discute a reprodução das relações sociais através da atividade, essencialmente urbana, desempenhada por catadores de materiais recicláveis. O aprofundamento teórico e metodológico, bem como o estudo de uma realidade determinada, mostram-se neste momento através da análise do espaço geográfico a partir de um objeto de estudo – as cooperativas de catadores e seu objeto de troca: os materiais recicláveis. A reprodução da vida de milhares de pessoas depende de um mercado que incluí circuitos econômicos de uma mercadoria, que para muitos é considerada lixo, mas que para outros tantos é objeto de troca. Para tanto, é necessária a análise espacial, social e econômica do mercado de materiais recicláveis, mais precisamente de empreendimentos pautados pela economia solidária, como são as cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Esse trabalho também discute a viabilidade e a possibilidade de emancipação destes empreendimentos.

Palavras-chave:

Espaço Urbano - Economia Solidária – Cooperativas de Catadores – Materiais Recicláveis
Reprodução das Relações Sociais

ABSTRACT

This dissertation discusses the reproduction of the social relationships through the essentially urban activity made by recycled materials catchers. As the theoretical and methodological deepening as the study of a determined reality are shown at this time through the analysis of the geographical space starting from a object of study - the cooperatives of catchers and their exchange object: the recycled materials. Thousands of people reproduction depends on this market that includs economic circuits of a product that some people consider garbage, but that is exchange object for so many other people. So, it is necessary the space, social and economic analysis of the recycled materials market, spetially by the solidary economy enterprises, as the recycled materials catchers cooperatives. That work also discusses the viability and the possibility of these enterprises emancipation.

Key-Words:

Urban Space - Solidary Economy - Cooperatives of Catchers - Recycled Materials – Reproduction of Social Relationships

Introdução

A dissertação que ora apresentamos pauta-se pela análise de empreendimentos de Economia Solidária, representados neste estudo pelas cooperativas de catadores de materiais recicláveis, no contexto de uma economia globalizada, o que nos indica os usos e contradições do espaço urbano.

A grande maioria dos estudos que se pautam por analisar o lixo leva em consideração apenas os seus aspectos ambientais, ou melhor, o impacto que este material causa à natureza. Reafirmamos a importância de tais estudos, mas o caminho que pretendemos trilhar neste trabalho também considera os aspectos econômicos, sociais e espaciais da questão. Esta pesquisa também pretende ser uma contribuição aos estudos urbanos através da análise das relações sociais que são estabelecidas entre os diversos agentes envolvidos no mercado de reciclagem, particularmente catadores de materiais recicláveis e cooperados, responsáveis por uma atividade econômica essencialmente desenvolvida no interior de nossas cidades.

A reciclagem de materiais vem sendo colocada como a melhor destinação para o volume cada vez maior de lixo produzido pelas cidades. No entanto, a cadeia produtiva envolvida em tal atividade, bem como, a constituição de cooperativas, inclusive com a participação de catadores de materiais recicláveis das ruas, indicando com isso uma inserção social de pessoas desempregadas que viviam do e no lixo não tem sido objeto de estudo por aqueles que reproduzem o discurso da necessidade de reciclar. Sabemos que é de vital importância este processo, não somente pelos benefícios ambientais, mas, também, pelos ganhos econômicos das indústrias.

Tal dissertação é uma continuação dos estudos iniciados ainda na Monografia de conclusão do curso de graduação em Geografia. Naquele momento estudávamos o mercado de reciclagem no município de Rio Claro, o que significava mostrar que além dos estabelecimentos comerciais representados por Depósitos de Ferro Velho e Comércio de Sucatas, tal ramo da economia inclui um grande número de trabalhadores informais representados pelos catadores de materiais recicláveis das ruas. A situação de exploração do trabalho destas pessoas nos motivou a estudar uma das alternativas de emancipação destes catadores autônomos, representadas pelas

cooperativas como uma maneira de formalização do trabalho e conseqüente inclusão social.

A cooperação da atividade de coleta de materiais recicláveis na cidade é a solução colocada por instituições sociais e algumas administrações municipais para a grave questão do lixo que se acumula atualmente concomitantemente ao número cada vez maior de pessoas que tiram deste lixo o seu meio de reprodução. Neste sentido, seriam as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, formadas por ex-catadores autônomos, a melhor alternativa para a formalização destes trabalhadores e sua inserção social.

As cooperativas de catadores se constituem em uma forma de comércio, e sua análise geográfica envolve padrões de localização, estrutura de distribuição de suas mercadorias, bem como a função dessa atividade. Como uma forma de comércio, a cooperativa tem como objetivo a associação entre "iguais" e não o contrato entre "desiguais" (SINGER, 2002, p. 9), isto significa que os sócios desta empresa representados pelos ex-catadores das ruas estariam unidos em busca de melhores condições de concorrer no mercado.

No momento histórico em que nos encontramos, em que a característica fundamental do modo de produção vigente "está enraizado na ideologia de uma produtividade não-reprodutiva" conforme escreveu Sloterdijk (1999, p. 90-91) e que o processo de acumulação global do capital exclui grandes setores da população mundial, indicando que o capitalismo contemporâneo não precisa dos mais pobres para se reproduzir, podemos observar que

> a mensagem enviada a estes setores é bem explícita: para todos os efeitos práticos, passaram a ser redundantes na acumulação global de capital: redundantes como produtores, na medida em que desempenham atividades de baixa produtividade e reduzido valor agregado; redundantes como consumidores, na medida em que o seu poder aquisitivo é tão sumamente reduzido que, como diz com ironia Moody (1997), a sua participação na sociedade de consumo consiste fundamentalmente em sair à rua para "ver vitrines". [1]

[1] RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. de S. (org.) **Produzir para Viver.** Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002. p. 332.

Perguntamos-nos, portanto, de que maneira estas pessoas poderão se reproduzir. Trata-se de uma questão central da presente dissertação, ou seja, qual o significado de uma empresa solidária local frente às estratégias de reprodução do capital, o que inclui a (re)produção do espaço.

Para responder a estas e algumas outras questões que esta pesquisa se propôs, temos como referencial teórico a Geografia Crítica, partindo-se da articulação dialética entre as relações sociais de produção e a reprodução do espaço para explicar uma forma de comércio materializada na cidade que se utiliza dos restos do consumo como mercadoria.

A análise das cooperativas de catadores de material reciclável como uma forma de comércio e ao mesmo tempo como um sistema alternativo de produção, levou-nos à pesquisa de um extenso referencial bibliográfico. Utilizamos-nos de textos que tratam especificamente da Produção do Espaço, Geografia do Comércio, Economia Solidária, Mercado Informal, Modo de Produção e Hábitos de Consumo.

Para entender a dinâmica espacial das cooperativas de catadores é necessário ter em mente que o espaço é a dimensão mais material da realidade social. "O espaço, objeto de estudo da geografia, é produto e condição de reprodução das relações sociais que os homens estabelecem entre si para se apropriar da natureza, o que fazem através do trabalho". [2] Assim, "o conhecimento do espaço – o conhecimento do que nele se faz, do que nele se passa e do que dele se serve – retoma a dialética, pois detecta e revela contradições do espaço" (LEFÈBVRE, 1973, p.17).

Uma importante contribuição para o desenvolvimento da pesquisa é o estudo das cooperativas no contexto da Economia Solidária, tema este que vem ganhando importância nas discussões sobre políticas públicas. Visto que o modo de produção em vigor tem gerado uma massa cada vez maior de excluídos do trabalho formal busca-se com a Economia Solidária uma alternativa de economia centrada na reprodução do trabalho e não na acumulação de capital.

> Isto significa realizar outros arranjos sociais para promover a valorização e o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, organizando, de maneira cada vez mais adequada e justa, o uso dos recursos materiais e a aplicação dos conhecimentos e experiência para satisfazer as necessidades de todos, conforme os modos de

[2] Este é o conceito de espaço geográfico utilizado em pesquisas e publicações por Silvana M. Pintaudi.

> consumo racionais, em plena harmonia com a natureza. (CORAGGIO in: PINTAUDI, 2002, p.17).

Iniciativas locais, como são as cooperativas de catadores, são a materialização de estratégias de desenvolvimento humano com vistas a novas referências do ponto de vista da produção, distribuição, troca e consumo.

Os dados apresentados nos estudos sobre o mercado informal nos apontam a importância de empreendimentos como os pretendidos pela Economia Solidária. De acordo com estatísticas apresentadas pelo CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem) cerca de 200 mil pessoas viviam do lixo no Brasil no ano de 1999. Outras informações já nos dão conta que atualmente este número chega a 500 mil pessoas em todo o país. A informalidade é uma característica importante no ramo do comércio de resíduos sólidos e ela é bastante perceptível nas grandes e médias cidades onde existe um número expressivo de pessoas empurrando carrinhos cheios de papelão, garrafas plásticas entre outros tipos de materiais. Como referência aos estudos sobre o mercado informal, a Cepal (apud RODRÍGUEZ, 2001) coloca que a economia informal foi a fonte da maior parte dos empregos criados na década de 1990 na América Latina. Para os geógrafos que concebem a cidade como materialidade social e por isso um conjunto de forças, onde pobres e ricos devem ser considerados, as lutas que se travam nesse espaço são muito importantes de serem avaliadas, pois, acima de tudo, são lutas de classe (ORTIGOZA, 2001, p. 48). A autora demonstra em seu trabalho como os pobres têm algum poder no espaço articulado para o capital mundial e afirma que

> Muitas vezes os pobres **sujeitam-se** às normas globais, mas em outras eles **reagem** invadindo prédios, executando saques, realizando manifestações. Outras vezes ainda eles se **articulam** ao processo global, criando mecanismos de sobrevivência (ORTIGOZA, 2001, p.49).

Uma destas maneiras de articulação ao processo global é bem demonstrada por Rodríguez (2001) quando relata as experiências das economias populares. Seu trabalho tem como tema um estudo prático que incide sobre uma iniciativa popular de organização econômica em Bogotá e em outras cidades da Colômbia. Para Rodríguez (2001, p. 334) os membros das classes populares formadas por trabalhadores que ganham apenas o salário mínimo, os vendedores ambulantes, os catadores de materiais recicláveis, as empregadas domésticas, os indigentes de todas as idades e as milhares de pessoas que prestam todo o tipo de serviços nas ruas, alimentam uma

economia urbana de baixo custo, que lhes permite o acesso a bens e serviços indispensáveis para a sobrevivência.

Assim, estas economias populares acabam se articulando ao processo global. Vejamos o caso dos catadores informais, popularmente conhecidos como catadores de lixo. Estes trabalhadores autônomos, embora não sejam considerados e nem se apercebam disso, são "empregados" das grandes indústrias recicladoras, pois às indústrias que de qualquer maneira (envolvendo um número menor ou maior de intermediários) são destinados os materiais recolhidos nas ruas. Dessa forma "as economias populares são fonte de produtos, serviços e mão-de-obra barata para o setor moderno da economia" (RODRÍGUEZ, 2002, p. 334).

O trabalho informal desenvolvido pelos catadores das ruas é o caminho buscado para sobrevivência de uma massa cada vez maior de pessoas. Não se deve esquecer, no entanto, que o trabalho informal não é passível dos benefícios que recebem os trabalhadores formais e que, por isso, essas pessoas terão que trabalhar a vida toda para conseguir sobreviver, ou, viver da misericórdia de outrem. Esta deve ser uma das preocupações de todas as instâncias dos governos, seja nas administrações municipais, estaduais ou na esfera nacional.

A exclusão social de que são vítimas os catadores também é um tema importante a ser debatido. Este é um dos dois problemas fulcrais colocados por Rodríguez (2001, p. 344). Para o autor há um círculo vicioso que perpetua o empobrecimento dos catadores.

> "Trata-se da exploração econômica derivada da estrutura do mercado da reciclagem e da conduta dos seus atores dominantes (isto é, grande indústria e os intermediários), por um lado, e a dramática exclusão social de que são alvos os recicladores, por outro". (RODRIGUEZ, 2001, p. 344).

Os catadores de materiais recicláveis são colocados pela sociedade como os mais pobres entre os pobres. Tudo isto resulta na autodepreciação destes trabalhadores que não se importam mais com a própria aparência e hábitos de higiene e de conduta. Eles aceitam a imposição da sociedade de que nada mais são do que aquilo que coletam, e nos dizeres de Rodríguez (2001) são tratados como "descartáveis".

Os empreendimentos de cooperativas de catadores têm como uma de suas funções resgatar a cidadania de seus cooperados. Iniciativas como a coleta seletiva do município de Rio Claro são um exemplo do emprego de mão-de-obra de ex-catadores

de lixões e aterros. Com a ajuda inicial do governo municipal, catadores que antes trabalhavam nos lixões e aterros da cidade de forma competitiva e até mesmo agressiva entre eles mesmos, disputando cada espaço para garimpagem do lixo, uniram-se e formaram a Cooperviva, uma cooperativa de catadores que coleta material reciclável na fonte, isto é, nas residências e não mais nos aterros.

O empreendimento de cooperativas de catadores é, portanto, mais do que uma fonte de renda para seus associados, ele é a perspectiva de uma inclusão social conseguida através da formalização do trabalho do catador. Desta maneira, as iniciativas locais, como são as cooperativas de catadores, seriam tentativas de uma globalização contra-hegemônica que visa à inclusão e formalização de uma massa de trabalhadores que estão à margem da cidadania.

Queremos neste momento salientar que entre as questões dessa dissertação está essa: de que maneiras são estabelecidas as ligações entre o local e o global nos sistemas alternativos de produção? Tal estudo envolve a análise do objeto de estudo como uma materialidade social, frutos de uma iniciativa econômica e social, visando o reaproveitamento de materiais descartáveis e a utilização de uma mão-de-obra excluída dos outros setores da economia. Não devemos nos esquecer que as cooperativas de catadores de materiais recicláveis são formas comerciais e que, por essa razão precisam vender seus produtos para os sistemas capitalistas de produção, dependendo assim das grandes indústrias para a manutenção da cooperativa.

Um dos pontos centrais de nossa pesquisa está o de desvendar de que maneira uma iniciativa local de Economia Solidária que consiste na produção e distribuição de bens e serviços insere-se no contexto de economia globalizada. Como sobreviver e ao mesmo tempo articular-se ao processo global e como poder impor-se no mercado de reciclagem?

Trava-se no lugar a luta entre o global e local. De acordo com Ortigoza (2001, p. 53) "nesta luta a sociedade se destaca, pois é através de suas relações de produção no espaço, que são reproduzidos os lugares". O lugar, onde se encontra a fonte de objetos recicláveis, é marcado pela forma de reprodução social que prima pelo consumo. O consumo, por sua vez, é quem garante ao catador de rua sua fonte de subsistência.

Outro caminho de nossa pesquisa é a da luta nacional dos catadores implementada por organizações não governamentais que visam o reconhecimento e a formalização do trabalho realizado por milhares de pessoas em todo o país. A

articulação entre catadores das diferentes regiões do Brasil pôde ser verificada no I Encontro Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis realizado em Brasília no mês de junho de 2001. Reunidos em cerca de 1400 pessoas, representando 17 estados, os catadores discutiram como enfrentar a exploração de sua mão-de-obra por parte de atravessadores e empreendedores privados e como garantir a continuidade das cooperativas formadas, já que há um temor referente à privatização dos sistemas de coleta seletiva que podem trazer novamente a exclusão social[3].

Outra vertente a ser explorada em nossa pesquisa é a discussão do lixo enquanto mercadoria. Como exemplo de estudos já realizados, temos os trabalhos de Rodrigues (1998 e 2001) nos quais a autora discute qual o papel do lixo como mercadoria, quando afirma:

> O lixo tornou-se uma 'mercadoria'. Era 'resto' de um valor de uso e adquiriu um 'novo' valor de troca. Mercadoria *sui generis*, pois é descartável para uns, que não se preocupam como valor de troca (os moradores em geral), ao passo que para outros o valor de troca é um atributo. (RODRIGUES, 1998, p. 138).

O lixo só tem valor enquanto mercadoria para os agentes do seu circuito de distribuição, que incorporam valor ao material reciclável através do trabalho humano. Para os outros setores da sociedade o lixo é apenas resto de um valor de uso.

Para sua reprodução o mercado da reciclagem tem como forte aliado os hábitos de consumo da população. Devemos assim partir da forma como a produção se realiza, ou seja, através do consumo. "Colocado como a grande perversão do nosso tempo através do papel que representa na vida coletiva e na formação do caráter dos indivíduos, o consumo é para Baudrillard (1970, p. 114) o motor na sociedade atual" (GODOY, 2002, p. 59). Esta mesma sociedade recebeu várias denominações dentre as quais podemos destacar "sociedade burocrática de consumo dirigido" (LEFÈBVRE, 1975) e "sociedade de consumo" (BAUDRILLARD, 1972). Mas esta não é apenas uma simples sociedade de consumo, para Mészáros (APUD SANTOS, 2000, p.35) esta é uma "sociedade de consumo que produz desperdícios".

Estes desperdícios são visivelmente perceptíveis nas cidades através da elevada produção de lixo urbano. Para Rodrigues (1998, p. 209) a compreensão do

[3] Informações obtidas através do Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro, disponível no site: http://www.lixo.com.br

processo de produção sócio-espacial responsável pela geração de resíduos está ligada ao entendimento desde a exploração da matéria-prima até o descarte no consumo final. Salienta-se assim, que a responsabilidade pelo acúmulo de restos do consumo não é somente do consumidor final, a produção também participa de tal processo quando idealiza produtos "duráveis" para oito ou dez meses. Aliado a isto temos também a moda, "manivela do consumo" para Milton Santos (2000, p. 35) pela criação de novos objetos que se impõem ao indivíduo. Como a moda muda constantemente, a necessidade por novos objetos também muda.

Sloterdijk (1999) mostra que o conceito de diversidade e pluralidade da espécie humana possui um potencial explosivo que engendrou nos últimos séculos reações em cadeia. As idéias desse autor nos são instigantes, particularmente na terceira parte do livro que trata da nossa era atual. A idéia de durabilidade – *sustainability* – mostra a contradição entre o modo de vida capitalista – *way of life* – e a longa durabilidade como duas grandezas que se excluem. O autor nos alerta para o fato de que, assim como os produtos sem retorno (descartáveis), matérias-primas sem retorno (recursos naturais finitos), espécies sem retorno e os biotopos e atmosferas sem retorno, os últimos homens, portanto nossa geração, também se mostra através de indivíduos sem retorno. À medida que indivíduos passam a ser "descartáveis" no processo de acumulação global do capital da mesma maneira como são produzidos objetos sem retorno,

> os últimos homens não podem deixar de tirar conclusões para si mesmos ao contemplar as últimas coisas e últimas naturezas. Razão pela qual a hiperpolítica – seja o que mais ela for – é a primeira política para os últimos homens. Na medida em que organiza a capacidade de convívio dos últimos, deve fazer um desafio de exigências sem precedentes; ela está diante da missão de fazer da massa dos últimos uma sociedade de indivíduos que aceitam continuar desempenhando o papel de intermediários entre ascendentes e descendentes[4].

A nossa pergunta na dissertação que agora apresentamos é de que maneira é possível a sobrevivência de um empreendimento solidário no modo de produção capitalista. Qual o significado de uma empresa solidária local frente às estratégias de reprodução do capital, o que inclui a reprodução do espaço? A nossa análise parte da premissa que o espaço, objeto de estudo da Geografia, é produto das relações sociais que os homens, através do trabalho, estabelecem entre si para se apropriar da

[4] SLOTERDIJK, P. No mesmo barco. Ensaio sobre a hiperpolítica. 1999, p. 92.

natureza, e que este mesmo espaço é condição para reprodução destas relações sociais. A cooperativa de catadores de materiais recicláveis fundamentada nos princípios solidários que visam à reprodução do trabalho e não a acumulação do capital se contrapõe e ao mesmo tempo está inserida no modo de produção capitalista vigente em nossa sociedade. Pretendemos, dessa forma, discutir a viabilidade de tais empreendimentos e quais as suas relações com a reprodução das relações sociais e conseqüentemente produção do espaço.

Cabe, portanto, verificar de que maneira os restos do consumo de uma parte da população tornam-se fonte de subsistência para catadores de recicláveis através de cooperativas de reciclagem e fonte de lucros elevados para as grandes indústrias recicladoras. Desta maneira a importância deste trabalho não se resume em apenas avaliar cooperativas de reciclagem como formas comerciais materializadas no espaço e que têm como mercadoria os restos do consumo da sociedade, mas discutir de que maneira este sistema alternativo de produção se articula ao modo de produção capitalista.

Objetivos

O espaço como dimensão mais material da realidade social nos possibilita a visualização de como as relações sociais de produção reproduzem as desigualdades características do modo de produção capitalista. Isto pode ser especialmente verificado nas cidades. Uma observação, com fundamentos críticos, é capaz de distinguir onde vivem ricos e pobres nas cidades capitalistas e de que maneira ricos e pobres se reproduzem. Assim é também visualmente perceptível o número cada vez maior de catadores que se utilizam do lixo como meio de trabalho.

O lixo, resto de valor de uso para a sociedade em geral, tornou-se valor de troca para muitas pessoas que estão às margens dos mecanismos formais de reprodução. Tendo em vista o contingente envolvido neste processo tornam-se de grande importância os estudos que possibilitem um maior entendimento desta realidade, bem como possam dar algumas respostas que auxiliem iniciativas públicas e não governamentais.

Sendo assim, o objetivo central desta dissertação busca entender a forma, a estrutura e a função da cooperativa de reciclagem, como sendo um sistema alternativo

de produção inserido no modo de produção capitalista, bem como contribuir para a formulação de políticas públicas que auxiliem a reprodução de tal iniciativa.

Outros objetivos que se destacam são:

- Estudar a cooperativa de reciclagem na sua forma, estrutura e função, analisando ainda as relações de suas formas comerciais materializadas no espaço em que estão inseridas.
- Discutir de que maneira os sistemas alternativos de produção podem impor-se dentro do sistema capitalista de produção, ou seja, como a cooperativa de catadores se mantém frente à racionalização dos processos de produção e, conseqüentemente, do processo de racionalização do espaço;
- Analisar de que maneira estes empreendimentos inserem-se no competitivo mercado da reciclagem, verificando sua participação no mercado e os espaços a eles destinados como nichos econômicos;
- Discutir em que momento e como o resíduo sólido urbano torna-se uma nova mercadoria.

Fundamentação Teórica e Metodológica

Neste estudo, a análise do comércio e consumo de materiais descartáveis nos leva a crítica do modo de produção e de consumo no e do espaço. O espaço é aqui entendido como produto e condição de reprodução das relações sociais de produção. Assim, o acúmulo do lixo produzido nas cidades, como produto das relações sociais é também condição para uma atividade econômica, baseada no mercado de reciclagem e que dentre outros agentes de seu circuito de distribuição tem o catador de materiais recicláveis como base do processo produtivo o qual depende exclusivamente dos restos do consumo dos mais ricos para sua reprodução.

O procedimento metodológico que nos possibilitará a realização desta análise está fundamentado em Lefèbvre (1978). Conhecido também como regressivo-progressivo, tal método reconhece uma dupla complexidade da realidade social manifestada na *horizontalidade* e na *verticalidade*. Nos dizeres de Martins (1996, p. 21) "essa dupla complexidade desdobra-se em procedimentos metodológicos que identificam e recuperam temporalidades desencontradas e coexistentes". Dividido em três etapas o método lefebvriano tem no seu primeiro momento a complexidade

horizontal da vida social reconhecida na descrição do visível e é nesse momento que se identifica e descreve a diversidade das relações sociais. Na sua segunda etapa, o método "mergulha na complexidade vertical da vida social", datando a coexistência de relações sociais que tem datas desiguais – é o analítico-regressivo. No terceiro momento o presente é reencontrado, "mas elucidado, compreendido, explicado". Assim, "a volta à superfície fenomênica da realidade social elucida o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido" [5].

Pretende-se com esta análise não apenas demonstrar a realidade atual das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, mas apresentar um enfoque genético que possibilite regressar ao atual considerando as interações das estruturas antigas com as estruturas recentes e descrever, analisar e explicar o crescimento de tais empreendimentos e sua relação com o espaço em que estão inseridos.

O fundamento teórico de nossa análise está baseado na teoria da reprodução das relações sociais. De acordo com Carlos (In: DAMIANI, 2001, p. 62), "o fio condutor da análise reside na tese segundo a qual, ao produzir sua vida (sua história, a realidade), a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico". Por isso o espaço geográfico é a materialização de relações sociais, que se dão através do trabalho, no momento de apropriação da natureza. Sendo o trabalho considerado como processo produtor do espaço, temos assim justificada a importância da análise que aqui pretendemos.

Este trabalho possui três elementos importantes para análise. Poderíamos dizer que na verdade trata-se de uma tríade: matéria (lixo) – trabalho – mercadoria. Analisando separadamente cada um destes elementos, no decorrer desta dissertação, veremos que é somente através do trabalho que a matéria-lixo se torna uma mercadoria. Assim, tornado mercadoria, é que o lixo participa novamente da reprodução. Portanto, estes elementos são fundamentais para o funcionamento do mercado da reciclagem e para o entendimento do que esta dissertação se propõe.

Esta dissertação se constitui em três capítulos, distribuídos conforme as temporalidades distinguidas no método lefebvriano. O primeiro capítulo "Condições atuais de empreendimentos solidários de coleta seletiva" contempla a problemática

---

[5] MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefèbvre e o Retorno a Dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 22.

geral, analisando a complexidade horizontal da vida social através da reconstituição da diversidade das relações sociais.

O capítulo 2 "A sociedade do descartável – objetos e pessoas sem retorno?" retoma questões da realidade escrita por meio de uma análise regressiva, apontando o momento das transformações nas relações sociais e no processo de massificação do consumo que originaram diferentes formas de reprodução, seja elas das relações sociais, sejam ainda dos diversos materiais transformados em mercadoria.

Por fim, o 3º capítulo " A economia solidária diante do modo de produção capitalista" visa retomar a realidade atual, após sua descrição e análise regressiva, tendo como objetivo colocar e, na medida do possível, esclarecer as contradições encontradas no presente através da análise histórica, propondo bases para o entendimento da dinâmica que envolve o nosso objeto de estudo, ou seja, o espaço como produto e condição da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis.

Nossas reflexões finais são pautadas pela discussão de um dos modos possíveis de pensar a cidade, através da obra lefebvriana, tendo como categoria de análise o conceito de (re) produção das relações sociais, que se materializa na produção-reprodução do espaço.

Fonte: http://blogs.law.harvard.edu/lixo/stories/storyReaders$66

Capítulo I

Condições Atuais de Empreendimentos Solidários de Coleta Seletiva

Fonte: GODOY, T. M. P. de (2002).

Condições Atuais de Empreendimentos Solidários de Coleta Seletiva

Este primeiro capítulo situa-se na etapa inicial do método lefebvriano. Caberá aqui analisar a complexidade horizontal da vida social através da reconstituição da diversidade das relações sociais.

Na sua primeira parte, o capítulo contempla a problemática geral, identificando a diversidade que envolve o nosso objeto de estudo no presente momento. A análise das cooperativas de catadores de materiais recicláveis envolve um estudo da situação geral de empresas autogestionárias que tem se proliferado no Brasil, especialmente com a escassez de emprego.

Num segundo momento o capítulo trata efetivamente das cooperativas de coleta seletiva e do ambiente que as envolve.

Na terceira parte mostraremos os resultados obtidos através da pesquisa de campo com aplicação de entrevistas e coleta de dados referentes ao objeto de estudo.

- ***Economia solidária: a proposta de uma globalização contra-hegemônica.***

É com destaque nas discussões atuais sobre alternativas à escassez de postos de trabalho que o tema Economia Solidária tem se tornado objeto de estudos e reflexões por aqueles que são responsáveis pela gestão local.

Para estudiosos como Singer (2002) a Economia Solidária é um modo de produção que se contrapõe ao capitalista por ter como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, princípios estes bem diferentes dos já conhecidos por nós e característicos do modo de produção capitalista como o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual[6]. A aplicação destes princípios produz sociedades diferenciadas. Se no capitalismo temos uma sociedade dividida em duas classes básicas: uma primeira, possuidora do capital e outra que, por não dispor de capital,

[6] SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

vende sua força de trabalho àquela que o possui. Já na Economia Solidária o que se almeja é a produção de uma sociedade com uma única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. Para o referido Autor o resultado natural da aplicação destes princípios se mostra na competição e desigualdade, no contexto do modo de produção capitalista e, na solidariedade e na igualdade, através da Economia Solidária.

A grande diferença entre economia capitalista e solidária está no modo como são geridas as empresas. A heterogestão ou administração hierárquica, formada por sucessivos níveis de autoridade onde as ordens e instruções partem de cima para baixo é característica capitalista.

> Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras. À medida que se sobe na hierarquia, o conhecimento sobre a empresa se amplia porque as tarefas são cada vez menos repetitivas e exigem iniciativa e responsabilidade por parte do trabalhador (SINGER, 2002 p. 17).

Aliada à hierarquia existe ainda a competição dentro da própria empresa entre os diferentes setores e grupos de empregados onde grupos rivais disputam, principalmente nas grandes empresas, a destinação dos fundos de investimento para que possam expandir o setor em que exercem o poder.

A autogestão, prática da empresa solidária, é uma administração democrática que precisa ter todos os sócios informados do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. O exercício de tal prática não é tão simples quanto parece à primeira vista porque exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária, pois além de cumprir tarefas da produção é necessário que se preocupem também com a administração e, conseqüentemente, com os problemas gerais da empresa. Daí pode surgir o desinteresse dos sócios na recusa a este esforço adicional exigido pela prática democrática. "A prática autogestionária corre o perigo de ser corroída pela lei do menor esforço"[7]. A insuficiente formação democrática é um perigo para a prática de autogestão. Principalmente em nosso país, em que por tantos anos fomos privados de escolher dirigentes políticos, democracia significa simplesmente ser representado e não participar diretamente da tomada de

[7] SINGER, 2002, p. 20.

decisões nas questões que nos afetam. Somente há pouco tempo e em alguns lugares é que se observa uma participação popular, iniciada na maioria das vezes pelos governos locais através de Orçamentos Participativos e demais formas de gestão democrática da cidade. Uma cultura de participação está apenas iniciada e pode ter a prática de autogestão como um primeiro passo para uma efetiva cidadania dos habitantes de nossas cidades.

Ainda assim, muitos empreendimentos com êxito econômico praticam a autogestão. Isto se concretiza porque seus sócios gostam de participar e "se realizam na luta por um outro modo de produção" (SINGER, 2002, p. 20).

> A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. (SINGER, 2002, p. 21).

Mas é em virtude da flexibilização e redução do número de postos de trabalho que se verifica atualmente em vários países, inclusive no Brasil, a proliferação de empresas do tipo autogestionárias.

> O aparecimento, em escala crescente, de empreendimentos autogestionários populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, é hoje fato indiscutível em nossa paisagem social, ademais de ser um fenômeno observado em muitos países, há pelo menos uma década (LAVILLE, 1994 apud GAIGER 2003).

A economia popular solidária pode ser caracterizada, portanto, como um conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade (TAUILE & DEBACO, 2003). Vista com grande otimismo por parte de algumas instituições, os empreendimentos de economia solidária são apontados como um sentido alternativo às políticas macroeconômicas propostas por organizações como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial ou ainda pelo Tesouro Norte-Americano e também se contrapondo às regras de comércio internacional gerada pela Organização Mundial do Comércio. (CORAGGIO In: PINTAUDI, 2002, p. 16-17).

Como bem frisa Coraggio (2002) as bases materiais que podem prover outra economia centrada na reprodução do trabalho e não na acumulação de capital não podem ser tratadas como uma proposta antimercado porque é só através de mercados regulados e liberados do monopólio que as trocas e intercâmbios, necessários para economia solidária, podem se tornar sustentáveis.

Nota–se que a comercialização é um aspecto fundamental nos empreendimentos de economia solidária por que é só através da troca que estes se tornam viáveis. Por isso reafirmamos a importância deste estudo no âmbito da Geografia, particularmente na Geografia Urbana, visto que é na dimensão mais material da realidade social, o espaço, que se encontra materializada a reprodução social. Entre as expressões dessa materialização encontram-se as "formas comerciais, cuja análise permite uma melhor compreensão do espaço urbano, na medida em que o comércio e a cidade são elementos indissociáveis (...)" (PINTAUDI In: CARLOS, 1999, p. 144).

O tema Economia Solidária vem ganhando grande dimensão com o envolvimento de ONGs, movimentos sindicais e redes de cooperação internacional como é o caso da Rede Urb-al[8]. O quadro promissor de resposta ao desemprego suscitou também o interesse de intelectuais para o problema da viabilidade desses empreendimentos a longo prazo, bem como para a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares, de socialização dos bens de produção e do trabalho[9]. O reconhecimento de uma nova expressão de ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares, fez também que setores da esquerda passassem a integrar a economia solidária em seus programas de mudança social e em sua visão estratégica de construção socialista (GAIGER,2003).

A emergência de práticas de relações econômicas e sociais que visam à sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo também apresenta-se sob outros títulos: economia social, sócioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular, economia de

[8] Programa de cooperação descentralizada e horizontal da Comissão Européia criado em dezembro de 1995, voltado para cidades, regiões e demais configurações territoriais da União Européia e da América Latina, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas e de qualidade de vida das populações, bem como das cidades, por meio de intercambio de experiências. (PINTAUDI, 2002, p.9).

[9] Luiz Inácio Gaiger – A economia solidária diante do modo de produção capitalista.

proximidade, etc. Primeiramente vale dizer que, economia popular e economia solidária ou os demais nomes que aparecem aqui não são sinônimos. A economia popular é um contexto propício para a economia solidária. Para Lopes (2003) [10], na economia popular encontram-se todas as iniciativas que não estejam integradas ao sistema capitalista formal, tal como a informalidade do autônomo, o trabalho doméstico, e as pequenas iniciativas de empreendedores individuais.

> Toda essa gama que se costuma intitular de informal pertence à economia popular. A partir do momento em que se agrega o elemento da cooperação, essas iniciativas assumem um potencial de emancipação desses sujeitos, não só do ponto de vista material, mas também humano. (LOPES, 2003, em entrevista ao site Ibasenet).

Dessa forma a Economia Solidária se concretiza em atividades que não estão ligadas ao setor público (estatais) nem à empresas capitalistas. Tais práticas são denominadas por Boaventura de Sousa Santos de *Sistemas Alternativos de Produção*[11]: iniciativas locais/globais que consistem na produção e distribuição não-capitalistas de bens e serviços, tanto em contextos rurais como urbanos através de cooperativas, mutualidades, sistemas de crédito, cultivo de terras ocupadas por camponeses sem-terra, sistemas de distribuição de água, comunidades pesqueiras, exploração ecológica da floresta, etc..

Outra característica importante da Economia Solidária é a formação de redes de cooperação. A troca de experiências tem possibilitado avanços importantes como a formação de um Grupo de Trabalho Brasileiro, organizado em 2001 após o I Fórum Social Mundial. O GT resultou na aproximação de organizações que trabalham com Economia Solidária no Brasil como a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Social/Central Única dos Trabalhadores), Cáritas, Ibase, Fase, Pacs, Unitrabalho, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e Rede Universitária de Incubadora de Cooperativas[12].

---

[10] Joao Roberto Lopes em entrevista concedida ao site Ibase. Disponível em <http://www.ibase.org.br>. Acesso em 01 de março de 2003.

[11] Este é um dos cinco temas de investigação selecionados pelo autor "em função do seu potencial para fazer emergir globalizações contra-hegemónicas nas próximas décadas". Ver mais em: <http://www.ces.fe.uc.pt>. Acesso em 12 de agosto de 2002.

[12] Fonte: Ibasenet - <http://www.ibase.org.br> .Acesso em 01 de março de 2003.

Destaca-se também o Programa URB-AL (http://www.europa.eu.int/comm/europeaid/projects/urbal/index_fr.cm), já citado anteriormente. A Rede 5 da URB-AL, denominada "Políticas Sociais Urbanas" realizou o Projeto Comum "Economia Solidária: um setor em desenvolvimento". Tal projeto visou a troca de experiências de diversas localidades, não só do Brasil, mas também de vizinhos latino-americanos e até mesmo de cidades européias: Bilbao (Espanha), Trelew (Argentina), Quito (Equador), Córdoba (Argentina), Ate (Peru), Paris (França), Guarulhos (Brasil) e Rio Claro (Brasil).

Não podemos deixar de citar também o interesse do governo federal em tal tema, o que suscitou a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária vinculada ao Ministério do Trabalho, cujo responsável é Paul Israel Singer, autor de algumas obras citadas neta dissertação.

Para Gaiger (2003) as experiências concretas de Economia Solidária, bem como os principais métodos de intervenção de agentes e organizações padecem do dilema de como ir além dos sucessos isolados e das ações focalizadas. Como produzir efeitos de uma integração vertical e horizontal das unidades econômicas, dando-lhes feições de uma real alternativa para a economia dos setores populares e dos trabalhadores em geral? A resposta do Autor é:

> O desafio maior parece consistir em romper fronteiras sociais-geográficas, superar limites mentais–políticos-institucionais e caminhar decididamente para convergências inclusivas, que sustentem uma ampla integração sistêmica da economia solidária, de modo a convertê-la em base social e econômica efetiva, tangível, de uma nova construção política hegemônica[13].

O que vemos atualmente é um grande otimismo em torno da Economia Solidária, mas, como bem diz Gaiger (2003) a falta de bases que sustentem sua integração sistêmica fará com que a multiplicação de iniciativas concretas depare-se em pouco tempo com a ausência de ambientes e de mecanismos de retro-alimentação, com o risco de virem a refluir e de estabelecer-se um quadro crítico de crescimento e posterior estagnação. Daí a importância da formação de redes de cooperação como mostramos anteriormente.

---

[13] GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária frente a novos horizontes**. Disponível em:<http://www.ecosol.org.br>. Acesso em 04 de março de 2004.

Por todas essas razões é que um debate mais aprofundado da realidade e viabilidade de empreendimentos solidários se faz necessário. A grande quantidade de conceituações e afirmações prematuras nos leva a tomar uma das formas de empreendimento solidário representado pelas cooperativas de catadores de lixo como um estudo prático das suas reais possibilidades.

Cooperativismo no Brasil

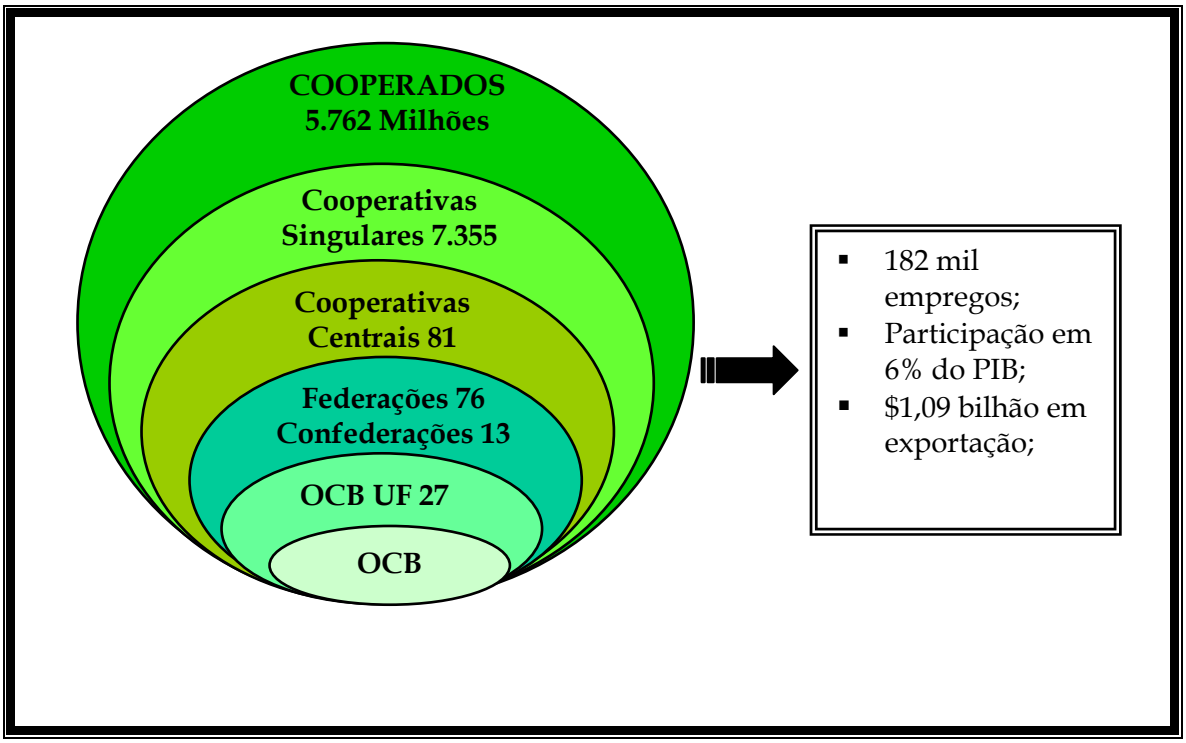
O crescente número de empreendimentos econômicos geridos por trabalhadores é a expressão de um novo solidarismo popular no Brasil. A profusão de iniciativas como associações informais ou grupos comunitários de produção, cooperativas e pequenas empresas vêm adquirindo visibilidade e densidade social.

Cabe aqui um destaque aos empreendimentos cooperativos que se caracterizam por um tipo de sociedade comercial, constituída por membros de determinado grupo social ou econômico, visando desempenhar em benefício comum, determinada atividade econômica. Como parte da Economia Solidária o sistema de cooperação é reconhecido como o mais adequado, participativo, democrático e justo ao atendimento das necessidades e interesses específicos dos trabalhadores.

O cooperativismo é dentre as modalidades de economia solidária a que mais cresce em todo o país. Dados da Organização das Cooperativas Brasileiras nos confirmam tais constatações:

FIGURA 1.

O COOPERATIVISMO NO BRASIL EM NÚMEROS



Fonte: Núcleo de Banco de Dados da OCB – Dez/2003.

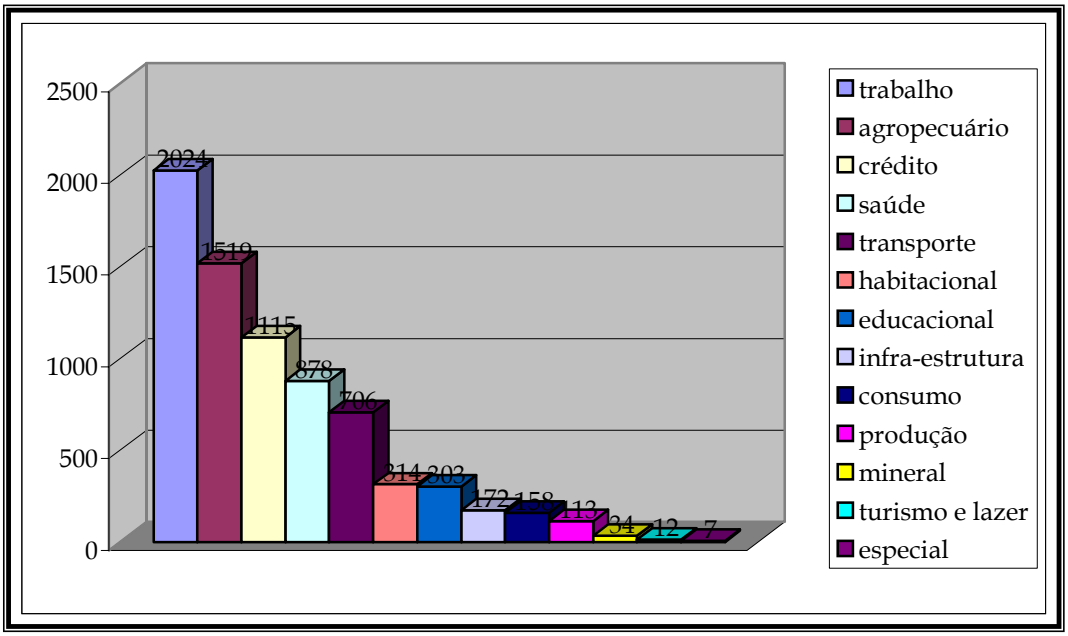
O cooperativismo no Brasil é representado na esfera governamental pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e pelas Organizações de Cooperativas Estaduais (OCES). Tais organizações, juntamente com as demais instituições como a ANTEAG, MST, Incubadoras de Cooperativas Populares, Federações das Cooperativas Brasileiras (FETRABALHO) e Cáritas, apóiam, agregam e articulam os diversos tipos de empreendimentos associativos e cooperativos.

Para a OCB são treze os ramos de cooperativas no Brasil:

- 1. agropecuário;
- 2. consumo;
- 3. crédito;
- 4. educacional;
- 5. especial;
- 6. infra-estrutura;
- 7. habitacional;
- 8. mineração;
- 9. produção;
- 10. saúde;
- 11. trabalho;
- 12. lazer e turismo;
- 13. transporte de cargas e passageiro.

GRÁFICO 1.

AS COOPERATIVAS POR RAMOS



Fonte: Núcleo de Dados da OCB – Dez/2003.

Dados acima nos mostram que as cooperativas de trabalho são as que representam o maior número destes empreendimentos no Brasil atualmente. Para a OCB as cooperativas de trabalho são aquelas que prestam serviços a terceiros, seja produzindo determinado bem (industrial ou artesanal) como desempenhando um papel de administradora dos serviços fornecidos pelos seus cooperados. Como veremos a seguir é nesse ramo que se situam as cooperativas de catadores, já que, assim como as definições apontadas por Culti (2002) para as cooperativas de trabalho, os empreendimentos solidários formados por catadores de lixo também se caracterizam por:

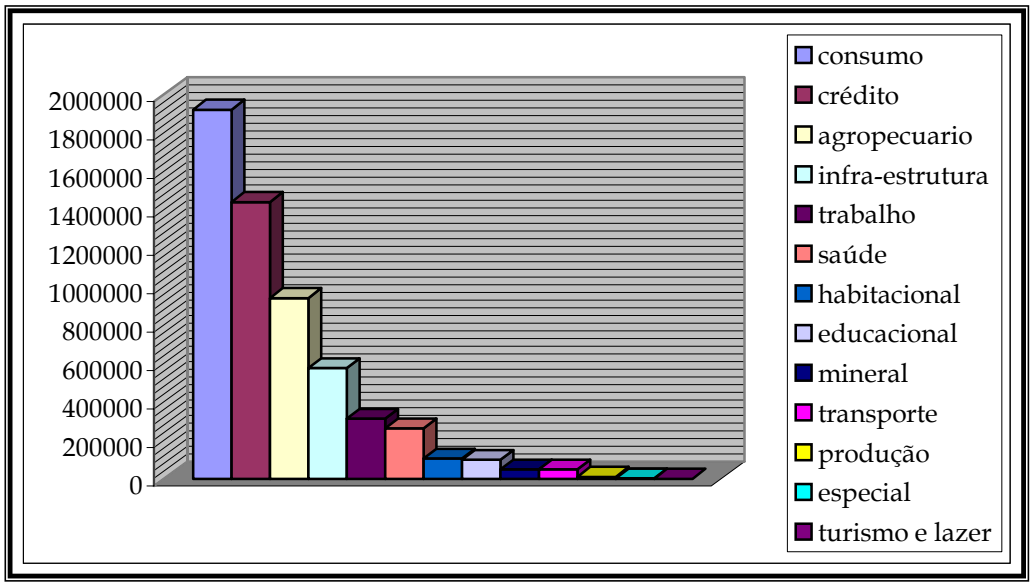
a) ser uma associação de pessoas que reúnem-se para trabalhar em comum, com o esforço conjugado de todos, com o fim de melhorar sua situação social e econômica, deixando de ser assalariadas para transformar-se em donas de seu próprio destino, pondo o capital e o trabalho ao serviço do homem, revertendo a modalidade de outros tipos de empresa;
b) ser uma fonte de produção ou de prestação de serviços governada, administrada e desenvolvida unicamente por seus associados trabalhadores, operários técnicos, administrativos ou profissionais, todos com os mesmos direitos e obrigações;

c) ser a união de vontades postas ao serviço de uma causa comum que respira a liberdade humana e objetiva conseguir condições de trabalho justas, participação e responsabilidade integral na condução de sua empresa e de seus resultados econômicos e sociais, dentro da prática democrática, assegurando o respeito individual, a ação conjunta, a justiça e a liberdade.

São duas as situações que impulsionam o crescimento de cooperativas de trabalho. A primeira se dá sob a organização de trabalhadores diante da falência ou extinção da empresa em que trabalham. Para evitar a perda de emprego os trabalhadores pleiteiam, sob orientação dos sindicatos que os representam, junto aos patrões ou ministério público específico, o controle do patrimônio da empresa, dando continuidade à produção e evitando o desemprego, tornando-se um empreendimento autogestionado por trabalhadores (CULTI, 2002). A outra situação é a que promove a reinserção na produção de pessoas que dela já foram excluídas. São desenvolvidas alternativas econômicas solidárias, com projetos comunitários alternativos através da associação de produtores.

GRÁFICO 2.

NÚMERO DE COOPERADOS POR RAMO



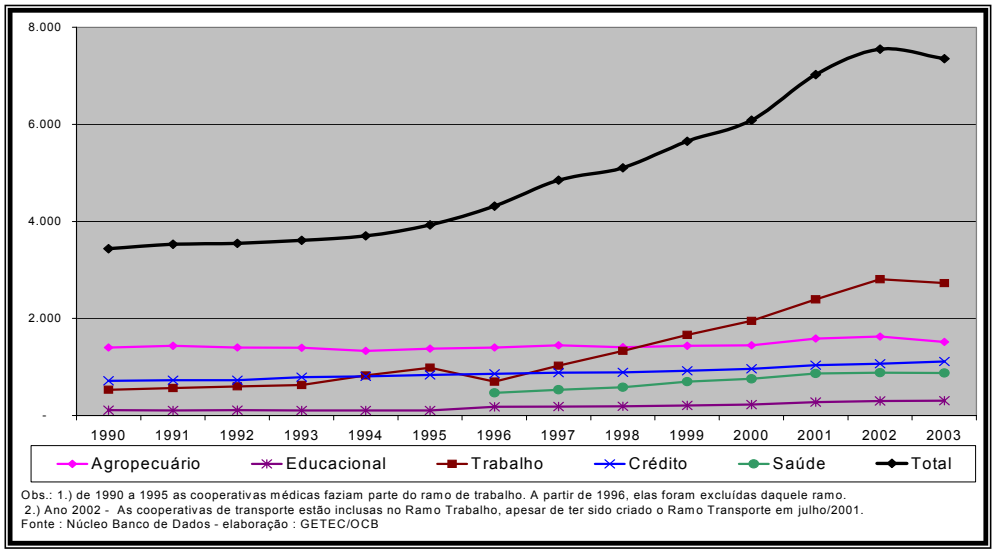
Fonte: Núcleo de Dados da OCB – Dez/2003.

Ao contrário do que poderia sugerir o gráfico anterior, não são as cooperativas de trabalho as que possuem o maior número de associados. As 2024 cooperativas de trabalho congregam 311.856 associados enquanto as 158 cooperativas de consumo possuem 1.920.311 cooperados. Tais dados podem ser explicados pelo fato de

vivermos em uma sociedade do consumo, como veremos no próximo capítulo. Na busca por melhores oportunidades de aquisição de bens, alguns setores se associam para comprar em quantidade pelo menor preço.

GRÁFICO 3.

EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE COOPERATIVAS REGISTRADAS PELA OCB DESDE 1990.

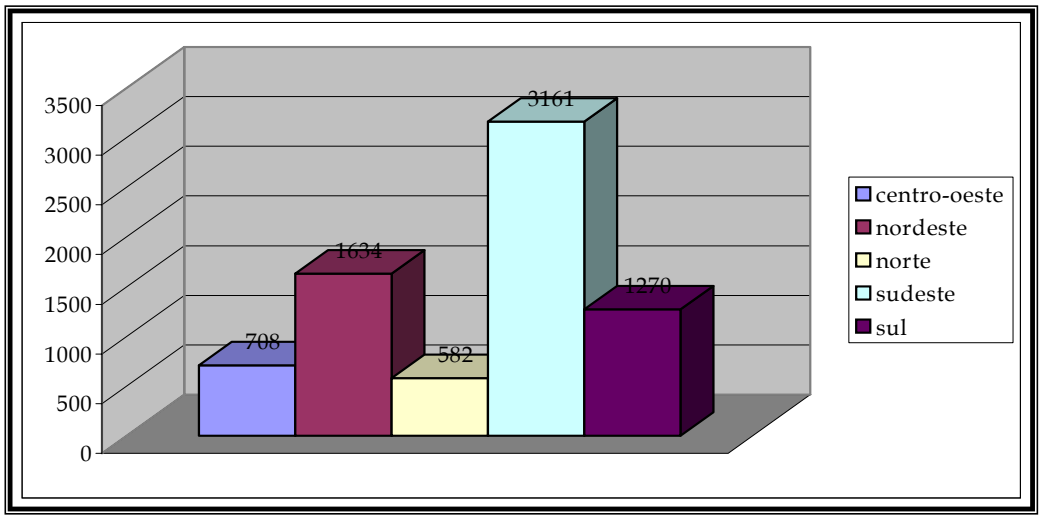


Retirado de: Núcleo de Banco de Dados da OCB – Dez/2003.

Dos cinco ramos em destaque no gráfico 3 nota-se que as cooperativas de trabalho que ocupavam o terceiro lugar em 1990, atrás das cooperativas agropecuárias e de crédito, foram as que mais cresceram em unidades e ocupam atualmente o primeiro lugar. Devemos salientar que a década de 1990 é marcada pela liberação dos mercados e conseqüente flexibilização do trabalho, o que deu origem a um grande número de desempregados, subempregados e trabalhadores informais. Mais uma razão que reforça a afirmação sobre o aumento destas cooperativas estar relacionado à busca de outras formas de reprodução do trabalho.

GRÁFICO 4.

NÚMERO DE COOPERATIVAS POR REGIÃO DO BRASIL.



Fonte: Núcleo de Dados da OCB – Dez/2003.

Apesar da tradição cooperativista do Rio Grande do Sul é na região sudeste que se concentra o maior número de cooperativas do país. As razões deste número nos parecem obviamente ligadas ao fato desta região ser a mais produtiva e ter conseqüentemente maior mercado de trabalho.

Uma importante questão que deve ser tratada refere-se às políticas públicas que afetam as cooperativas brasileiras. No momento em que tais empreendimentos mostram-se como alternativa viável à falta de empregos, os esforços devem ser concentrados em incentivos para a ampliação e efetivação destes empreendimentos. O Brasil tem atualmente uma legislação cooperativista datada de dezembro de 1971. A lei n. 5.764/71 denominada Política Nacional de Cooperativismo institui um regime jurídico para as sociedades cooperativas e coloca como atribuições do governo federal a coordenação e estímulo às atividades de cooperativismo, através da ação do Poder Público exercida principalmente mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e de crédito especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

É deste Decreto-Lei 5.764/71, assinado ainda durante o regime ditatorial pelo governo Médici (1969-1974), que se criou a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, órgão nacional de representação das cooperativas existentes no Brasil. A partir do governo Collor (1990-1992), além do cooperativismo ligado a iniciativas de

grande e médio porte, agindo na prática como empresas capitalistas, desponta um outro cooperativismo, instrumento de geração de emprego e renda e que passa ser alvo das preocupações do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Surge ainda o PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda, urbano e rural resultando na emergência das cooperativas de Trabalho (CULTI, 2002).

Sobretudo são as Prefeituras Municipais as responsáveis pelo envolvimento e pelo enraizamento do tema economia solidária nas políticas públicas (KAPRON In: PINTAUDI, 2002, p. 47). A gestão local tem se mostrado mais eficiente no apoio e incentivo a empreendimentos autogestionados. A relação de proximidade com os problemas vindos do desemprego tem tornado a participação das prefeituras mais consistentes na criação de infra-estruturas e no suporte técnico às cooperativas e associações.

Contudo, não são todas as cooperativas existentes no país que priorizam a democracia interna e a emancipação de seus associados. A flexibilização das relações de trabalho fez com que empresas capitalistas criassem mecanismos de investimentos em cooperativas que são na verdade prestadoras de serviço exclusivas destas unidades produtivas. Dentro do contexto da "terceirização" o que surge são cooperativas de fachada, as chamadas "coopergatos"[14], que não possuem como elementos fundantes a solidariedade e a autogestão.

As falsas cooperativas vêm sendo criadas para oferecer mão-de-obra mais barata às empresas, que se livram dos encargos trabalhistas. Seus trabalhadores prestam serviços exclusivos a uma determinada empresa, submetem-se à jornadas regulares de trabalho e recebem ordens diretas de alguém dentro da empresa, o que os caracterizam como empregados e não como cooperados. Em entrevista à Revista Você S/A (agosto/2003 p.25) a procuradora do trabalho Andrea Ehlke Mucerino afirma que "as cooperativas de fachada formam a maior máfia trabalhista que já se viu neste país", e defende a criação de uma lei específica para regular as cooperativas, em substituição ao parágrafo único do artigo 442 da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, caso contrário "dentro de algum tempo os trabalhadores não terão mais direito algum". Realmente são dados alarmantes retratados pelas falsas cooperativas,

[14] Coopergato é alusivo à irregularidade, tal como acontece com a apropriação de energia elétrica sem o conhecimento da central elétrica.

que representam cerca de 80% do total segundo Drausio Villas Boas Rangel[15], e "que se aproveitam da necessidade e ingenuidade dos trabalhadores para explorá-los".

O grande problema das 2024 cooperativas de trabalho atuantes nos Brasil, segundo dados da OCB (Dez/2003), é que grande parte de seus cooperados atua em setores da economia que demandam profissionais com baixa qualificação, que se submetem ao trabalho cooperativista sem conhecer as leis que regulamentam este tipo de vínculo. O conhecimento das atribuições das cooperativas de trabalho pode inibir a manipulação e uso como instrumento de fraude da lei trabalhista do modelo cooperativo:

QUADRO 1.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO

- Representar os interesses dos cooperados;
- Definir com o contratante quanto o cooperado irá receber pela execução do trabalho;
- Estabelecer em comum acordo com a empresa o tempo de duração do contrato;
- A formação de um fundo de reserva é recomendada;
- Promover assembléias para prestar contas a todos os cooperados, pois eles são donos da cooperativa;
- Dividir a sobra de dinheiro do ano entre os cooperados ou votar onde investi-lo;
- Convocar eleições para os cargos da entidade.

Fonte: Revista Você S/A (Ago./2003)

Todos estes problemas provocam a discussão sobre a viabilidade das cooperativas de trabalho. Há até mesmo que defenda o fim imediato deste tipo de empreendimento porque coíbe a contratação pela CLT. No momento de crise de emprego em que se encontra o país é realmente preocupante a situação atual da legislação que trata das cooperativas, pois ela não abrange as novas relações de trabalho estabelecidas. Acreditamos que as cooperativas apresentam no atual momento as maiores e melhores oportunidades de reprodução do trabalho, portanto, a

[15] Advogado e consultor trabalhista e sindical, também em entrevista à Revista Você S/A de agosto de 2003, p. 25.

sua extinção agravaria ainda mais o quadro de desocupação da população economicamente ativa. A criação de uma cultura cooperativista juntamente com uma fiscalização do poder público e demais entidades evitaria a formação de tais "coopergatos" e asseguraria os meios de reprodução de milhares de trabalhadores. Medidas radicais que visam o "cortar o mal pela raiz" não solucionam o problema da ilegalidade de empresas que visam apenas a flexibilização das relações trabalhistas e aumento de seus lucros.

Vistas as principais características da Economia Solidária e dos empreendimentos autogestionários, passaremos agora a tratar especificamente das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que, além de representarem uma prática da Economia Solidária, agregam outro fator importante: utilizam como matéria de trabalho aquele que é um dos maiores problemas urbanos – o lixo.

- ***Cooperativas de catadores de materiais recicláveis***

O crescimento no número de cooperativas de trabalho tem se concretizado também em um aumento efetivo de empreendimentos geridos por trabalhadores que têm como matéria-prima os materiais recicláveis. Como veremos no próximo capítulo, o lixo nosso de cada dia tornou-se objeto de compra e venda de um mercado regulado, que possui cadeia produtiva, cotação de preço e traz muitos benefícios para a economia das grandes indústrias.

Em meio a este mercado, composto por diferentes níveis – catadores de materiais recicláveis das ruas, depósitos de ferro-velho, pequenos, médios e grandes sucateiros e indústria recicladora – encontram-se as cooperativas de catadores que objetivam unir forças para poder negociar por melhores preços os materiais que comercializam.

A informalidade de parte de seus agentes também é uma característica do mercado de reciclagem no Brasil, que tem em sua base um exército de trabalhadores estimados em 500 mil catadores de materiais recicláveis, segundo dados do CEMPRE (2002). A cooperativa de catadores é, portanto, uma iniciativa de formalização e inclusão social de uma parcela da população caracterizada pela baixa qualificação profissional e extrema pobreza.

O estimulo à organização dos catadores vem sendo praticado em diversos municípios visando o desenvolvimento econômico e social com geração de trabalho e renda e, em contrapartida desviar de lixões e aterros todo material que possa ser reciclado.

Desta forma é que cada vez mais as cooperativas de coleta seletiva vêm recebendo a atenção do poder público e sendo alvo de políticas públicas. Assim como nos demais empreendimentos da Economia Solidária, são muitas as organizações de apoio técnico e administrativo que auxiliam na formação e viabilidade de novas cooperativas. Dentre estas organizações tem destaque especial o CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem, que disponibilizam kits didáticos que auxiliam na formação de associações e cooperativas constituídas por 20 a 50 catadores.

Dados sobre o número de cooperativas de catadores de materiais recicláveis ainda não são precisos, mas um cadastro do CEMPRE (abril/2004) revela e existência de 238 empreendimentos associativos desta natureza distribuídos por todo o país. Salientamos que estes 238 empreendimentos não são só representados por cooperativas, mas também por associações de catadores que tem suas administrações distintas do sistema cooperativista, o que, no entanto, não exclui a condição fundamental de união destes trabalhadores em busca de melhores condições no mercado.

As cooperativas de catadores são organizações autogestionárias que funcionam como centrais de beneficiamento primário de materiais recicláveis recolhidos na fonte, ou seja, nas residências, estabelecimentos comerciais, condomínios e empresas. O recolhimento na fonte evita a garimpagem de lixões e abertura de sacos de lixo dispostos na rua à espera do caminhão de coleta tradicional. Evita assim, gastos com transporte destes materiais até o lixão ou aterro para posterior separação e, fundamental, evita a situação de degradação humana vivenciada por muitas famílias que até mesmo residem nestes locais à espera do que possa ser reaproveitado para o próprio consumo ou para trocar no mercado.

O beneficiamento primário é o início do processo de reciclagem e consiste na classificação ou separação dos materiais por tipo ou demais especificações, que podem variar regionalmente, e no enfardamento. O material beneficiado é estocado até que atinja uma quantidade mínima para que possa ser comercializado por valores que paguem os custos do beneficiamento e do transporte, geralmente realizado pelo

comprador. De acordo com Gonçalves (2003, p. 33) a meta de produção de um empreendimento autogestionário deste tipo, que tem entre 20 e 30 cooperados visando a auto-sustentabilidade, é de, pelo menos, 60 a 80 toneladas/mês.

A estrutura física de uma cooperativa de coleta seletiva comporta geralmente um galpão de 400 $m^{2,}$ onde o material é triado e separado por cor e tipo. Quanto maior a área de armazenagem de materiais, maiores são as possibilidades de obter melhores condições de venda. Para agregar valor a este material também há necessidade de alguns maquinários como prensas, balanças e esteiras ou mesas de separação que também possibilitam melhores condições de trabalho aos cooperados.

As cooperativas que realizam a coleta de materiais porta a porta também necessitam de um meio de transporte que conduza o material da fonte até a sede da cooperativa. Isto pode se dar através de caminhões do tipo baú (essencial para regiões com maiores períodos de chuva) ou de carrinhos manuais com capacidade média de 200 kg.

FOTO 1.

CARRINHO MANUAL USADO POR CATADORES

Fonte: GODOY, T. M. P. de (2002).

A cadeia produtiva da reciclagem no Brasil tem participação efetiva de uma parcela de trabalhadores anônimos sem o devido reconhecimento da sociedade. Organizados em cooperativas e associações os catadores ou coletores tem conseguido

melhores condições de trabalho e inserção social. Veremos no próximo capítulo a situação degradante dos catadores que trabalham isoladamente. Cabe aqui ressaltar as características de uma parcela cada vez maior de trabalhadores que se unem para superar as dificuldades do mercado e tornar-se protagonistas de empreendimentos promissores.

Os catadores cooperados ou associados têm (e precisam) se articulado com geradores, desde empresas que disponibilizam grandes quantidades de materiais até donas-de-casa que separam as sobras do consumo diário, e intermediários ou indústrias recicladoras a quem se destina tudo o que foi coletado e beneficiado.

Como o perfil dos catadores indica poucos anos de escolaridade, uma das grandes barreiras para viabilidade de cooperativas é a gestão. A necessidade de apoio externo até que se crie uma cultura cooperativista e que os associados possam gerir sozinhos seus empreendimentos é demonstrada em todas as discussões e análises acerca do tema.

Os frutos da tomada de consciência dos catadores pela importância do papel que representam fica evidente na realização do 1º Encontro Nacional de Catadores em Brasília no ano de 2001. Segundo levantamento da ONG Lixo.com (apud GONÇALVES, 2003, p.144) 33% dos catadores entrevistados revelam que mesmo que outras oportunidades surgissem não abandonariam a atividade de coleta seletiva.

> Organizados em empreendimentos autogestionários eles compreendem a importância social, ambiental e econômica de sua atividade. Esta categoria se organiza cada vez mais e vem se tornando mais articulada na reivindicação de que a coleta seletiva não se torne monopólio e que seja realizada prioritariamente por empreendimentos autogestionários, por catadores organizados[16].

[16] GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos.** Rio de Janeiro: DP&A/FASE, 2003, p. 144.

FOTO 2.

CATADORES ORGANIZADOS NO 1º ENCONTRO NACIONAL DE CATADORES EM BRASÍLIA (2001).

Fonte: MELO, Mariana de. In: http://www.lixo.com.br.

A viabilidade das cooperativas de catadores materiais recicláveis depende também de parcerias. O investimento necessário para que uma cooperativa entre em funcionamento requer um capital não disponível por seus associados. Grandes empresas têm investido em iniciativas deste tipo. O interesse em atuar junto à comunidade em apoio a projetos sócio-ambientais tem vários motivos. Gonçalves (2003, p. 76-77) destaca que muitas empresas estão atentas à possibilidade de uma legislação ambiental mais rigorosa, outras possuem metas de desenvolvimento de responsabilidade ambiental e social. Existem ainda as que possuem medidas compensatórias integrantes de termos de ajustamento de conduta a cumprir e, as que entendem que tal tipo de apoio melhora sua logística reversa, com apoio dos elos mais fracos da cadeia produtiva.

Este apoio pode ser financeiro, institucional ou em forma de parcerias de serviço. No entanto, são necessários alguns critérios que contemplem aspectos ambientais como a coleta de todos os tipos de materiais e não apenas os mais interessantes economicamente, aspectos sociais como ser uma cooperativa autogestionária e não uma "coopergato" e, aspectos econômicos através de estudo de

viabilidade técnica com metas de sustentabilidade a médio e longo prazo para que o desenvolvimento de cooperativas seja impulsionado por tais apoios.

Para Gonçalves (2003, p. 78) é absolutamente legítimo o apoio financeiro, a fundo perdido, à implantação de empreendimentos autogestionários de coleta seletiva, desde que eles almejem a auto-suficiência a médio e longo prazo e se adeqüem às leis do mercado, ou seja, uma emancipação dentro das regras.

No Brasil já existem empreendimentos solidários de coleta seletiva com experiência acumulada ao longo de pelo menos dez anos. Exemplos mais notáveis são as cooperativas COOPAMARE de São Paulo e ASMARE de Belo Horizonte. Estes dois empreendimentos adquiriram visibilidade e reconhecimento devido a parcerias estabelecidas com o poder público e empresas do setor privado.

A COOPAMARE foi a primeira cooperativa de catadores a surgir no Brasil. Iniciada em 1989 da união de catadores de lixo da rua, hoje a cooperativa conta com o trabalho de 150 trabalhadores, mas apenas 48 são cooperados, os demais apenas vendem seus materiais à cooperativa e podem usar os equipamentos que ela dispõe. No entanto, somente os cooperados participam das decisões, trabalham uniformizados e contribuem com 20% de seus rendimentos para o fundo comum.

Os catadores realizam a atividade com carrinhos manuais, o que limita a área de atuação aos bairros de Pinheiros, Perdizes, Consolação e Jardim Paulista.

O auxílio do poder público local partiu da Prefeitura Municipal de São Paulo ao ceder aos catadores organizados um espaço sob o viaduto Paulo VI, em Pinheiros e promulgando um decreto municipal que reconhece o trabalho do catador como atividade profissional, o que garante o direito de coleta.

Além da Prefeitura Municipal, a COOPAMARE tem o apoio da Organização do Auxílio Fraterno, do CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem) e de empresas privadas[17].

A ASMARE (Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável) de Belo Horizonte, iniciou seu processo de organização social e produtiva em 1987 com a ajuda da Pastoral de Rua. Em 1990 é fundada a associação tendo os materiais recicláveis como objeto de trabalho e capital. Em 1993 a

[17] Informações obtidas através do site: http://www2.uol.com.br/aprendiz/designsocial/coopamare.htm

Administração Municipal implanta a coleta seletiva na cidade em parceria com os catadores organizados.

Atualmente, segundo dados da associação disponíveis no seu site[18], são 380 associados e 1500 pessoas beneficiadas indiretamente. A associação trabalha em parceria com empresas, escolas, condomínios e órgãos públicos onde realizam a coleta do material. A ASMARE recolhe cerca de 450 toneladas de material por mês entre papel, papelão, revistas, jornais, latas de alumínio, garrafas PET e demais plástico. Não trabalha apenas com vidros e borracha. Tudo o que é coletado passa por uma triagem, é prensado e armazenado antes de ser vendido.

Estes são os exemplos de cooperativas e associações mais conhecidos no Brasil. Infelizmente são poucos os dados disponíveis para uma avaliação da emancipação e da viabilidade destes empreendimentos.

O que é enfatizado por todos aqueles que estudam, apóiam e participam das cooperativas e associações é a necessidade de cooperação não só interna, mas entre os empreendimentos. Deve haver uma intercooperação através de estruturas locais, regionais (federações), nacionais (confederações) e internacionais constituindo redes de cooperativas que formem cadeias produtivas emancipadas. É através destas redes que tais empreendimentos terão maior poder de negociação das condições e preços dos materiais recicláveis.

A formação de redes de cooperação é demonstrada no trabalho que Rodríguez (2002) realizou sobre as cooperativas de catadores da Colômbia. Com características muito semelhantes às do Brasil, de um mercado oligopsônico, com milhares de catadores de materiais recicláveis vivendo nas ruas e sob condições miseráveis, a Colômbia vem ao longo dos últimos vinte anos organizando seus catadores através de cooperativas e associações de cooperativas. Para os recicladores colombianos ficou claro que "sem uma estratégia social, os ganhos econômicos derivados da transformação do mercado de reciclagem não alteram as condições de exclusão dos recicladores no seu conjunto" (RODRÍGUEZ, 2002, p. 346).

Não é apenas a formação de cooperativas e associações que mudarão o mercado em favor dos catadores. É necessária a articulação de esforços destes empreendimentos através de redes regionais e de uma rede nacional. Este é o exemplo

[18] ASMARE – disponível em: <http://www.asmare.org.br>.

bem sucedido dos colombianos que, ainda enfrentam suas dificuldades, porém bem menores que as décadas atrás.

- ***Um caso concreto – a Cooperviva de Rio Claro/SP.***

Para a presente pesquisa escolhemos como estudo de caso a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitável de Rio Claro – COOPERVIVA. Tal cooperativa situa-se no município de Rio Claro/SP e foi fundada em novembro de 2002. Mas, antes mesmo da formalização deste empreendimento sob a perspectiva de cooperativa, seus associados já trabalhavam em equipe desde 1999, ano em que começaram a ser apoiados pela administração municipal e deixaram de garimpar o então aterro "sob condições controladas[19]".

Até 1997, o município de Rio Claro depositava seus resíduos em um Aterro Controlado. Com a necessidade de se adequar às normas ambientais deu-se início a implantação de um Aterro Sanitário, em uma área a 5 km do centro urbano situada na estrada que liga Rio Claro à Piracicaba, o qual é fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais especificadas em projeto aprovado pelos órgãos ambientais possibilitando uma confinação segura em termos de controle da poluição ambiental e proteção ao meio ambiente. Esta medida resultou na retirada de catadores de lixo que ali se encontravam, exigência esta feita pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente através de um Termo de Ajustamento de Conduta assinado pelo Prefeito Municipal naquela ocasião.

As pessoas que retiravam os materiais do aterro "perderam" seus meios de sobrevivência, por assim dizer, já que se sustentavam com a atividade. Diante da situação de extrema pobreza e exclusão social, foi preciso uma intervenção da administração municipal no sentido de reintegração dessas pessoas à sociedade.

Como em todos os demais casos de cooperativas ou associações de catadores a COOPERVIVA tem como associados pessoas que viviam em situação de extrema pobreza e exclusão social. A equipe que fundou a cooperativa é originária de um programa anterior apoiado pela Prefeitura e APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) denominado RECICLAR 2000. O quadro de miséria em que vivia tais

[19] Para a CETESB (Companhia de Tecnologia e Saneamento de São Paulo) existe uma classificação dos locais destinados ao lixo: 1. lixão, 2. aterro controlado e 3. aterro sanitário.

pessoas era tão grave, chegando a um número de 120 pessoas, que a administração municipal precisou agir de diversas maneiras para reintegrá-las socialmente.

FOTO 3.

CATADORES GARIMPANDO O ATERRO.

Fonte: Prêmio Balanço Ambiental 2002.

Em 1999 realizou-se um cadastramento para identificar o quadro de carência social dos catadores. Nos casos mais graves as pessoas foram incluídas em programas de assistência da Prefeitura como: Família Cidadã, Renda Mínima, Programa de Bolsa de Materiais de Construção, Programa do Leite e os de idade mais avançada foram incluídos no Centro Dia do Idoso.

O contato com o lixo faz com que os catadores também deixem de lado a sua auto-estima, por isso foi preciso um trabalho que devolvesse desde a preocupação com o asseio destas pessoas até seu reconhecimento como ser humano.

FOTO 4.

DEVOLVER A AUTO-ESTIMA: TRANSFORMAÇAO NA APARÊNCIA DOS CATADORES.

Fonte: Prêmio Balanço Ambiental 2002.

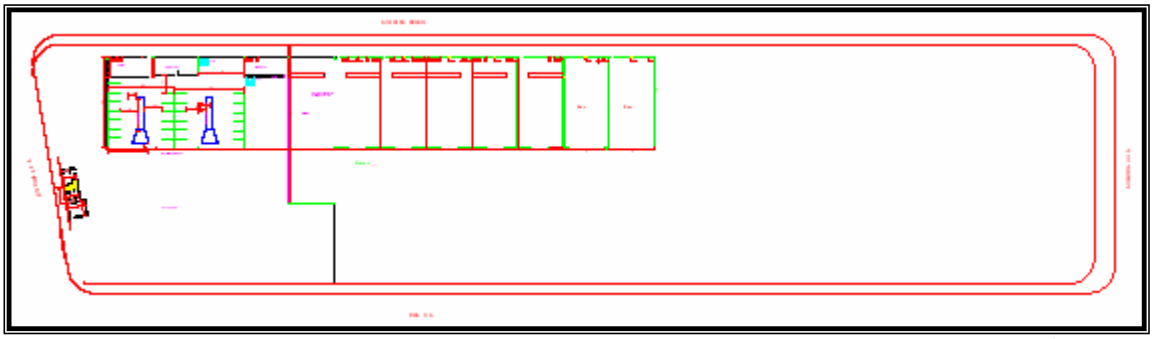
Até 2002, ano de fundação da Cooperviva, os catadores trabalhavam em conjunto no Programa Reciclar 2000. Tal programa era uma parceria entre Prefeitura Municipal, APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e os ex-catadores do então aterro controlado. A partir deste ano, os catadores, com o trabalho de funcionários da administração municipal, constituíram a Cooperviva – Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitável de Rio Claro – sob a forma de Sociedade Cooperativa, de natureza civil, sem fins lucrativos fundamentada na Lei Federal n. 5.764/71 e na legislação complementar vigente que tem como finalidade social a congregação de profissionais que tenham sua atividade voltada para a coleta seletiva de material reaproveitável e tem por objetivo principal proporcionar o exercício e o aprimoramento da atividade profissional dos associados, com base na colaboração recíproca, visando sua defesa econômica e social e proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades: coleta, triagem, beneficiamento, prestação de serviços e comercialização.

A Cooperviva situa-se em área urbana no município de Rio Claro em um terreno cedido provisoriamente pela Prefeitura através de um decreto municipal. Possui uma área de 2.205 m², sendo 805 m² de área construída e coberta (ver planta da sede da cooperativa na figura 2 abaixo). Atualmente (2005) conta com 24 cooperados,

sendo que 10 estão no quadro de cooperados desde sua fundação e 14 entraram a partir de então.

FIGURA 2.

PLANTA DA SEDE DA COOPERVIVA.



Escala Aproximada: 1/2.250cm

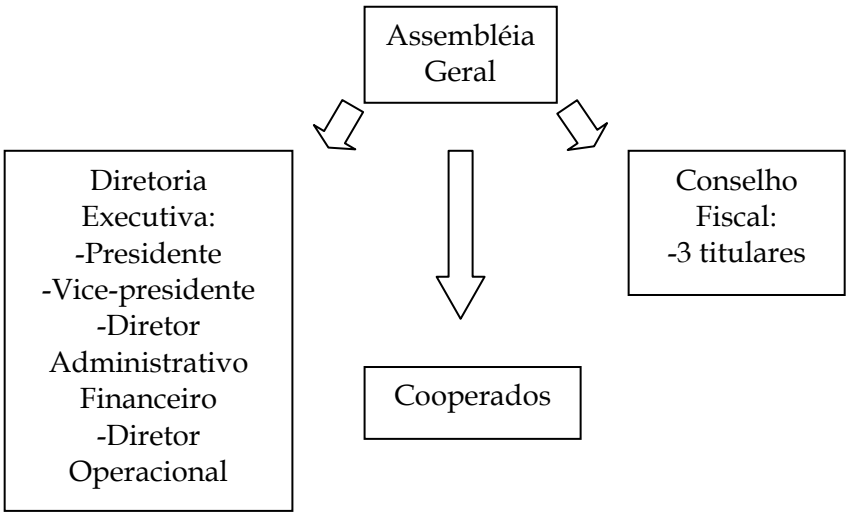
FONTE: SEDEPLAMA (PMRC, 2004).

FOTO 5.

VISTA GERAL DA SEDE DA COOPERVIVA

Fonte: GODOY. T.M.P. de. (2004)

A administração é eleita em Assembléia, que é o órgão soberano, com poderes para deliberar sobre todas as atividades de interesse da cooperativa e seus associados, realizada a cada dois anos para os cargos de presidente, vice-presidente, diretor administrativo e três fiscais. Todos os cooperados têm direito a voto. A cooperativa possui Estatuto e regimento interno, os quais vêm sofrendo modificações a fim de se adequar às disposições colocadas pelos cooperados e as exigências da legislação trabalhista.



A Cooperviva conta com o trabalho efetivo da administração municipal através das Secretarias de Ação Social, Meio Ambiente, Educação, Saúde (vigilância sanitária), Segurança (Guarda Municipal e Defesa Civil), Esportes e o Fundo Social de Solidariedade. Possui também parcerias com algumas empresas privadas que apóiam a divulgação do trabalho, bem como investem em equipamentos, já que há interesse na recuperação do material coletado para suas empresas.

Mudanças significativas podem ser encontradas na organização e na maneira de se expressar dos próprios catadores cooperados. A COOPERVIVA é atualmente administrada por uma presidente, a Sra. Inair, ex-catadora do aterro, e tem ainda uma vice-presidente, uma diretora administrativa e 3 fiscais, todos são ex-catadores das ruas e do aterro e viviam sob as condições descritas acima. Em entrevista realizada com a presidente da cooperativa notamos que apesar da simplicidade na maneira de falar, o que definitivamente se mostra como um avanço para estas pessoas é o alcance da dignidade, tendo consciência de que realizam um trabalho reconhecido pela comunidade, e a motivação de tornar a cooperativa um empreendimento concreto e

viável, com possibilidades de se desenvolver através do aumento na circulação dos materiais recicláveis e conseqüentemente poder adquirir novos maquinários e até novos associados.

FOTO 6.

MEMBROS DA COOPERVIVA

Fonte: GODOY. T.M.P. de. (2004)

A infra-estrutura da Cooperativa de Rio Claro é composta por poucos maquinários. São apenas 1 balança e 1 prensa elétrica. Para transporte dos materiais recicláveis recolhidos na fonte até a sede da cooperativa são cedidos pela Prefeitura 2 caminhões do tipo Baú. A cooperativa dispõe ainda de 1 microcomputador, 1 linha de telefone, arquivos, armários e materiais de escritórios, todos comprados com os rendimentos da própria cooperativa.

FOTO 7.

PRENSA ELÉTRICA E BALANÇA DA COOPERVIVA

Fonte: GODOY. T.M.P. de. (2004)

FOTO 8.

ESCRITÓRIO DA COOPERVIVA.

Fonte: GODOY. T.M.P. de. (2004)

Assim, o principal apoio com que conta a COOPERVIVA é da administração municipal. De acordo com a Presidente, Sra. Inair:

> *"Há 7 anos a prefeitura apóia os catadores que antes trabalhavam no aterro. Começou com uma parceria com dois empresários do Jardim Guanabara por 3 anos, onde os catadores que saíram do aterro passaram a trabalhar num barracão. Após este período os catadores começaram a trabalhar com a APAE no projeto Reciclar 2000 por aproximadamente 3 anos e a partir daí surgiu a cooperativa, sempre com a participação da Prefeitura, que atualmente cede dois caminhões baú e a área onde está a sede da cooperativa. A iniciativa de formar a cooperativa foi da prefeitura e dos catadores, visto que o governo municipal não queria o retorno dos catadores ao aterro sanitário. Antes da intervenção da prefeitura havia 150 pessoas que trabalhavam no aterro. Todas estas pessoas chegaram a trabalhar em parceria com a APAE, mas muitos saíram acreditando que a formação de uma cooperativa não daria certo. Alguns arranjaram outro emprego, outros se cansaram e não quiseram esperar o inicio da cooperativa. Mas hoje muitos querem voltar ao ver que a cooperativa está dando certo."*

A Prefeitura Municipal de Rio Claro possui um gasto orçamentário com a cooperativa de R$ 15.000,00/mês (quinze mil reais), contribuindo com a infra-estrutura do local e cedendo os dois caminhões tipo baú para coleta porta a porta. Essa parceria do poder público é necessária e primordial para o desenvolvimento e sustentabilidade da cooperativa. O objetivo é que ela se fortaleça e possa se gerir independentemente.

FOTO 9.

CAMINHÕES CEDIDOS PROVISORIAMENTE PELA PREFEITURA.

Fonte: GODOY. T.M.P. de. (2004)

Os rendimentos dos cooperados são provenientes exclusivamente da venda dos materiais recicláveis. A retirada mensal dos cooperados é de R$ 400,00 (quatrocentos reais) completada com cesta básica de alimentos e de material de limpeza doméstica no valor de R$70, 83. Na ocasião da constituição da cooperativa, em novembro de 2002, esta retirada era de R$ 300,00. Atualmente os cooperados recolhem INSS, possuem seguro de vida, melhoria de sua qualidade de vida bem como de seus familiares. O aumento da circulação de materiais com conseqüente aumento nos rendimentos da cooperativa também podem incrementar a retirada mensal dos cooperados. Mas existe ainda um fundo de reserva destinado ao pagamento de 13º salário, salário maternidade, férias e eventualmente utilizado para aquisição de bens móveis e imóveis para os cooperados.

FOTO 10.

COLETA DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Fonte: GODOY. T.M.P. de. (2004)

Quanto à comercialização, a COOPERVIVA trabalha com materiais recicláveis que podem ser divididos em papéis, plásticos, metais e vidros, os quais não sofrem transformação, mas apenas são coletados, separados e enfardados, ou seja, beneficiados. Existem alguns materiais que são reutilizados por terceiros como, por exemplo, as garrafas "*pet*" reutilizadas para produtos de limpeza, os vidros de conservas para artesanato, etc. A grande quantidade concentrada de cada um desses materiais acaba criando um outro mercado, além da comercialização para as indústrias de transformação.

Esses materiais são coletados atualmente em 28 bairros da cidade de Rio Claro. Há previsão de um novo projeto melhorando a setorização da coleta onde o atendimento atingirá 70% da área urbana do município, o que corresponde a 65 bairros (ver mapa 1). Os bairros são divididos em seis grupos, de modo que cada grupo possa ser atendido num dos dias da semana - a coleta funciona de segunda a sábado. Os cooperados iniciam suas atividades a partir das 8h00 da manhã se

dividindo em três grupos: um grupo fica na Cooperativa realizando triagem de materiais e os outros dois grupos saem para a coleta nos bairros. O encerramento das atividades geralmente se dá em torno das 17h00, mas depende da demanda de trabalho.

Os cooperados distribuem aos moradores folhetos de orientação e divulgação da coleta seletiva, nos quais consta o tipo de material que deve ser separado, dia da coleta no bairro, bem como orientações gerais sobre resíduos.

FOTO 11.

COLETA REALIZADA NOS DOMICÍLIOS

Fonte: GODOY. T.M.P. de. (2004)

FOTO 12.

FOLHETO EXPLICATIVO DISTRIBUÍDO PELA COOPERVIVA

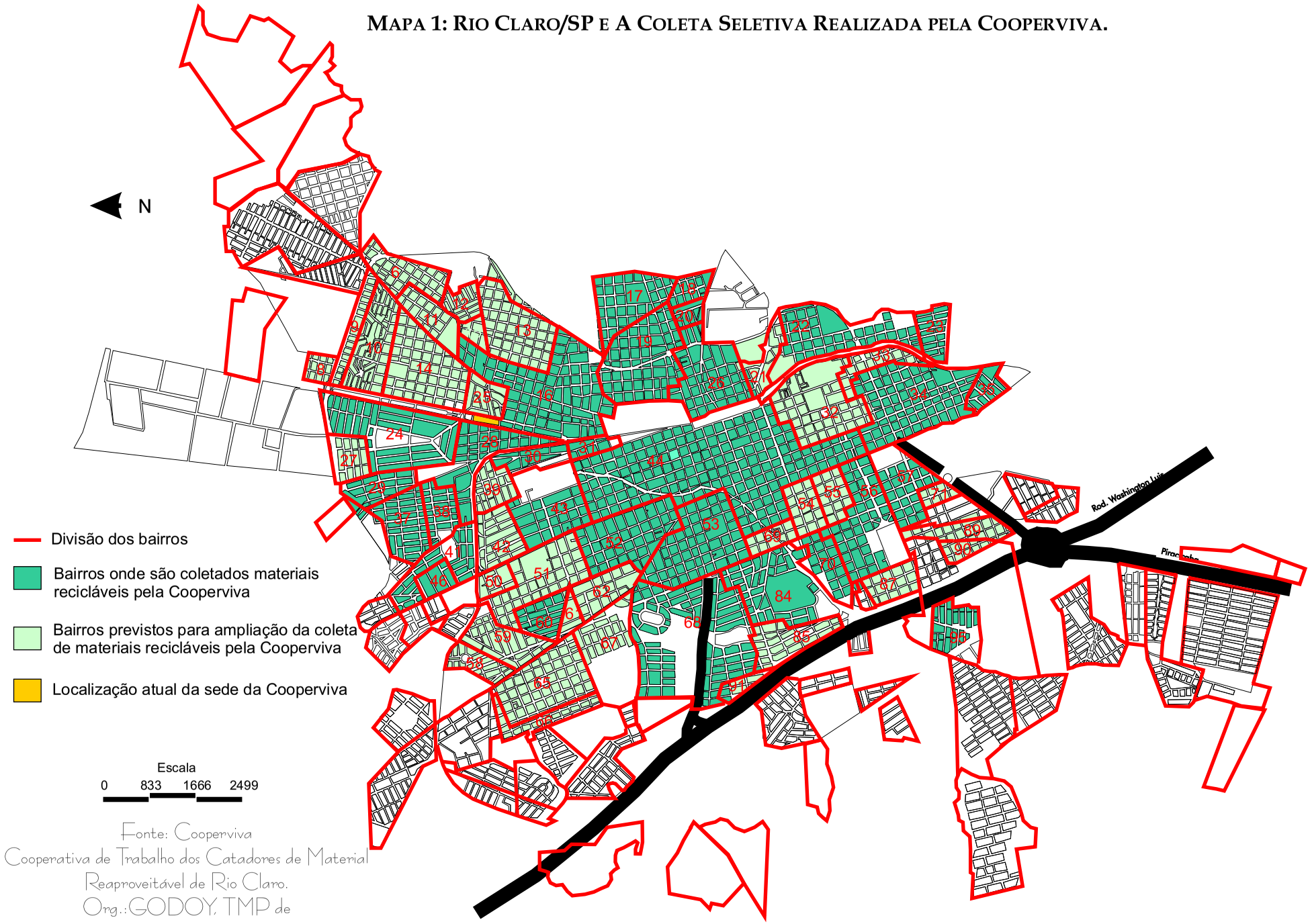
Um novo projeto prevê locais para a entrega voluntária por parte da população e inclusão de catadores (carrinheiros) não cooperados, que venderiam para a cooperativa materiais recicláveis coletados por eles.

FOTO 12.

CATADORA DE RUA.

Fonte: GODOY. T.M.P. de. (2004)

MAPA 1: RIO CLARO/SP E A COLETA SELETIVA REALIZADA PELA COOPERVIVA.

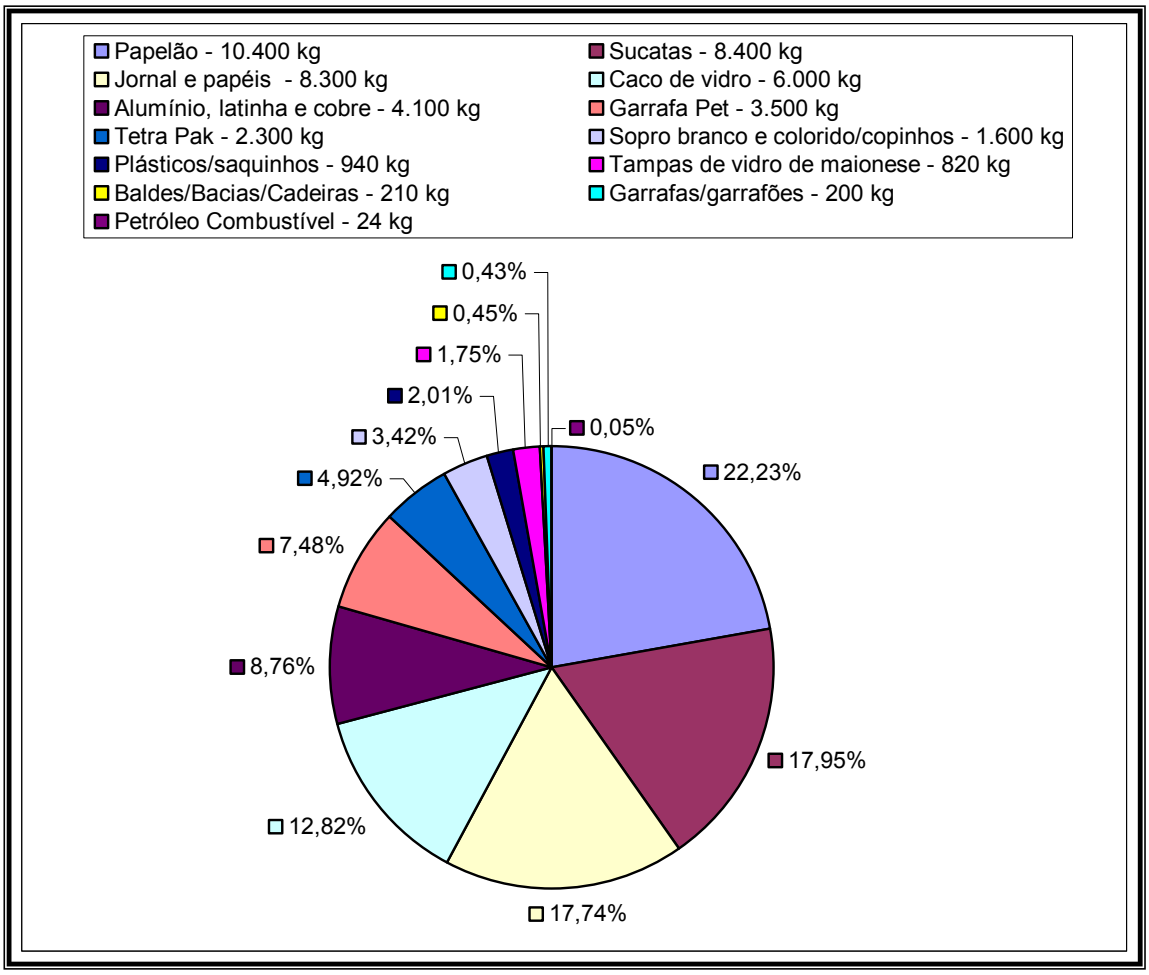


Fonte: Cooperviva
Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitável de Rio Claro.
Org.: GODOY, TMP de

Há previsão de aumento no numero de bairros atendidos pela coleta seletiva já que a demanda é grande e a população tem solicitado tal serviço de acordo com a presidente. Além das residências, existem algumas empresas que também disponibilizam materiais a serem coletados pela cooperativa de Rio Claro. Segundo a presidente entrevistada os bairros que fornecem maior quantidade de materiais são Bela Vista (17), Copacabana (35), Centro (44), Santana (52) e Sta. Cruz (53)[20]. Quanto aos materiais que mais chegam a cooperativa não são exatamente os mais valiosos do mercado como veremos adiante na tabela de preços praticada pelo mercado. A grande quantidade é composta por papelão e jornal e, o que menos se encontra são os materiais nobres como o alumínio e o cobre, como mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 5.

MÉDIA MENSAL DE MATERIAIS COLETADOS - 2004



Fonte: Cooperviva, 2004.

[20] Ver número corresponde aos bairros no mapa 2.

O gráfico anterior demonstra que o tipo de material mais coletado é o papel nos seus mais diversos tipos: papelão, jornais, embalagem longa-vida (Tetra Pak), num total de 21 toneladas/mês. Em seguida temos a sucata, composta por materiais ferrosos que somam 8,4 toneladas/mês. Os plásticos ocupam a terceira posição com um total de 7 toneladas/mês. Em quarto lugar somam-se os cacos de vidro e os garrafões com 6,2 toneladas/mês. Os materiais mais valiosos no mercado de reciclagem, caso dos metais nobres como alumínio e cobre, são os menos coletados pela cooperativa.

Destacamos que a coleta seletiva conta com a doação da população. Por isso os materiais mais coletados e acumulados não são os mais valiosos. Vale destacar também que Rio Claro tem um número não calculado de pessoas que sobrevivem da coleta de material reciclável, como catadores autônomos e depósitos de ferro-velho.

Outra observação a partir do mapa 1 mostra que a coleta realizada pelos cooperados concentra-se nos bairros centrais do município de Rio Claro. Em nossa pesquisa de iniciação científica, realizada no ano de 2002[21], mostramos que é também nesta área que se concentram os catadores autônomos. Há com isto um grande embate. A concorrência que já era acirrada entre os catadores autônomos ganhou nova dimensão com a inserção da cooperativa, fato este confirmado na fala dos catadores entrevistados naquela ocasião. A região central é também a que apresenta população com maiores rendimentos como veremos no mapa 2. Isto possibilita maior consumo e consequentemente mais material reciclável disponível para quem coleta.

A destinação dos materiais beneficiados pela COOPERVIVA é aos intermediários de outras cidades da região que revendem às indústrias recicladoras. Por não trabalhar com a quantidade exigida pelas grandes indústrias, a COOPERVIVA, assim como muitas outras cooperativas de coletores, se vêm obrigadas a vender a intermediários, que pagam preços menores que os praticados pelas indústrias.

A partir de agora apresentaremos novos dados coletados nesta segunda etapa da pesquisa. Tais dados nos foram fornecidos pela Secretaria de Ação Social e Secretaria de Desenvolvimento, Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio Claro, ambas responsáveis pelo projeto Cooperviva, a partir de um

[21] Com apoio da Fapesp.

cadastramento único para programas sociais do governo federal realizado entre março e abril de 2004. Tais dados nos mostram um pouco da vida destes cooperados.

MAPA 2: RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM RIO CLARO EM 2000 SEGUNDO CENSO IBGE.

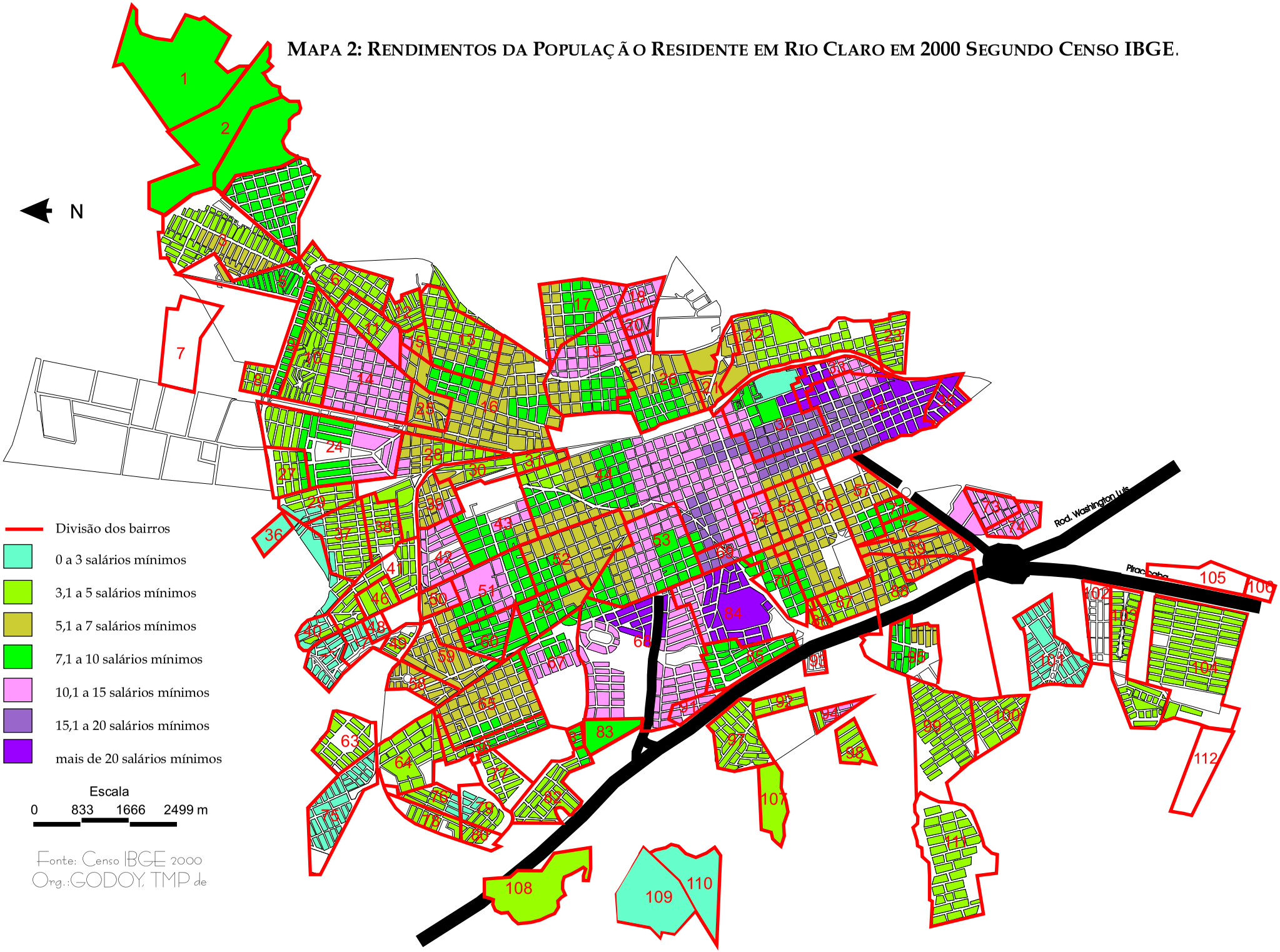


TABELA 1.
BAIRROS ONDE MORAM OS CATADORES COOPERADOS.

Bairro	Percentual de cooperados
Jd. Guanabara (101)*	28%
Jd. Novo Wenzel (109)	16%
Jd. Guanabara II (101)	12%
Jd. São Miguel (6)	8%
Jd. Novo II (103)	8%
Jd. das Palmeiras (99)	4%
Jd. Novo (104)	4%
Terra Nova	4%
Jd. Wenzel (66)	4%
Jd. Bonsucesso (110)	4%
Jd. São Paulo II (91)	4%
Jd. Boa Vista (46)	4%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004). * Número correspondente aos bairros no mapa 2.

Todos os cooperados moram em bairros periféricos e caracterizados por população com baixos rendimentos como podemos observar no mapa 2. Outra característica importante é que grande parte destes catadores mora em bairros próximos ao Aterro Sanitário, de onde até 1999 retiravam seus meios de sobrevivência, caso dos bairros Jd. Guanabara I e II, Jd. Novo I e II, Jd. Bonsucesso e Terra Nova. Quanto ao tipo de domicílio 96% dos catadores alegaram morar em casa térrea e 4% moram em cômodos que não se caracterizam como casa.

TABELA 2.
SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

Domicílio	Percentual de cooperados
Próprio	40%
Alugado	20%
Financiado	20%
Cedido	8%
Invasão	8%
Arrendado	4%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

Apesar dos baixos rendimentos obtidos pelos catadores pelos menos 40% possuem casa própria, 20% moram em casa financiada e 20% possuem condições de pagar aluguel. Cabe destaque também aos 8% que moram em casas invadidas. Quanto ao tipo de construção 96% dos cooperados alegaram morar em casa de alvenaria, os outros 4% não relatam qual o tipo de construção. Todos têm abastecimento de água e energia elétrica.

TABELA 3.

NÚMERO DE CÔMODOS EM QUE MORAM OS COOPERADOS

N. de Cômodos	Percentual de cooperados
7 cômodos	8%
6 cômodos	20%
5 cômodos	24%
4 cômodos	28%
3 cômodos	16%
2 cômodos	4%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

Conforme tabela acima 28% dos cooperados vivem em casa de 4 cômodos caracterizada por dois quartos, sala e cozinha. Os menores índices são respectivamente de pessoas que moram em 7 cômodos, 8%, e de pessoas que moram em 2 cômodos, 4%, e que são justamente aquelas que alegam não morar em uma casa propriamente dita. Quanto ao tratamento da água que utilizam 56% alegam que filtram água, 20% a utilizam sem qualquer tratamento, 16% cloram a água e 8% não responderam. Todos os cooperados também alegaram ter relógio próprio para abastecimento de energia. O esgotamento sanitário está presente em 96% dos domicílios e o lixo doméstico é coletado em 88% dos domicílios.

TABELA 4.

GASTOS COM ALUGUEL.

Gasto em reais	Percentual de cooperados
Até R$100,00	40%
De R$101,00 à R$200,00	60%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

Dos 20% que pagam aluguel, 40% pagam até R$100,00 e os outros 60% não ultrapassam os R$200,00.

TABELA 5.

GASTOS COM FINANCIAMENTO DA CASA PRÓPRIA

Gastos em reais	Percentual de cooperados
De R$40,00 à R$60,00	62,5%
De R$ 61,00 à R$70,00	25%
De R$71,00 à R$80,00	12,5%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

Dos 20% que tem casa financiada, 62,5% pagam entre R$40,00 e R$60,00 mensalmente e os outros 37,5% não ultrapassam R$80,00 de prestação mensal da casa própria.

TABELA 6.

GASTOS COM ALIMENTAÇÃO

Gastos em reais	Percentual de cooperados
De R$50,00 à R$200,00	40%
De R$240,00 à R$350,00	40%
De R$400,00 à R$500,00	12%
Não consta	8%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

Além da cesta básica no valor de R$70,83 que recebem mensalmente os cooperados, 80% não gastam mais que R$ 350,00 com alimentação.

TABELA 7.

GASTOS COM ÁGUA

Gastos em reais	Percentual de cooperados
De R$10,00 à R$20,00	36%
De R$22,00 à R$40,00	28%
De R$55,00 à R$120,00	16%
Não consta	20%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

O menor gasto doméstico dos cooperados é com a conta de água, ficando entre 2,5% e 5% dos gastos de 36% dos cooperados.

TABELA 8.

GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

Gastos em reais	Percentual de cooperados
De R$20,00 à R$40,00	28%
De R$44,00 à R$60,00	44%
De R$65,00 à R$160,00	20%
Não consta	8%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

A energia elétrica corresponde entre 11% e 15% dos gastos mensais para 44% dos cooperados.

TABELA 9.

GASTOS COM TRANSPORTE

Gastos em reais	Percentual de cooperados
R$20,00	4%
R$32,00	4%
R$40,00	16%
R$50	4%
Não consta	72%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

Apenas 28% dos cooperados têm gastos com transporte apesar da distância entre o local que moram e o local de trabalho. Isso porque o transporte de casa até a sede da Cooper viva é feito por ônibus cedido pela Prefeitura Municipal.

TABELA 10.

GASTOS COM GÁS

Gastos em reais	Percentual de cooperados
R$15,00	4%
R$28,00	4%
R$60,00	8%
R$30,00	84%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

Os gastos com gás representam a terceira maior fatia dos rendimentos mensais dos cooperados.

TABELA 11.

GASTOS COM MEDICAMENTOS

Gastos em reais	Percentual de cooperados
R$20,00	4%
R$28,00	4%
R$50,00	4%
R$70,00	4%
Não consta	84%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

A maioria dos cooperados alega não sofrer nenhum tipo de doença, o que faz com 84% não tenha gastos com medicamentos.

TABELA 12.

PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS

Programas	Percentual de cooperados
Bolsa-escola	4%
Bolsa-escola + renda cidadã	4%
Bolsa-alimentação	4%
Nenhum	88%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

Dos 24 cooperados apenas 12% necessitam de alguma ajuda governamental. Devemos lembrar que antes da fundação da Cooperviva, quando estas pessoas estavam saindo do Aterro Controlado, todos necessitaram de alguma ajuda inicial participando de algum programa social. Com o desenvolvimento da cooperativa esta ajuda não se faz mais necessária para 88% dos cooperados.

TABELA 13.

RENDA FAMILIAR

n. de salários mínimos.	Percentual de cooperados
Até 1 SM (R$260,00)	8%
De 1 a 2 SM	36%
De 2 a 3 SM	32%
De 3 a 4 SM	12%
De 4 a 5 SM	12%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

A renda familiar é a soma total de todos os salários dos membros da família. 8% dos cooperados têm salário inferior aos quatrocentos reais por trabalharem como prensadores e não como coletores. O salário de prensador correspondia a um salário mínimo. As rendas superiores a R$400,00 se deve pelo número de membros da família que trabalham. 33% dos cooperados têm como única fonte de renda o que retiram na cooperativa.

TABELA 14.

OUTROS TRABALHOS REALIZADOS PELOS DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA

Tipo de trabalho	Percentual
Não Trabalha	25,73%
Aposentado	8,75%
Faxineiro	5,73%
Cuidador	5,73%
Auxiliar de Produção	5,73%
Pedreiro	5,73%
Ajudante de carga	5,73%
Tapeceiro	2,85%
Armador	2,85%
Servente de Pedreiro	2,85%
Babá	2,85%
Porteiro	2,85%
Coletor de lixo	2,85%
Serviços gerais	2,85%

Catador de laranja (rural)	2,85%
Ajudante geral	2,85%
Padeiro	2,85%
Do lar	2,85%
Mecânico	2,85%
Desempregado	2,85%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

Entre cooperados e dependentes são 122 pessoas atendidas pela Cooperviva. Como pode-se notar na tabela acima todas as funções exercidas pelos demais integrantes da família não exigem muitas qualificações e, portanto recebem por estes serviços valores próximos ao do salário mínimo.

TABELA 15.

RENDA PER CAPTA

n. de salários mínimos.	**Percentual**
Menos de ½ SM (R$130,00)	52%
De ½ a 1 SM	40%
De1 a 2 SM	4%
De 2 a 3 SM	4%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

Apesar de muitas famílias terem uma renda de 4 a 5 salários mínimos quando se computa o valor por cada membro se constata que 52% vivem com até ½ salário mínimo por mês. Isso se dá pelo grande número de dependentes que a maioria dos cooperados tem (veja tabela a seguir).

TABELA 16.

NÚMERO DE DEPENDENTES POR COOPERADO

N. de dependentes	**Percentual de cooperados**
Até 3	45%
De 4 a 5	41%
De 6 a 7	8%
Mais de 7	4%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

TABELA 17.

LOCAL DE NASCIMENTO

Local	**Percentual de cooperados E dependentes.**
Rio Claro	48,37%
Outras cidades do Interior de São Paulo.	22,96%
Cidades do Nordeste do Brasil	18,82%
Não Consta	9,85%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

Apesar de uma forte presença de migrantes nordestinos nos bairros com menores rendimentos são os próprios rioclarenses que representam quase metade do número de catadores e dependentes. Isso também pode se explicar pelo fato da migração já ter ocorrido há alguns anos e, portanto, os filhos de migrantes nasceram em Rio Claro.

TABELA 18.

TEMPO DE MORADIA

tempo	**Percentual de cooperados**
Mais de 10 anos	8%
Entre 5 e 9 anos	32%
Entre 1 e 4 anos	52%
Menos de 1 ano	4%
Não consta	4%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

TABELA 19.

SITUAÇÃO CONJUGAL DOS CHEFES DE FAMÍLIA

Situação	Percentual de cooperados
Casados	28%
Solteiros (sem companheiro)	24%
Solteiros (com companheiro)	36%
Amasiados	8%
Separados (sem companheiro)	4%

Fonte: Secretaria de Ação Social (PMRC, 2004).

A situação conjugal demonstra que 44% dos chefes de família possuem uma união informal que pode ser explicada pela falta de recursos para oficializarem a união.

Retomando a premissa de que o espaço é produto e condição das relações sociais que se estabelecem entre os homens, através do trabalho, para se apropriar da natureza e que, portanto, as cidades onde vivemos é o produto de uma sociedade onde rege a forma capitalista de produção, visando sempre o acúmulo de riqueza, nos perguntamos como fica este mesmo espaço produto das relações solidárias estabelecidas por empreendimentos de Economia Solidária.

Consideramos que a dialética deste trabalho está na inserção de uma empresa solidária local em um mercado dominado pelo capital global. Até que ponto pode ser emancipatório este tipo de empreendimento? Devemos considerar que no atual momento é apenas em seu funcionamento interno que as cooperativas apresentam características distintas do modo de produção capitalista. Suas relações exteriores são baseadas nos princípios capitalistas, onde de compra e se vende com a perspectiva de obter o maior lucro possível.

Os debates ambientais que se iniciam com maior visibilidade no mundo a partir da década de 1970 trazem suas conseqüências para todos os lugares e Rio Claro não fica a margem disto. Com as diretrizes ambientais postas na década de 1990, mais precisamente a partir de 1997 no município, aliadas as novas diretrizes econômicas, há um rearranjo na estrutura já existente na cidade acompanhado de um novo discurso e de novas denominações. O que antes era ferro-velho hoje é material reciclável.

Um dos aspectos desta mudança foi a preocupação da administração local em congregar os catadores que "garimpavam" o aterro da cidade em uma cooperativa que recolhesse os materiais recicláveis antes mesmo que eles chegassem ao aterro ou a locais de depósito de lixo irregulares. Especialmente em Rio Claro a iniciativa de formar uma cooperativa foi do poder público local através de uma política de geração trabalho e renda para os catadores que viviam em condições desumanas.

O empreendimento da cooperativa teve como objetivo também, além do resgate das famílias que viviam da coleta realizada no aterro da cidade, mudar o comportamento da comunidade diante dos resíduos sólidos urbanos através da educação ambiental e, por fim, reduzir a demanda de lixo depositado no aterro sanitário.

Todos estes dados nos mostram um pouco da realidade de cooperados e dependentes. No próximo capítulo são mostrados dados gerais do perfil do catador brasileiro. Veremos semelhanças e diferenças no cotidiano de ambos.

Fonte: http://blogs.law.harvard.edu/lixo/stories/storyReaders$66

Capítulo II

A sociedade do descartável - objetos e pessoas sem retorno?

Fonte: MELO, Mariana de. In: http://www.lixo.com.br.

A sociedade do descartável – objetos e pessoas sem retorno?

Este segundo capítulo visa apontar o momento das transformações nas relações de trabalho e no processo de massificação do consumo que originaram diferentes formas de reprodução, seja ela das relações sociais, seja ainda dos mais diversos materiais transformados em mercadoria. Pretendemos assim, retomar algumas questões da realidade escrita por meio de uma análise regressiva que contribua para o entendimento da produção do espaço pelos catadores de lixo.

A primeira parte deste capítulo aborda as mudanças nas relações de trabalho que originaram as mais variadas formas de reprodução, dentre as quais o trabalho informal e a atividade de coleta de materiais recicláveis como meio de sobrevivência.

Num segundo momento trataremos dos agentes que são responsáveis pela grande quantidade de materiais reciclados e que, no entanto, não têm a mesma participação nos ganhos provenientes deste processo. Analisaremos o papel dos catadores das ruas, suas condições de trabalho e a possibilidade da profissionalização como reconhecimento da importância de tal atividade.

A terceira parte dedica-se a análise do lixo como uma nova mercadoria, partindo da discussão da sociedade de consumo, do desperdício de materiais e das artimanhas da produção capitalista em garantir a sua reprodutibilidade.

Por fim, entendemos ser necessária uma discussão sobre a cidade já que ela é produto e condição de reprodução das relações sociais e, portanto, base de reprodução da vida.

- ***As mudanças nas relações de trabalho e as novas formas de reprodução da vida.***

O trabalho tem importância fundamental na nossa sociedade. Ele é uma forma de inserção do Homem na vida social. À medida que as estatísticas de desemprego sobem nota-se um aumento do trabalho informal.

A crise de emprego pela qual passa o mundo atualmente, e isto é claro na América Latina, leva à precarização do trabalho, à instabilidade gerada pela

flexibilização dos contratos e ao aparecimento de situações intermediárias entre o trabalho reconhecido e a desocupação.

Ao produzir sua vida a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico. Tais condições são produzidas pelo trabalho enquanto atividade humana. Assim, nosso ponto de partida é a produção socialmente determinada logo, a produção num determinado grau de desenvolvimento social que engloba também, a produção de indivíduos, em que ambos aparecem como resultado histórico.

Vivemos hoje uma crise da cidade, decorrente do aprofundamento das contradições do processo de realização da acumulação em escala ampliada que se materializa no aprofundamento dos processos de segregação e mais especificamente, no caso deste trabalho, na deterioração da reprodução das relações sociais. Tal crise da cidade contém, como um dos problemas mais debatidos nos últimos tempos, a falta dos meios de reprodução da vida para um grande número de pessoas, ou seja, a falta de emprego.

Para que a acumulação se realize, cada vez mais os processos produtivos "descartam" a mão de obra humana, substituindo-a pelo uso da máquina. Destaco o termo descartar por que é justamente neste ponto que surgem muitas contradições. Perguntamos-nos até que ponto o homem é descartado dos meios de reprodução do capital. Veremos no decorrer deste trabalho que o capitalismo se utiliza, de uma forma bastante degradada, do trabalho de milhares de pessoas que retiram do lixo o seu meio de sobrevivência.

Este trabalho parte da análise da cidade através da reprodução das relações sociais, que se realizam na forma de relações espaciais. Dessa forma a reflexão sobre a cidade é uma reflexão sobre a prática sócio-espacial.

Como bem a analisa Carlos (2004), se vivemos uma crise da cidade também vivemos uma crise teórica, indicando assim que a análise do mundo deve considerar uma articulação necessária entre teoria e prática. Para a referida autora há a necessidade de construção de um "modo possível de pensar a cidade", que se realiza a partir da análise de reprodução das relações sociais, que se realizam concretamente, na forma de relações espaciais – constituindo-se ao mesmo tempo em prática.

Nesta direção, a reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática sócio-espacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação (CARLOS, 2004 p. 07).

Portanto, a partir da análise da reprodução da vida de milhares de pessoas que tiram do lixo suas condições de sobrevivência, estaremos também realizando a construção de um dos modos possíveis de pensar a cidade, através da prática sócio-espacial dos catadores.

Para isso é necessária, a discussão do trabalho e seu conceito, e do que ele significa atualmente; isto implica também analisar a deterioração das relações de trabalho e acima de tudo a deterioração da reprodução das relações sociais.

O conceito de trabalho

A palavra "trabalho" deriva do latim *tripalium* cujo significado é: instrumento de tortura composto de três paus. Ao longo do tempo essa idéia de sofrer passou-se à de esforçar-se, à de lutar e, enfim, à de trabalhar.

Na história da humanidade o trabalho sempre existiu. Ele é uma condição imanente à existência da espécie humana e, desde suas formas mais rudimentares, está relacionado com o desenvolvimento de técnicas e caracterizado pela divisão do trabalho. Mas o pensamento intelectual do que vem a ser trabalho só ganhou expressão com a era industrial através da racionalidade moderna (HOPENHAYN, 2001 p. 15). Até este momento o trabalho era considerado um mal necessário, sendo por esta razão que a reflexão intelectual o dava a categoria de um fenômeno secundário.

O entendimento do que o trabalho significa atualmente na sociedade passa pela discussão de seu conceito. Hopenhayn (2001) considera que só com a sua negação que o conceito de trabalho adquire relevância, isto significa que a idéia de alienação do trabalho ou trabalho alienado é que o coloca nos âmbitos da especulação. Ao dizer que o conceito de trabalho começa com sua negação, o Autor refere-se ao fato de que o trabalho pode não ocorrer da maneira como se desejaria ou deveria ocorrer, ou ainda que não se tem entendido por trabalho o que se deveria entender. Daí a motivação de pensá-lo criticamente.

> O trabalho e seu conceito se tornam críticos quando assumem sentidos e conotações contrapostos, ou dito de outro modo, quando se tornam ambíguos.[22]

[22] HOPENHAYN, M. **Repensar el Trabajo**. Historia, profusión y perspectivas de un concepto. Buenos Aires: Grupo editorial Norma S. A., 2001. p. 16.

Esta pluralidade de sentidos vem desde o fim do século XVIII, quando se passa a pensar criticamente o trabalho e seu conceito, elaborado inicialmente por Adam Smith e desenvolvido por Hegel e Marx. O trabalho assume configurações sociológicas diferentes conforme as relações e os modos de produção. Ele era exercido de forma coletivista e solidária nas sociedades tribais. Depois, com as peculiaridades próprias às diversas sociedades e épocas históricas, assumiu as formas de escravidão, servidão e trabalho assalariado. Enquanto nos escravismo e no feudalismo o trabalho sofria uma coerção extra-econômica, sancionada pela lei, no capitalismo o trabalhador sofre uma coerção puramente econômica, pois é juridicamente livre para contratar com um empresário a venda de sua força de trabalho por um prazo determinado.

Somados aos diversos conceitos, cristão, calvinista, à visão antropocêntrica e à visão economicista da economia política clássica, a modalidade de trabalho também muda substancialmente com o advento da Revolução Industrial e sua nova divisão do trabalho, regime assalariado e insegurança no emprego. O desajuste entre o conceito de trabalho e o trabalho propriamente dito contribuiu para fazer deste conceito um problema, e com isto, constituí-lo em um objeto de estudo. (HOPENHAYN, 2001, p. 17).

A Revolução Industrial imprimiu ainda um paradoxo entre a máxima socialização do trabalho, ao reunir tantos trabalhadores em um mesmo espaço físico e de maneira organizada para confeccionar um produto, e a máxima atomização do trabalho ao reduzir, parcelar e especializar cada indivíduo na configuração total de um produto. Outra ambigüidade emerge da economia política quando Adam Smith (apud HOPENHAYN, 2001, p. 18) destaca o trabalho como principal fator de produção e como motor do crescimento econômico, vendo apenas seu aspecto puramente econômico e desenvolvendo uma concepção da produção de riqueza onde o trabalho perde toda a sua conotação antropológica.

A conotação de trabalho alienado ou alienação do trabalho é dada por Hegel e Marx. A Revolução Industrial traz diversos elementos que tornam mais complexo o contexto histórico e filosófico em que surge o conceito crítico de trabalho, como já dissemos anteriormente. Um destes elementos é a tradição filosófica de exaltação da atividade humana e de sua capacidade de domínio e de transformação do ser humano com relação ao mundo, herdada pelo humanismo filosófico do século XVI e pelo

idealismo filosófico dos séculos seguintes que cultivaram uma antropologia onde o ser humano era tido como um fundador da realidade. Tal tradição filosófica se contrapunha ao trabalho imposto pelo regime industrial, no qual as novas formas de produção deslocavam o trabalhador para um universo anônimo do capital. O homem que faz e que conhece não era uma característica do operário industrial.

A contradição entre o pensamento vigente, de um homem conhecedor do seu meio, e a realidade, de um operário que realizava tarefas segmentadas e por isso desconhecia o processo todo, foi o ponto de partida para que Hegel abordasse o conceito de trabalho.

A essência do conceito de trabalho em Hegel estava baseada no paradoxo herdado da filosofia de Fichte e das contradições da nova ordem mundial: "o trabalho atualiza e por sua vez aliena o ser; sem trabalho o sujeito não é nada, mas mediante o trabalho deixa de ser o que era". (HOPENHAYN, 2002, p. 124). Outra contribuição de Hegel está no entendimento de que os objetos de trabalho não são coisas mortas, mas encarnações vivas da essência do sujeito, de maneira que ao tratar com estes objetos o homem está tratando, de fato, com outros homens. Isto implica num sentido positivo e negativo do trabalho. Positivo porque através do trabalho o sujeito toma consciência de si mesmo enquanto sujeito social, vinculado a outros sujeitos. Negativo porque o trabalho também é dependência de uns em relação aos outros e, por isso, fica apegado ao 'reino das necessidades'.

Hopenhayn (2002, p. 126) escreve que Hegel acreditava superar a dimensão negativa do trabalho e de sua alienação nas relações geradas pelo trabalho, subordinando-o ao puro pensamento que se reconhece livre. "A alienação é, na dialética hegeliana, um momento necessário, produtivo e dinâmico na marcha do espírito". Desta forma, o idealismo de Hegel trata das contradições específicas do trabalho nas origens do capitalismo industrial, deixando pendente a análise histórica de alienação do trabalho retomada mais tarde por Marx.

> E enquanto em Hegel as ambivalências que o trabalho (e seu conceito) enfrentavam no capitalismo industrial seriam, em último caso, absorvidas em seu idealismo absoluto, em Marx, ao contrário, foram levadas a ponto de impugnar radicalmente as condições sociais e a ordem política em que tais ambivalências se desenvolviam. (HOPENHAYN, 2002, p. 123).

Destaca-se ainda em Hegel o caráter universal que ele dá ao trabalho quando salienta que os objetos frutos do trabalho transcendem as fronteiras do indivíduo isolado e faz deste um ser genérico e social. O objeto do trabalho convertido em mercadoria se torna universal e escapa do âmbito individual de onde havia sido produzido. Esta universalidade também transforma o sujeito do trabalho, o trabalhador e sua atividade individual. Como a produção de mercadorias faz com que os frutos do trabalho não sejam frutos para ser consumidos imediatamente por quem os produz, mas são bens de troca, fazem com que o trabalho tenha valor como atividade universal. Este valor está determinado pelo que o trabalho é para todos, e não pelo que é para o indivíduo. Tal observação de Hegel antecipa o conceito marxista de valor e seus efeitos na distribuição, e a função do trabalho na integração das distintas atividades individuais dentro do conjunto social de onde operam as relações de troca. Ele iria além ao dizer que o trabalho mecanizado possui menor valor à medida que se torna mais produtivo, fazendo com que o indivíduo precisasse trabalhar cada vez mais. Isto resultaria na restrição das faculdades do operário, cuja consciência se degrada ao mais baixo nível.

> Deste modo fica negada a auto-realização que deveria fazer possível o trabalho. Reduzido a seu caráter abstrato, despojado de suas peculiaridades individuais e destinado a uma troca cega de produtos, o trabalho subordina o trabalhador a um mundo que ele não controla e não consegue identificar sua atividade com o produto dela. Em uma economia onde a produção se destina a troca e onde o trabalho, por causa da mecanização e da produção massiva, perde sua especificidade criativa, o sujeito experimenta sua negação na atividade que exerce. (HOPENHAYN, 2002, p. 129).

Hegel assegura que o trabalho é por sua própria natureza a forma em que o indivíduo sai de si mesmo e se projeta em um mundo que deve transformar e fazer seu. Tal situação é distinta, porém, numa sociedade de produção mecanizada e destinada à troca mercantil, pois nestas condições nem a atividade nem os frutos do trabalho representam o reencontro do trabalhador consigo mesmo.

A alienação da atividade e do produto do trabalho é o centro da análise da problemática do trabalho em Marx. Já no que considera as regulações básicas de relação entre capitalistas e trabalhadores o Autor determina uma relação de exploração, concebendo o capital como trabalho acumulado arrancado das mãos do operário. Em um círculo vicioso a acumulação do capital aumenta a divisão do trabalho, a divisão do trabalho aumenta o número de operários que, por sua vez,

aumenta a divisão do trabalho, enquanto esta aumenta a acumulação do capital. O crescimento combinado do capital e da divisão do trabalho torna o operário cada vez mais dependente do trabalho mecanizado, fragmentado e atomizado. Por sua vez ao aumentar o número de indivíduos que dependem deste trabalho, aumenta a competição entre eles e diminui o preço de sua mão-de-obra. "O trabalhador deixa de ser homem e se converte em atividade abstrata".

Segundo Hopenhayn (2002, p. 130), Marx não assume as ambivalências como parte da natureza do trabalho, mas como expressão das contradições históricas que este mantém com o capital e as quais é preciso abolir na prática (e não só na especulação) para permitir o desenvolvimento das potencialidades humanas através do processo social do trabalho.

Marx também assinala a contradição da economia política clássica ao considerar por um lado que tudo se compra com o trabalho, mas o capital não é senão outra coisa que trabalho acumulado, por outro lado, o operário, longe de poder comprar tudo, deve vender-se a si mesmo e vender sua identidade humana. Ao considerar este fato como natural, a economia política clássica coisifica o trabalhador ao conceber o trabalho como força e o trabalhador como coisa depositária desta força. Tudo isto era evidentemente verificado nas condições deploráveis de trabalho nas fábricas.

A força de trabalho considerada como coisa, como mercadoria, não poderia, no entanto, ser acumulada como dinheiro ou qualquer outra mercadoria, por que o trabalho é vida e exige consumo permanente de alimentos. Marx teve sua crítica à economia política clássica formulada a partir de uma literatura social já existente, que ele citava e reconhecia. Dessa forma Marx cita Buret em *De la misère,* afirmando que conceber o trabalho como mercadoria é admitir a escravidão. (HOPENHAYN, 2002, p. 132).

A divisão do trabalho alcança dimensões inusitadas na Revolução Industrial e que, somado a divisão trabalho-capital tem especial efeito sobre o trabalho. A produção de mercadorias, subordinada a lei do mercado capitalista, nega tanto os talentos individuais como o interesse geral. O ser humano mais se aliena quanto mais se reduz sua atividade a uma função atomizada nesta divisão social do trabalho e quanto mais despojado se encontra dos meios e frutos de seu trabalho. Marx via a

alienação como condição na qual o sujeito não se reconhece em seu meio e se vê privado do desdobramento de suas potencialidades (ou de realização de sua liberdade). Dessa forma o trabalho no capitalismo industrial assumia a forma de trabalho alienado. (HOPENHAYN, 2002, p. 133).

O desenvolvimento do conceito de alienação levou Marx a considerar que sendo o trabalho o fundamento e a especificidade da espécie humana, falar de trabalho alienado é referir-se a alienação do ser humano como tal. Somente mediante a abolição do capitalismo se superaria a alienação do trabalho e devolveria à existência humana o seu sentido original.

O sentido do trabalho hoje

Vimos que o trabalho só adquire reflexão crítica, no ocidente, com o advento da Revolução Industrial. O pensamento do sentido que o trabalho adquire nas diferentes sociedades e épocas históricas baseia-se no que efetivamente ele representa para a manutenção destas sociedades. Assim, se na Grécia clássica o trabalho era considerado somente como aquela atividade manual exercida pelos escravos, não havia razões naquele momento para torná-lo um objeto de reflexão.

Tal transformação em objeto de reflexão crítica é fruto das mudanças que a forma de produção capitalista engendram nas relações de trabalho.

> A produção da vida, como sabemos, implica trabalho, e não um trabalho abstrato, mas concreto, o que significa a existência de condições de um lugar específico (não o espaço em abstrato). É através do trabalho que qualquer sociedade se reproduz. Mas é preciso destacar que, sob a égide do capital (por tanto, historicamente datado), o trabalho deixou de ser uma coisa natural, uma necessidade natural da sociedade para torna-se uma relação mediadora do aumento da riqueza de uma parte da sociedade[23].

Como dissemos anteriormente, o trabalho é a inserção do Homem na vida social, é através de tal atividade que o Homem reproduz a si mesmo e a sociedade.

---

[23] PINTAUDI, S. M. Espacio, historia y mundializacion. (Notas para evaluar las posibilidades de gestión local). In.: MEMÓRIA DO VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA UNIDADE TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REDE MERCOCIDADES. **A cidade global, existe no Mercosul? Gestão urbana local em tempo mundial.** Rio Claro: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2003. p. 56-57.

Mas sua importância torna-se ainda maior numa sociedade que o concebe como *relação mediadora do aumento da riqueza de uma parte desta sociedade*. Trabalhar, portanto, é estar incluído na sociedade de consumo, é a condição de adquirir cada vez mais novos objetos e de acumular riqueza.

Hoje, podemos dizer que "o trabalho alcançou seu maior nível histórico de produtividade, de uso das faculdades da inteligência e de desafios no plano da complexidade tecnológica e organizativa" [24]. No entanto, nunca se segmentou tanto o acesso ao trabalho estável e com salários dignos. A informalidade e precariedade do trabalho convivem com o aumento da produtividade, fruto da Terceira Revolução Industrial através da informação, informatização e do conhecimento.

Para Singer (1999, p. 16) "todas as revoluções industriais acarretaram acentuado aumento da produtividade do trabalho e, em conseqüência, causaram desemprego tecnológico". Mas a Terceira Revolução Industrial difere em diversos aspectos das anteriores. Ela traz sim aumento acelerado da produtividade do trabalho na indústria, mas isto se dá, sobretudo nos serviços que recolhem, processam, transmitem e arquivam informações. À substituição do trabalho humano pelo computador soma-se a crescente transferência de uma série de operações das mãos dos funcionários que atendem ao público para o próprio usuário através da difusão do auto-serviço facilitado pelo emprego universal do microcomputador (SINGER, 1999, p. 17).

A multiplicação de novos produtos é comparativamente diminuta às outras duas revoluções. Se na Segunda Revolução Industrial a geração de inúmeros novos produtos fez crescer o nível de consumo além da produtividade do trabalho, "de modo que os setores novos da economia absorveram mais força de trabalho do que a liberada por setores antigos renovados" [25], na Terceira Revolução Industrial o que tem sido oferecido ao consumidor final são novas formas de entretenimento, cujo usufruto exige mais tempo e nem todos estão com esta disponibilidade. Portanto, o aumento do consumo proporcionado pelo automóvel, avião, televisão e medicina curativa na Segunda Revolução Industrial não encontra similar atualmente. Os aumentos de

[24]HOPENHAYN (2002, p. 18.)
[25]SINGER, P. **Globalização e desemprego**. Diagnóstico e alternativas. 3ª.ed. São Paulo: Contexto, 1999, p. 16.

produtividade barateiam produtos, expandem seu consumo, mas empregam menos trabalhadores.

A utopia de uma pós-modernidade em um mundo que se trabalhe cada vez menos convive com a 'distopia' que parece atingir nações, separando os que trabalham em empregos modernos e têm ingressos cada vez maiores e os que permaneceram a beira do caminho do progresso e lutam por sua sobrevivência e dignidade. (HOPENHAYN, 2002, p. 19).

Tal quadro acima se mostra nitidamente na América Latina, somando-se ainda à contradição de num mesmo lugar conviverem distintos tempos históricos, desde a pré-modernidade até a pós-modernidade. Hopenhayn (2002, p. 19) explica que o mundo do trabalho nestes países conta com fabricantes de *softwares* em um extremo, e camponeses que utilizam sua própria energia humana para manter uma agricultura de subsistência. Dentro desta gama, existem ocupações de uso de alta tecnologia que empregam uma proporção reduzida da força de trabalho enquanto o setor informal da economia com seus baixos níveis de valor agregado e salários que implicam situações endêmicas de pobreza absorvem as massas de desempregados e em muitos países são responsáveis por mais da metade da população ocupada.

O desemprego: a ponta de um iceberg chamado deterioração das relações de trabalho

Até o começo da década de 1980 havia uma ordem econômica mundial onde o emprego parecia assegurado pela expansão produtiva, absorção da força de trabalho expulsa do campo ou das fábricas, em parte pelo setor de serviços, e pela regulação do Estado keynesiano. Hopenhayn (2002, p. 210) chama o século XX de século do emprego, não mais do trabalho, sendo o emprego entendido como estrutura social.

Na década de 1980 o contexto muda com a queda no crescimento em alguns setores da economia, especialmente sentido no Brasil. Dados do IBGE (apud SINGER, 1999, p. 14) mostram que os empregados de firmas particulares, que representavam mais de 50% do total de população ocupada segundo as categorias sócio-ocupacionais até o começo década de 1980, foram os que perderam mais postos de trabalho a partir de então.

Singer (1999, p. 12) entende que para colocar o desemprego em perspectiva é necessário explicitar e examinar criticamente uma série de pressupostos que o discurso corrente subentende. O fato de que se necessita de uma ocupação não implica necessariamente ter um emprego. O emprego é um conceito que implica assalariamento, onde o trabalhador vende sua mão-de-obra, o que o torna sujeito às demandas do mercado.

Somado ao quadro de desemprego tecnológico, fruto da Terceira Revolução Industrial e que, aliás, todas as revoluções acarretaram, tem-se também o desemprego estrutural, causado pela globalização, cujos efeitos são semelhantes aos do desemprego tecnológico ao não aumentar necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribuir para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir.

O desemprego tecnológico, como já foi explicado anteriormente, resulta da expulsão do emprego de milhões de pessoas, que cumpriam tarefas rotineiras e que exigiam um repertório limitado de conhecimentos sem qualquer necessidade de improvisação diante de situações imprevistas, as quais o cérebro eletrônico se mostra mais eficiente que o humano. Os postos de trabalho criados com aplicação das tecnologias requerem elevada qualificação e não demandam toda a mão-de-obra dispensada.

Quanto ao desemprego estrutural, fruto da globalização econômica, que sobretudo se caracteriza pelo "processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países"[26], o que se observa é que ele não reduz de forma sistemática e contínua a ocupação nos países exportadores de capital e importadores de produtos industriais na medida em que

> Uma economia ao se abrir ao comércio internacional, aumenta suas importações e exportações. O acréscimo de exportações cria novo emprego, ou melhor, novas ocupações; o acréscimo de importações elimina postos de trabalho, que são transferidos aos países de onde provêm os produtos importados. Se o país exporta mais do que importa, tem um ganho líquido de empregos. E vice-versa. Como o desequilíbrio entre vendas e compras do resto do mundo não pode aumentar sempre, a eliminação de postos de trabalho por este efeito, num determinado país tem de ser limitada. Em outras palavras,

[26] SINGER, 1999, p.21.

> quando os países desenvolvidos passaram a importar produtos industriais do Terceiro Mundo, os empregos correspondentes foram transferidos do centro à periferia. Mas a periferia também passou a importar mais do centro, de modo que este também pode criar novos empregos (SINGER, 1999, p. 22).

A característica do desemprego estrutural é que as vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho que, vão sendo ocupados por mão-de-obra feminina empregada em tempo parcial. Os ex-operários, por sua vez, moram em zonas economicamente deprimidas, são na maioria das vezes arrimos de família e dispõem de seguro-desemprego proporcional ao salário que lhes eram pagos, geralmente maiores do que os proporcionados pelas novas ocupações.

Segundo Singer (1999, p. 24) o termo precarização do trabalho descreve melhor do que a palavra desemprego o que de fato está ocorrendo. Os novos postos de trabalho, surgidos em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria, ao ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos garantiam anteriormente. A precarização do trabalho também toma forma nas relações informais ou incompletas de emprego.

Como o período em que se é demitido e recolocado no mercado de trabalho formal tem se tornado longo, ou ainda quando este estado de desemprego se torna permanente (desemprego no sentido de emprego assalariado), o trabalhador que depende única e exclusivamente de sua mão-de-obra precisa buscar outros meios de obter rendimentos necessários à sua sobrevivência. Surgem então os trabalhadores informais e os subempregados, prestadores de serviços autônomos, e que, como a maioria dessas pessoas tem baixa qualificação, realizam atividades de pouco valor agregado. São muitas vezes contratados por curto período de tempo, o que flexibiliza as relações trabalhistas, caso de bóias-frias, faxineiros sob regime de terceirização e tantos outros que vivem de fazer "bicos". Há ainda aqueles que independentemente montam pequenos comércios ambulantes nas ruas e vendem os mais variados objetos, alimentos ou serviços de engraxates, consertos de objetos de uso doméstico etc.

Estas economias populares que alimentam uma economia urbana de baixo custo proporcionam aos seus agentes o acesso às condições mínimas de sobrevivência. Mas, muitas vezes, esses setores da população se vêm impedidos do exercício de suas

atividades, informais, pelo poder público. Têm suas mercadorias apreendidas ou, são ainda, segregados às zonas que não interessam ao mercado formal. Surge daqui, como nos alerta Ortigoza (2001, p. 48), a necessidade para os geógrafos, que concebem a cidade como materialidade social e por isso um conjunto de forças onde ricos e pobres devem ser considerados, avaliar as lutas que se travam neste espaço, pois são acima de tudo lutas de classe. Assim as economias populares são a maneira que os excluídos encontraram de sobreviver em um espaço articulado para o capital mundial

> Muitas vezes os pobres **sujeitam-se** às normas globais, mas em outras eles **reagem** invadindo prédios, executando saques, realizando manifestações. Outras vezes ainda eles se **articulam** ao processo global, criando mecanismos de sobrevivência[27] .

Para Singer(1999, p. 7) o desemprego é uma espécie de ponta de um iceberg muito maior, qual seja, a deterioração das relações de trabalho. Esta deterioração não pode ser atribuída apenas e tão somente à globalização, mas, junto com esta abertura dos mercados, nossos governos desregulamentaram o comércio externo e o sistema financeiro, extinguiram o controle dos preços e criaram uma âncora cambial para estabilizar os preços que tornou, nosso país especificamente, dependente de maciças entradas de capital externo. Tais mudanças resultaram na elevação do desemprego e do subemprego em todas as suas formas e agravaram a exclusão social.

Vemos que Singer (1999) atribui a um período recente da história a deterioração das relações de trabalho. Acreditamos, porém, que tal deterioração se inicia no momento em que as formas capitalistas de produção, visando sempre a maximização do lucro, passam a comandar a reprodução das relações sociais. Como nos afirma Lefèbvre (1973, p. 109-110), a sociedade capitalista é uma produção e uma reprodução de relações sociais e não só uma produção de coisas. Assim as relações sociais não se produzem e reproduzem apenas no espaço da fábrica, mas se reproduz na vida cotidiana, na família e na cidade. "Reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza, se reparte e é despendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros setores..."(LEFÈBVRE, 1973, p. 110). Por isso as conseqüências deste modo de produção não são apenas ao nível das forças produtivas.

---

[27] ORTIGOZA, Silvia A. G. **O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista.** 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001. p. 49.

O desconhecimento desta reprodução das relações sociais permite a reprodução de relações antigas, cada vez mais degradadas, ao mesmo tempo em que novas relações sociais são produzidas de forma inconsciente. "Enfim, as próprias contradições reproduzem-se elas mesmas de forma alargada", segundo Lefèbvre (1973, p. 110).

As mal analisadas implicações do crescimento econômico à escala mundial não tratam do lento apodrecimento das relações sociais, bem como são mal compreendidos os papéis desempenhados pelo conhecimento, pela cultura e pela cidade nas condições atuais. Para Lefèbvre (1973, p. 111), estes são mais lugares da dissolução que da transformação, tornado evidente na análise do fenômeno urbano e das suas contradições internas, porque hoje, ele é simultaneamente o lugar da reprodução das antigas relações sociais, o lugar da sua decomposição e o lugar da formação de novas relações sociais e das suas contradições.

Podemos dizer que a globalização juntamente com a abertura dos mercados e desregulamentação do comércio externo e sistemas financeiro, salientadas por Singer (1999), agregaram novos elementos que ampliaram a deterioração das relações de trabalho. Tal deterioração induziu ao desemprego, subemprego e informalidade, que por sua vez conduziram milhares de pessoas às formas mais degradantes de ocupação, nas quais se enquadra a catação de materiais recicláveis para vender e para sobreviver.

- ***Os catadores de materiais recicláveis***

Hoje, nas cidades, é visualmente perceptível o número cada vez maior de pessoas que se utilizam do lixo como recurso para ter trabalho e rendimento – são os conhecidos "catadores".

O lixo, resto de valor de uso para a sociedade em geral, tornou-se valor de troca para muitas pessoas que estão às margens dos mecanismos formais de reprodução. O número crescente de catadores de materiais recicláveis representa a busca de meios de sobrevivência de uma parcela da população que, por vários motivos, e dentre eles o mais freqüente é a falta de emprego, não encontra outro caminho que não seja o da coleta de materiais recicláveis, muitas vezes misturados ao lixo comum e até mesmo contaminados.

Os catadores são um grupo de trabalhadores presente em todas as cidades do mundo, o que evidencia o caráter global da exclusão social. Este grupo de pessoas não se restringe só aos países pobres ou em desenvolvimento, como queiram chamar, da América Latina. Milhões de pessoas catam materiais recicláveis nas ruas e lixões tanto nas cidades da periferia ou semi-periferia como, em menor proporção, nas cidades do centro. Rodríguez (2002, p. 339) estima que na Colômbia (país onde realizou uma pesquisa sobre catadores e cooperativas) cerca de 300 mil pessoas, ou seja, 1% da população, viva dos rendimentos provenientes da comercialização dos materiais descartáveis. No México e no Egito o percentual sobe para 2% da população.

A exclusão social de que são vítimas os catadores também é especialmente perversa e dramática dada a

> generalizada rejeição social à sua forma de vida – que implica com freqüência viver na rua -, os recicladores são vítimas do mais elevado grau de exclusão social e estão relegados às **zonas mais selvagens da cartografia urbana** (grifo nosso) – isto é, as lixeiras, as ruas e os guetos onde vendem os seus produtos a intermediários e onde em certas ocasiões inclusive habitam[28].

Dados sobre o Brasil referem-se a 500 mil sobreviventes do lixo (CEMPRE, 2003). Por se tratar de uma profissão ainda não reconhecida e que, portanto está à margem da formalidade, estes números podem ser difusos, mas o que se evidencia é que a medida que o emprego se torna mais escasso, as condições de trabalho se tornam mais precárias.

Os catadores de materiais recicláveis vivem uma condição de pobreza singular. Além de terem poucos recursos para sua sobrevivência como todas as populações pobres, vivem sob o estigma da sujeira, por estarem em contato diário com o lixo. São por essa razão discriminados até mesmo pelos próprios pobres. Aliada a esta dramática exclusão social Rodríguez (2002, p. 344) coloca um outro problema que perpetua o processo de empobrecimento dos catadores no contexto colombiano. Trata-se da exploração econômica derivada da estrutura do mercado de reciclagem e da conduta dos seus atores dominantes (grande indústria e intermediários), visto que pagam preços irrisórios pelos materiais coletados e que posteriormente os vendem por valores muito maiores. No Brasil o contexto não é diferente.

O mercado brasileiro de reciclagem possui uma estrutura caracterizada como oligopsônica, ou seja, há concentração do poder de decidir as condições e os preços

[28] RODRÍGUEZ. p. 339

praticados pelo circuito de distribuição nas mãos do consumidor, representado pelas poucas indústrias recicladoras. Assim, a peculiaridade desta atividade é que poucos são os compradores finais de materiais recicláveis. O mercado da reciclagem pode ser então representado por uma pirâmide em cuja base estão os pequenos recicladores, catadores em sua grande maioria, e, no topo, a grande indústria recicladora. Portanto, o mercado da reciclagem está sujeito a seus compradores, que decidem preços e condições. Ao restante dessa cadeia produtiva cabe acumular, cada vez mais, os objetos passiveis de reciclagem para que possam ter uma margem mínima de lucro.

Trabalhadores que prestam todo tipo de serviços nas ruas, vendedores ambulantes, empregadas domésticas e catadores de materiais recicláveis estão entre aqueles que constituem economias populares que alimentam uma economia urbana de baixo custo e que lhes possibilitam acesso a bens e serviços indispensáveis para a sobrevivência. Porém, estas classes populares que criam e exploram um nicho econômico para sobreviverem, consideradas dentro do conjunto da economia urbana estão longe de ser autônomas, já que a economia informal "está plenamente articulada com a economia formal", como evidencia o caso dos catadores autônomos que vendem seus produtos aos intermediários que, por sua vez, os vendem às grandes indústrias recicladoras. Isto significa dizer que estes catadores independentes vendem produtos e mão-de-obra barata para o setor moderno da economia e ao invés de impedir, eles facilitam a exploração das classes populares[29].

Sobre exclusão social Martins (1997) nos traz uma contribuição teórica muito importante. O referido autor se pergunta por que a exclusão social só é percebida atualmente. Antes não havia exclusão social? Sua resposta é que antes, logo que se dava a exclusão, em curtíssimo prazo de tempo, se dava também a inclusão. Ou seja, o trabalhador que era expulso do campo em pouco tempo era absorvido pela indústria. Assim a exclusão não tinha visibilidade porque o trabalhador era excluído e reincluído, "em outro plano, num outro modo de viver, de pensar a vida, de trabalhar e assim por diante"[30].

---

[29] RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. de S. (org.) **Produzir para Viver.** Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002. p. 334.

[30] MARTINS, J.de S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997. p. 32.

Como a duração do tempo em que se é demitido e recolocado no mercado de trabalho tem se tornado muito longa (nos casos em que há recolocação), a inclusão do trabalhador tem implicado certa degradação, que para Martins (1997, p. 32) se concretiza no reaparecimento do trabalho escravo e que para efeitos da presente pesquisa se materializa no trabalho com o lixo.

> Em outras palavras, *o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num* modo de vida*, está se tornando mais do que um período transitório.* (grifos do autor). (MARTINS, 1997, p. 33).

Eis que então surge a criatividade destes excluídos, que criam novas formas de sobrevivência e se reincluem, mas apenas no plano econômico, não no plano social. Os trabalhadores informais conseguem ganhar o mínimo que garante a satisfação das necessidades básicas, mas não se reintegram numa sociabilidade normal, não possuem direitos que garantam a inclusão na sociedade. Suas atividades são muitas vezes vistas com desconfiança da comunidade e reprimidas pelo poder público.

É esta a nova desigualdade de que fala Martins (1997): estar incluído economicamente, mas excluído socialmente.

> Mas está crescendo no Brasil uma outra sociedade que é uma sub-humanidade: uma humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos, até mesmo, excusos etc. (MARTINS, 1997, p. 35-36).

Esta sub-humanidade revelada através do setor informal e concretizada na precariedade do trabalho tem uma de suas manifestações mais chocantes no aumento dia a dia do número de pessoas que vivem miseravelmente vasculhando o lixo na busca de materiais recicláveis para vender.

Quem são essas pessoas que percorrem as ruas de nossas cidades em busca de materiais que possam ser reciclados e comercializados? Uma pesquisa feita em junho de 2001 na Capital Federal em ocasião do I Encontro Nacional de Catadores revela um perfil nacional do catador de materiais recicláveis. Dados apresentados a seguir foram retirados do livro de Gonçalves (2003, p. 98-110). Foram entrevistadas 122 pessoas de um universo de 1400 catadores vindos de 17 Estados. Tais dados são, portanto, fruto de um levantamento com condições bem específicas já que, como salienta a própria Autora, "na prática isso significa dizer que a amostra realizada e os resultados dela obtidos têm propriedade probabilística muito limitada, com representatividade restrita àquele contexto". No entanto, por se tratar do único levantamento encontrado em caráter nacional sobre o perfil dos catadores de material reciclável, achamos

adequada a utilização deste como forma de conhecer um pouco mais sobre a vida destas pessoas.

Salientamos ainda que a metodologia do levantamento foi elaborada pelo matemático estatístico da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação CIDE professor Ricardo Wyllie.

TABELA 20.

TEMPO NA ATIVIDADE DE COLETA

Tempo	Percentual de catadores
Menos de 1 ano	14%
Entre 1 e 2 anos	20,2%
Entre 3 e 5 anos	22,5%
Mais de 5 anos	43,4%

Fonte: GONÇALVES, P. (2003).

Dos 122 entrevistados 43,4% dos catadores vivem há mais de 5 anos da atividade de coleta, o que evidencia a perpetuação destas pessoas nesta atividade e que por motivos os mais diversos não retornaram as suas atividades anteriores nem se inseriram em novos contextos de trabalho.

TABELA 21.

ESTADO CIVIL

Estado civil	Percentual de catadores
Casados	31,3%
Solteiros	28,4%
Separados	10,4%
Viúvos	3,7%
União Informal	26,1%

Fonte: GONÇALVES, P. (2003).

Dentre os entrevistados, 57 % matem algum tipo de união conjugal, sendo a maioria de natureza formal. Tais percentuais são compatíveis com os obtidos em pesquisas mais abrangentes como a PNAD – Pesquisa Nacional de Mostras por Domicílio, entre as pessoas de baixa renda.

TABELA 22.

ATIVIDADE DO(A) COMPANHEIRO(A)

Condição de Ocupação	Percentual
Não trabalha	33,7%
Trabalha no lixo	45,3%
Trabalha com registro em carteira	12,8%
Trabalha sem registro em carteira	8,1%

Fonte: GONÇALVES, P. (2003).

Para 45,3% destes entrevistados a renda do núcleo familiar depende integralmente da atividade de coleta de lixo.

TABELA 23.

NÚMERO DE DEPENDENTES

Número de dependentes por catador	Percentual de catadores
Zero	29,1%
Um	9,7%
Dois	9,7%
Três	14,9%
Quatro	13,4%
Mais de quatro	23,1%

Fonte: GONÇALVES, P. (2003).

São classificados por dependentes os filhos, esposa, parentes ou outros agregados. O maior percentual (29,1%), referente a nenhum dependente, explica-se pelo fato de que 28,4 % de catadores entrevistados declararem-se como solteiros. Contudo, entre os que possuem dependentes, a maior taxa, de 23,1%, refere-se a mais que quatro dependentes.

TABELA 24.

TIPO DE MORADIA

Tipo	Percentual de catadores
Alvenaria ou madeira	75,2%
Outro tipo	12,8%
Albergue	8,3%
Na rua	3,8%

Fonte: GONÇALVES, P. (2003).

Apesar de relativamente pequena, a proporção de catadores que moram nas ruas é grande quando comparada com as estatísticas obtidas para as populações urbanas nos grandes centros. A categoria "outro tipo" inclui forma mais precária e de difícil acesso. A pesquisa destaca ainda que parte dos entrevistados pertence a associações de moradores. Outros dados referentes a moradia indicam que 66% possuem casa própria, 13% moram de aluguel e 21% moram de favor.

A estatística de gênero revela 57% dos catadores entrevistados são homens e 43% mulheres, indicando assim uma diferença pouco significativa. Segundo a PNAD (apud GONÇALVES, 2003, p. 101), a diferença entre homens e mulheres tende a ser maior no caso de outras atividades que exigem menor grau de qualificação.

TABELA 25.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Nível	Percentual de catadores
Fundamental incompleto	64,9%
Fundamental completo	15,7%
Médio incompleto	6%
Médio completo	4,5%
Nenhum	9%

Fonte: GONÇALVES, P. (2003).

A escolaridade é comprovadamente baixa neste levantamento. São 2/3 dos catadores entrevistados que iniciaram, mas não conseguiram completar o ensino fundamental. Os quase 12% de entrevistados que ao menos iniciaram o ensino médio indicam a circunstancias atuais do nível de desemprego.

Indagados a respeito das causas que os levaram a trocar de atividade, 47% responderam que foram demitidos, 18% não estavam satisfeitos com o trabalho que realizavam e 15% alegaram que a remuneração era baixa. Dados importantes também referem-se às outras fontes de rendimentos destes trabalhadores:

TABELA 26.

OUTRAS RECEITAS

Rendimento mensal	Percentual de catadores
Até R$50,00	10%
De R$50,00 até R$150,00	8%
Mais de R$150,00	9%
Não tem outra fonte	72%

Fonte: GONÇALVES, P. (2003).

Mais de 70% dos entrevistados revelaram não possuir outras fontes de rendimento senão a do lixo. E, entre aqueles que possuem alguma outra alternativa, o ganho médio mensal é de R$75,83, ou seja, muito pouco.

Sobre problemas de saúde os entrevistados responderam que:

TABELA 27.

SAÚDE DOS CATADORES

Ocorrência	Percentual de catadores
Não	50,8%
Sim, doença física	40,2%
Sim, problemas emocionais	4,5%
Sim, por causa de acidente	1,5%
Sim, físicos e emocionais	3%

Fonte: GONÇALVES, P. (2003).

Os 40,2% de catadores entrevistados que alegaram já ter sofrido algum problema sério de saúde é um percentual alto e significativo. Tais números refletem a condição socioeconômica destes trabalhadores. Além disso, também é significativo o percentual dos que já tiveram problemas emocionais.

Por ser um levantamento realizado durante o I Encontro Nacional de Catadores, o número de entrevistados que participam de alguma forma associativa de coleta seletiva é maior dado ao nível de reconhecimento da atividade que exercem. Desta forma temos:

TABELA 28.

TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NA COOPERATIVA

Tempo	Percentual de catadores
Até 1 ano	23%
Entre 1 e 5 anos	39%
Faz mais de 5 anos	7%
Não participa	32%

Fonte: GONÇALVES, P. (2003).

Nota-se que as cooperativas de catadores eram bem menos difundidas há até cinco anos.

Quanto aos locais de coleta de material reciclável, 66, 4% dos entrevistados afirmaram já ter freqüentado lixões. Muitos dos catadores preferem trabalharem sozinhos. É o que demonstra o percentual de 55,6% dos catadores entrevistados. Há ainda 19,5% que coletam junto com familiares e 18,8% trabalham junto com parceiros.

O transporte dos materiais recicláveis se dá, na maioria das vezes, através de carrinhos manuais. Dos 122 entrevistados, 20,9% disseram que possuem carrinho próprio, 65,7% utilizam carrinho de terceiros e 13,4% não utilizam este tipo de transporte.

O ganho obtido com a coleta de materiais ainda é muito baixo. Vejamos:

TABELA 29.

RENDIMENTOS OBTIDOS COM A ATIVIDADE

Receita	Percentual de catadores
Até R$150,00	52,8%
De R$150,00 a R$250,00	17,3%
De R$250,00 a R$400,00	23,6%
Mais de R$400,00	6,3%

Fonte: GONÇALVES, P. (2003).

Praticamente 70% dos entrevistados obtêm rendimentos provenientes da atividade inferiores ao salário mínimo vigente[31]. Além estrutura de comercialização destes materiais que explora a mão-de-obra do catador deve-se considerar também o tipo e a quantidade de cada tipo de material comercializado. No entanto, o ganho médio é estimado em R$192,50 (GONÇALVES, 2003, p. 105). Por isso, cabe destacar também o quanto de material estas pessoas recolhem diariamente.

TABELA 30.

QUANTIDADE COLETADA DE MATERIAL RECICLÁVEL

Quantidade	**Percentual de catadores**
Entre 1 e 200 Kg.	62,7%
Entre 200 e 400 Kg.	24,6%
Entre 400 e 600 Kg.	3,2%
Entre 600 e 800 kg.	9,5%

Fonte: GONÇALVES, P. (2003).

A quantidade em peso de material varia muito de acordo com o tipo coletado. Portanto, há uma grande variabilidade de acordo com a especialização do catador. A média da quantidade coletada por cada entrevistado é de 219 kg/dia. Relaciona-se, porém, que um carrinho manual tem capacidade para 200 Kg. Tais dados devem ser analisados cuidadosamente pois, a relação volume/peso do material é bastante variável já que 1 kg de papelão ocupa muito mais espaço que 1 kg de ferro.

A relação entre a quantidade de material coletado e o rendimento proveniente desta coleta demonstra que:

TABELA 31.

QUANTIDADE COLETADA X REMUNERAÇÃO

	Faixa de Remuneração por Catador		
Peso diário	**Abaixo de R$250,00 mensais**	**Acima de R$250,00 mensais**	**Totais**
Menos de 400 kg	81	26	107
Mais de 400 kg	5	10	15
Totais	86	36	122

Fonte: GONÇALVES, P. (2003).

[31] Em janeiro de 2005 o salário mínimo é de R$260,00.

A tabela acima demonstra que estatisticamente a relação entre peso coletado e remuneração é positiva. Contudo, esta relação não é obvia face às diferenças de preço de cada tipo de material. Veja os preços praticados pelo mercado na página 98.

As tabelas acima indicam o perfil do catador de material reciclável brasileiro. Todos os dados indicam uma situação de extrema pobreza caracterizada pelos baixos rendimentos obtidos com a atividade e a pouca oportunidade de acessos a bens e serviços como saúde e educação. Certamente muitos destes catadores não escolheram esta atividade, mas foram escolhidos pela falta de oportunidade e de condições mais dignas de trabalho.

O I Encontro Nacional dos Catadores de Material Reciclável realizado em Brasília no mês de Junho de 2001 demonstrou haver uma articulação destes trabalhadores, apoiados por algumas organizações não governamentais. O Estado, por sua vez, tem se omitido da responsabilidade que lhe cabe em apoiar, ou ao menos não atrapalhar o trabalho destes milhares de pessoas. Uma das preocupações surgidas deste Encontro é privatização dos serviços de coleta seletiva já vigente em algumas cidades.

FOTO 14.

CATADOR PARTICIPANTE DO I ENCONTRO NACIONAL DE CATADORES: ARTICULAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA SOLUÇÃO DE SEUS PROBLEMAS.

Fonte: MELO, Mariana de. In: http://www.lixo.com.br.

Há para Martins (1997, p. 36) uma fratura da sociedade em dois mundos que é difícil de ultrapassar. As soluções que se apresentam, segundo o Autor, no entanto, são soluções neoliberais, já que a sociedade civil é quem está resolvendo os seus problemas, tendo o Estado aberto a mão de suas responsabilidades. O Autor propõe que no livremos dos estereótipos, neoliberalismo, por exemplo, porque eles nos enganam e enganam as pessoas que se quer ajudar. Este é o nosso desafio primário. Ao pensarmos no alternativo, "podemos ver que a população mesma está construindo a alternativa, uma alternativa includente, não uma alternativa que aprofunde o abismo com o existente, não a recusa das contradições da sociedade atual", que se concretiza sobretudo na recusa de uma "dupla sociedade onde uns só têm obrigações de trabalho e não tem absolutamente mais nada, e outros têm em princípio absolutamente tudo e nenhuma responsabilidade pelo destino dos demais".

Martins (1997, p 37) acredita que no fundo estas grandes lutas sociais vão se desenvolver em torno daquilo que Lefèbvre chamou de *necessidades radicais*,

> necessidades que derivam de contradições subjetivamente insuportáveis e que não podem ser atendidas se a sociedade não sofrer mudanças fundamentais e profundas de responsabilidade de todos; se a sociedade não se modernizar revolucionando suas relações arcaicas, ajustando-as de acordo com as necessidades do homem, e não de acordo com as conveniências do capital. (MARTINS, 1997, p. 38). [32]

Pouco a pouco estes trabalhadores passam a tomar consciência de que apesar de ser uma atividade desprezada por grande parte da sociedade, o que fazem traz grandes benefícios à natureza, à limpeza urbana e à sobrevida de aterros sanitários, que é tão cara às administrações municipais. Especificamente no caso dos catadores reunidos em Brasília em junho de 2001 vê-se que eles lutam por direitos a uma vida mais digna. Dentre os 122 entrevistados 26,6% demandam qualificação na área do cooperativismo, 16,9% querem estudar, 20,2% desejam obter mais conhecimentos sobre projetos e parcerias e 36,3% querem aprender mais sobre como trabalhar melhor com os materiais e lidar com o mercado.

A realização de um Encontro de nível nacional fortaleceu os catadores enquanto categoria profissional, embora não tenham sua profissão regulamentada. Um primeiro passo já foi dado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ao reconhecer

[32] Na verdade tais *necessidades radicais* fazem parte da obra de Agnes Heller e não de Henri Lefèbvre como argumenta José de Souza Martins.

que a atividade realizada pelos catadores ganhou expressão significativa, incluindo-a na CBO- (Classificação Brasileira de Ocupações).

5192 :: Catadores de material reciclável

5192-05 - Catador de material reciclável - *Catador de ferro-velho*, *Catador de papel e papelão*, *Catador de sucata*, *Catador de vasilhame*, *Enfardador de sucata (cooperativa)*, *Separador de sucata (cooperativa)*, *Triador de sucata (cooperativa).*

Descrição sumária

Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.

Retirado de: Ministério do Trabalho e Emprego. In: http://www.mtecbo.gov.br/index.htm

Outro reconhecimento da importância do papel do catador de lixo se deu no ato da criação de um Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo com vistas a implementar ações que melhorem as condições de vida e de trabalho da população catadora de lixo e que destinem adequadamente os resíduos sólidos nos municípios. Ao criar o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo ficou decretado que:

Art. 1º Fica criado o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, com a finalidade de:
I - implementar o Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão de Catadores e à Erradicação de Lixões, visando garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo e apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos Municípios;
II - articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação dos programas voltados à população catadora de lixo;
III - definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações articuladas que deverão atuar de forma integrada nas localidades.
Art. 2º O Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo será composto por um representante, titular e suplente, de cada órgão e entidade a seguir indicados:
I - Casa Civil da Presidência da República;
II - Ministério da Educação;
III - Ministério da Saúde;
IV - Ministério do Trabalho e Emprego;
V - Ministério da Ciência e Tecnologia;
VI - Ministério do Meio Ambiente;
VII - Ministério da Assistência Social;
VIII - Ministério das Cidades;
IX - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
X - Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;
XI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;
XII - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; e
XIII - Caixa Econômica Federal.
§ 1º O Comitê poderá convidar representantes de órgãos da administração federal, estadual e municipal e de entidades privadas, inclusive organizações não-governamentais, para o acompanhamento dos trabalhos.
§ 2º A coordenação do Comitê será exercida em conjunto pelos representantes do Ministério das Cidades e do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.
§ 3º Os membros do Comitê serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades representados e designados pelo Ministro de Estado das Cidades.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

José Graziano da Silva

Olívio de Oliveira Dutra

Publicado no DOU de 12.09.2003, Seção I, pág. 12.[33]

Observamos que, apesar da pouca instrução demonstrada nos dados acima, juntamente com a condição de pobreza e exclusão, os catadores de lixo, incluídos no

[33] Retirado de Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em:<http://www.mct.gov.br/legis/decretos/11092003a_2003.htm>.Acesso 22 de março de 2004.

setor informal, que já representa mais de 50% dos empregos criados na América Latina durante a década de 1990 segundo dados da CEPAL (apud RODRÍGUEZ, 2002, p. 332), estão tomando consciência que é só através da articulação que podem pleitear alguma transformação nas suas condições de trabalho e vida.

A coleta seletiva ocorre informalmente no Brasil, com o trabalho do catador, há muitas décadas. Por diversas denominações – papeleiro, garrafeiro, sucateiro ou "burro sem rabo" – estas pessoas que percorrem todos os cantos das cidades sempre estiveram de forma mais ou menos institucional no processo de gerenciamento de resíduos. Procura nos restos daqueles que podem consumir a matéria que lhe dará os meios de sua reprodução.

É a partir de encontros nacionais, regionais e estaduais que estes trabalhadores ganharam visibilidade por parte daqueles que fazem as políticas públicas. É importante ressaltar que há um grande número de catadores não organizados e que sequer sabem que possuem algum direito. Para muitos a atividade que realizam é apenas um meio de conseguir o alimento de hoje.

- ***Lixo: a nova mercadoria***

Lixo é basicamente todo e qualquer material descartado, proveniente das atividades humanas.

Para Lefèbvre vivemos em uma fase ou zona crítica, que tem como característica a problemática urbana. Tal problemática envolve na sua essência as questões sociais, espaciais e ambientais. O lixo por sua vez, considerado apenas como um problema ambiental, deve ser analisado também como questão social e espacial, porque ele é o produto final, o resíduo, de tudo o que se produz e se consome nesta sociedade.

O Homem sempre produziu resíduos. O que evidentemente mudou foi a qualidade e quantidade deste material gerado com o desenvolvimento das técnicas e formas de vida. De acordo com Berríos (1999, p.18) no contexto de um modo de vida muito simplificado, os produtos residuais do consumo das mais antigas formas de organização social humana restringiam-se a matérias em condições próximas às naturais, mesmo porque, ou se tratava de matérias consumidas nos seus estados iniciais, naturais (como os alimentos), ou se tratava de objetos transformados e

adaptados aos usos específicos requeridos, usando-se técnicas muito rudimentares. Por isso a constituição dos resíduos era predominantemente orgânica, o que os tornava facilmente assimiláveis pelos mecanismos de auto-regulação dos mesmos sistemas naturais, não causando impactos ambientais.

> Em termos ecológicos, nos estágios mais primitivos, o homem era parte da biocenose, atuando como qualquer outro organismo vivo, realizando funções parecidas, captando, assimilando e eliminando materiais e energia, logo transformadas através dos mecanismos próprios da natureza, sem aumentar a entropia nem romper o equilíbrio hemeostástico, como acontece com o atual aperfeiçoamento da tecnologia. (MARTINEZ E SCHLUPMAN, 1991 APUD BERRÍOS, 1999, p. 18).

A Revolução Industrial, mais uma vez com papel de destaque, é o momento que intensifica o processo de descarte de materiais. É a partir da industrialização que se acrescenta ao lixo as variáveis quantidade e tipo, a consideração da escala e da concentração. A sociedade (pós-industrial, avançada e desenvolvida) passa a gerar dejetos industriais, que são subprodutos dos processos fabris, assim como modifica o seu lixo doméstico – antes quase que exclusivamente orgânico, tem a partir de então outros componentes (vidros, metais, plásticos, etc.). São, sobretudo, materiais inorgânicos que inseridos no menu lixo tornam difícil a sua reciclagem, agravada pela concentração e pelo seu caráter artificial (RODRIGUES, 1998, p. 143).

Assim, retomando Lefèbvre mais uma vez, com a complexificação da sociedade, quando ela passa do rural ao industrial e do industrial ao urbano, atingindo o espaço e o tempo, porque a complexificação do espaço e dos objetos que nele se situam não ocorrem sem uma complexificação do tempo e das atividades que nele se desenvolvem, há uma complexificação dos resíduos desta sociedade, através dos novos tipos e da quantidade gerada.

Do início da industrialização até a década de 1970, quando as preocupações ambientais passaram a ser tratadas com maior rigor, o lixo era disposto em áreas das cidades sem qualquer preocupação maior. Disseminavam-se os lixões a céu aberto com todo o tipo de material, desde resíduos orgânicos até resíduos tóxicos das indústrias e lixo hospitalar. Tal situação ainda não se modificou em muitas cidades brasileiras, apesar do discurso ecológico, das normas técnicas para construção de aterros e da possibilidade de aproveitamento de grande parte do material que se destina aos lixões através de novas tecnologias.

O retorno de materiais ao ciclo de produção não é contemporâneo à tomada de consciência ecológica da década de 1970. Antes mesmo de ser denominado como reciclagem, muitas indústrias se utilizavam de materiais descartados no seu processo de produção. Por isso, a reciclagem antes de "beneficiar o meio ambiente", já beneficiava a economia de muitas indústrias.

As indústrias metalúrgicas e de vidros são as primeiras a se utilizar de produtos descartados no seu processo produtivo. Os metais ferrosos e não ferrosos utilizados em pequenas fundições e grandes siderúrgicas, assim como cacos de vidro já substituíam matéria-prima virgem desde a segunda metade do século XX nos Estados Unidos e Europa. Na América Latina tal processo se inicia em 1975 na Colômbia e difunde-se para todos os outros países. O Brasil, com a criação da LATASA em 1991, tornou-se o maior reciclador mundial de latas de alumínio utilizadas em embalagens de bebidas.

Somada à preocupação ambiental e à economia das indústrias, a crise do petróleo da década de 1970 também agregou importância estratégica à reciclagem, tornado-se um imperativo das sociedades contemporâneas, principalmente nos países com poucos recursos naturais, países com crises energéticas e países subdesenvolvidos que buscam otimizar a produção e limitar importações.

O lixo, que durante toda a história do Homem representou um resto de valor de uso, sobras do consumo que simplesmente eram dispostas à ação do tempo, torna-se matéria reutilizada em períodos de crise, seja por falta de novos recursos naturais, seja pelos problemas ambientais que se apresentam com sua disposição inadequada.

Lixo: de resto de valor de uso à transformação em valor de troca.

Ao se transformar em objeto de compra e venda de um mercado regulado, o lixo se torna uma mercadoria. Ele é o produto de comercialização entre catadores, sucateiros e indústria recicladora.

O lixo é um resto de valor de uso para a sociedade em geral. Para o mercado de reciclagem ele passa a ter um valor de uso e um valor de troca. Ademais, enquanto matéria, ele é produto do trabalho humano, mesmo que tenha sido dispensado pelo seu possuidor após perder sua "vida" útil. Tornado mercadoria, o lixo tem novamente

o trabalho humano incorporado ao passar pelos processos de coleta, triagem, beneficiamento e transformação na indústria. E todos esses processos envolvem etapas de compra e venda.

O valor de uso do lixo-mercadoria se concretizará na sua transformação final em um novo produto realizado pela indústria recicladora. É neste momento que o lixo-mercadoria terá sua utilidade, pois como diz Marx (1985, p. 45).

> A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas, essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. (...). Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. (...). **O valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela** (grifo nosso). Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca.

No capitalismo a produção de mercadorias tem como objetivo a produção para a venda e não para determinados valores de uso, embora seja considerado no cálculo do produtor de mercadorias o papel esperado pelo comprador de determinado valor de uso. Conforme Haug (1997, p. 26) o mesmo ato para o produtor e para o vendedor ocorrem em tempos diferentes e tem um significado bem diverso pois, da perspectiva do valor de troca, o processo está concluído e o objetivo alcançado com o ato da venda. Da perspectiva da necessidade do valor de uso, o mesmo ato significa apenas o começo e o pressuposto para a realização de seu fim através do uso e do desfrute.

O mercado da reciclagem tem a peculiaridade de ter como consumidor final a indústria de transformação. E como são estas indústrias em menor número do que os demais agentes da cadeia produtiva o mercado de reciclagem é oligopsônico, ou seja, poucos são os consumidores finais da mercadoria lixo.

Se o valor de uso se concretiza no consumo do lixo enquanto matéria-prima pela indústria recicladora, o valor de troca se concretiza na sua comercialização por catadores e sucateiros.

A forma do lixo mercadoria

Mas não é qualquer lixo que pode se tornar uma mercadoria. A reciclagem em grande escala é realizada pela indústria através de quatro grandes grupos de materiais

– os papéis, os metais, os vidros e os plásticos, cada um com seus sub-tipos e especificações que variam conforme as características próprias.

De acordo com o IPT-CEMPRE (1998), na reciclagem do papel utiliza-se "aparas de papel", uma denominação genérica para a matéria-prima utilizada no processo e que pode ser constituída de rebarbas de papéis, cartões, cartolinas e papelões gerados durante os processos de fabricação desses materiais, ou de sua conversão em artefatos, ou ainda gerados em gráficas. As aparas podem ser constituídas por materiais já usados e descartados. As fontes destas matérias-primas são residências, comércios, escritórios, gráficas e as próprias indústrias fabricantes de papel. Mas, para que esse material seja reciclado, é necessária a intermediação de fontes geradoras e indústrias recicladoras realizada pelos catadores e sucateiros. Tais agentes são responsáveis pelo acúmulo e enfardamento, que inclui também a necessidade de eliminação de impurezas presentes no papel coletado.

Quanto aos metais existe uma classificação devido à sua composição em dois grupos: os ferrosos compostos basicamente de ferro e aço, e os não-ferrosos. Os metais que se destinam a reciclagem recebem a denominação de sucata. No lixo domiciliar a maior parte dos metais presente é proveniente de embalagens, principalmente as de alimentos. Encontra-se em menor quantidade os metais provenientes de utensílios e equipamentos descartados como panelas, peças de geladeira e fogão etc. Segundo o IPT-CEMPRE, a sucata metálica, além de ter embutida em si a etapa mais cara do processo primário, que é a extração e redução do minério ao estado metálico, tem ainda um valor econômico, próprio do metal, sendo este significativo em metais como alumínio, chumbo, cobre e, particularmente, nos metais nobres: ouro, platina e prata. Assim, a grande vantagem da reciclagem dos metais é a de se evitar as despesas da fase de redução do minério a metal, fase esta que envolve um alto consumo de energia. Os metais e especificamente, as latas de alumínio, são o tipo de material mais procurado pelos catadores de rua devido ao valor que lhe são pagos no ato da venda pelos "ferros velhos" ou comércio de sucatas, denominação mais recente deste tipo de comércio. Como veremos adiante o preço pago por cada quilograma de latinha de alumínio e muito superior ao do papel, plástico, vidro e até mesmo de outros metais ferrosos.

De acordo com o IPT-CEMPRE (1998) o vidro é 100% reciclável, não ocorrendo perda de material durante o processo de fusão. Para cada tonelada de caco de vidro limpo, uma tonelada de vidro novo é feita e, ainda se economiza 1,2 tonelada de matéria-prima. Quanto à energia necessária para a fabricação do vidro são economizados 2,5% para cada 10% de caco de vidro empregado no processo. A proveniência dos cacos é basicamente duas: as próprias fábricas de vidro e os usuários e processadores de todos os tipos de produtos de vidro. No lixo domiciliar a grande quantidade deste material é encontrada na forma de embalagens. Na comercialização do vidro os intermediários, após comprarem os produtos na forma de garrafas, potes e demais tipos de embalagem, dos catadores, separam por cor e quebram esse material, transformando-os em cacos. Mas, pelo pouco valor que este tipo de material possui no mercado, sua reciclagem ocorre apenas nas áreas próximas às fabricas de vidros devido ao custo do transporte que inviabiliza a venda.

Apesar do seu recente desenvolvimento e utilização, comparados aos outros materiais, o plástico é o maior problema dentre todos os tipos de lixo que se acumulam no espaço urbano. Sua natureza química apresenta uma grande resistência à biodegradação. Embora represente somente cerca de 4 a 7% em massa, os plásticos ocupam de 15% a 20% do volume do lixo, o que contribui para que aumentem os custos de coleta, transporte e deposição final e, diminuindo a vida útil de aterros sanitários. Segundo o IPT-CEMPRE (1998), o plástico proveniente do lixo urbano pode ser comercializado em diversas formas e diferentes estágios de preparo, dependendo dos sistemas de coleta e separação, do beneficiamento, da disponibilidade de empresas recicladoras na região etc. como as empresas que se dedicam a reciclagem do plástico preferem adquiri-lo previamente separado e limpo, cabe aos agentes intermediários da cadeia produtiva ter uma estrutura mínima para preparar o material visando atender o mercado consumidor.

Todos estes quatro tipos de materiais recicláveis constituem o que hoje se denomina de mercado da reciclagem. A transformação do lixo em novos objetos envolve uma extensa cadeia produtiva, desconhecida da população em geral. São catadores autônomos, cooperativas de coleta seletiva, pequenos, médios e grandes sucateiros e, na ponta, a indústria recicladora. O emprego de novas tecnologias tem possibilitado a especialização destes agentes em um único tipo ou sub-tipo de material.

A modernização de estabelecimentos que comercializam sucatas aliada à formação de cooperativas de catadores solidifica uma rede de comercialização do lixo através do aumento do número de fixos e fluxos, ou seja, mais locais de beneficiamento de materiais recicláveis e maior intercâmbio entre os diversos agentes.

Cabe destacar ainda que o mercado de reciclagem possui quatro leis fundamentais para seu funcionamento: quantidade, qualidade, freqüência e forma de pagamento. Tais exigências podem dificultar, por exemplo, a implantação de programas de coleta seletiva com participação de cooperativas de catadores. Os principais compradores de materiais recicláveis, as grandes indústrias recicladoras, só compram em *grande quantidade*, sendo o material selecionado e enfardado, o que determina sua *qualidade*. A indústria tem preferência por quem fornece *sempre* o material, observada as características de quantidade e qualidade. Sua *forma de pagamento* não é a vista, mas, dentro de 30 a 40 dias, o que requer um capital de giro para quem decide fazer parte desta cadeia produtiva. Todos estes elementos trazem dificuldades para as cooperativas que dependem da doação de materiais porque não podem acumular a quantidade necessária na freqüência exigida pela indústria. Dessa forma, resta a estes empreendimentos a venda para intermediários que pagam valores inferiores aos do comprador final.

Quanto se paga pela mercadoria lixo

O mercado brasileiro de reciclagem tem seus preços atrelados a cotação internacional do dólar. Outro determinante do preço pago é o fato deste ser um mercado oligopsônico, portanto, quem decide quanto pagar são as indústrias recicladoras.

Outros fatores externos influem nos preços praticados pelo mercado. Um deles é a flutuação do mercado. No caso específico da reciclagem do papel existe uma dependência do mercado de aparas de papel com o de pasta celulósica de fibras virgens (celulose) que faz com que o primeiro apresente flutuações. Quando há oferta de celulose a preços atrativos, o mercado de aparas de retrai, e tem sua estrutura abalada, que só se refaz lentamente. Quando há escassez de celulose, o preço das aparas tende a subir. No caso das aparas de papel, as flutuações de mercado não podem ser resolvidas com sua estocagem, uma vez que esta é limitada em espaço

(custo de instalação) e em tempo (o papel "envelhece" rapidamente e degrada) (IPT-CEMPRE, 1998). Tal flutuação também se faz sentir na comercialização dos outros tipos de materiais.

Outros fatores determinantes são os custos elevados para instalação de unidades de reciclagem; a sofisticação dos materiais que dificultam a reciclagem e a extensão territorial do Brasil que pode tornar o custo do transporte inviável ao aproveitamento do lixo.

Temos assim apresentada a tabela de preços praticados pelos programas de coleta seletiva de todo o Brasil no mês de fevereiro de 2004 segundo o CEMPRE[34].

[34] O CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem informa periodicamente em seu site (http://www.cempre.org.br) o preço dos materiais praticados em todo o Brasil.

TABELA 32.

PREÇO DO MATERIAL RECICLÁVEL*

	Papelão	*Papel Branco*	*Latas de Aço*	*Alumínio*	*Vidro Incolor*	*Vidro Colorido*	*Plástico Rígido*	*PET*	*Plástico Filme*	*Longa Vida*
Distrito Federal										
Brasília	150 L	350 L	90 L	3.000 L	50 L	50 L	280 L	450 L	200 L	30 L
Espírito Santo										
Vitória	110 P	423 P	58	3.000 P	40	20	500 P	740 P	157 P	70 P
Minas Gerais										
Belo Horizonte	222 PL	422 PL	-	3.200 PL	-	-	450 PL	650 PL	300 PL	-
Paraná										
Curitiba	160 PL	300 PL	50 P	1.850	25	22	340 PL	100 P	100 P	70 P
Rio de Janeiro										
Rio de Janeiro	220 PL	300 PL	80 PL	-	15	15	200 PL	400 PL	150 PL	10 PL
Rio Grande do Sul										
Farroupilha	290 PL	410 PL	50 PL	2.000 PL	50	50	250 PL	520 PL	250 PL	20
São Paulo										
Santo André	150 L	380 L	250 L	3.400 L	140 L	50 L	420 PL	680 PL	250 PL	-
Santos	230 L	400 L	150 L	3.000 L	-	70 L	270 L	500 L	200 L	60 L
São Bernardo	240 PL	500 PL	270 PL	3.400 PL	100	50	650 PL	750	-	100 PL
São José dos Campos	352 PL	155	389 PL	3.110 PL	68	68	250 PL	710 PL	300 PL	131 P

P = prensado - L = limpo

*Preço da tonelada, em Real

Observando-se a tabela anterior vemos que territorialmente os maiores preços são praticados no Estado de São Paulo, onde também se concentra o maior número de cooperativas e associações que fornecem tais dados. Apesar de ainda não dispormos da localização das principais indústrias recicladoras do país devemos considerar que a região sudeste e especificamente o Estado de São Paulo comportam o maior parque industrial. Portanto o fator custo de transporte beneficia as cooperativas e demais agentes que nessa região se localizam. Também pode-se considerar o nível de consumo e, portanto, o lixo gerado nesta região, conferindo quantidade e freqüência ao mercado local.

Quanto aos materiais mais valorizados economicamente a lata de alumínio é que proporciona maiores ganhos por tonelada. Seu preço varia de R$1.850,00 à R$3.400,00 por tonelada. Fato curioso se mostra no Estado do Rio de Janeiro onde o preço da lata de alumínio não aparece e sendo a Coca Cola parceira da Cooperativa mais conhecida do Estado.

Em segundo lugar aparece o PET, plástico amplamente difundido na fabricação de embalagens de bebidas. Os demais materiais variam nas posições de mais valorizados conforme os Estados.

Deve-se considerar que o preço de um material pode não determinar a sua lucratividade já que o acúmulo do material mais valioso no mercado pode se inferior aos demais. É o que geralmente acontece nas cooperativas de catadores, onde a maior parte dos rendimentos é obtida com a venda de papel e papelão, cujo preço é inferior ao das latas de alumínio.

A sociedade do consumo e do desperdício

O mercado da reciclagem vive e se reproduz de tudo aquilo que a sociedade consome e descarta. Sua matéria-prima é o resto do consumo. Como vivemos naquela que é exatamente denominada por sociedade do consumo, por Baudrillard, ou ainda, sociedade burocrática de consumo dirigido, por Lefèbvre, – onde os desejos nunca estão satisfeitos, tornam-se necessidades prementes por objetos que, quando adquiridos requerem a presença de outros – a matéria-prima para o mercado de reciclagem é abundante.

A sociedade do consumo, como nos mostra Lefébvre[35], foi uma denominação difundida com sua teoria correspondente no período de 1950 a 1960. Época esta em que os números confirmavam uma expansão do consumo de bens materiais e culturais nos países industriais avançados. "...os bens ditos 'de consumo durável' (carros, aparelhos de televisão etc.) desempenham um papel novo cada vez mais considerável"[36]. Além destas constatações, os teóricos da "sociedade do consumo", segundo Lefèbvre, afirmavam que no início da economia capitalista e da produção industrial, "nessa pré-história da sociedade moderna", as necessidades não orientavam essa produção. Os empresários que desconheciam o mercado e ignoravam os consumidores produziam ao acaso, lançando suas mercadorias no mercado e esperando o consumidor. Esta conduta dos empresários se modificou ao organizarem a produção de acordo com os desejos e as necessidades dos consumidores que eles criaram.

Para Lefèbvre a denominação de sociedade do consumo não é falsa, mas também não é aceitável. O Autor reconhece uma passagem da escassez à abundância, da produção insuficiente a um consumo imenso e mesmo um superconsumo (desperdício, gastos com suntuosidade e prestígio etc.) nos ambientes do capitalismo modificado. Mas essa passagem "ocorre de maneira penosa, arrastando consigo algo do passado, sob a influência de imposições pouco claras"[37]. Essa passagem se dá através de uma crise generalizada, cuja conjuntura da ideologia da produção e o sentido da atividade criadora se transformaram em *ideologia do consumo.*

> Essa ideologia destituiu a classe operária de suas idéias e "valores", conservando a superioridade para a burguesia, para a qual reservou a iniciativa. Ela apagou a imagem do consumidor como razão de felicidade, como racionalidade suprema, como identidade do real com o ideal (do "eu" ou "sujeito" individual, que vive e que age, com o seu "objeto"). Não é o consumidor nem tampouco o objeto consumido que têm importância nesse mercado de imagens, é a representação do consumidor e do ato de consumir, transformado em arte de consumir. Ao longo desse processo de substituição e de deslocamento ideológicos, consegui-se afastar e até apagar a consciência da alienação, acrescentando-se alienações novas às antigas. (LEFÈBVRE, 1991, p. 64).

---

[35] LEFÈBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
[36] LEFÈBVRE, 1991, p. 62.
[37] Ibid, p. 64.

Quando Milton Santos fala de consumidor perfeito e consumidor mais que perfeito refere-se justamente à alienação do consumidor que não reflete sobre o ato da compra. Além do fato do consumismo alienado, em que o cidadão só é visto como consumidor, há a produção de desperdícios, na medida em que este, segundo Baudrillard (1995, p. 38) está associado à abundância das sociedades ricas que para existirem necessitam do excesso, ou seja, se o homem consumir somente aquilo que necessita para sobreviver ele ficará reduzido ao animal e sua vida deixará de ter valor.

Considerando que é através do consumo que a produção se realiza, o modo de produção capitalista depende da produção e consumo constante de novos objetos para se reproduzir. Por isso há uma troca constante de objetos conduzida, por um lado, pela moda e publicidade, e por outro, pela curta durabilidade destes objetos.

Milton Santos (2000, p. 35) nos alerta que a moda é a manivela do consumo, pela criação de novos objetos que se impõem ao indivíduo. Como a moda muda constantemente, a necessidade por novos objetos também muda. Quanto à publicidade Lefèbvre (1991, p. 63) considera que ela tem um poder extraordinário. O Autor questiona se não é a publicidade o primeiro dos bens consumíveis, bem como se não é a publicidade que oferece ao consumo um imenso volume de signos, de imagens, de discursos e orienta o mesmo.

A curta durabilidade dos objetos é tratada por Mészáros (2002, p. 634) como taxa de utilização decrescente no capitalismo ou "triunfo da produção generalizada do desperdício". Conforme o autor, a taxa de utilização decrescente sempre esteve implícita nos avanços realizados pela produtividade. Ou seja, na medida em que novas tecnologias eram desenvolvidas, os objetos, que incluíam bens de consumo e máquinas usadas na produção, eram trocados por outros mais modernos. Mas, torna-se problemático para Mészáros (2002, p. 640) afirmar que, ultrapassado certo ponto na história do "capitalismo avançado", este processo – intrínseco ao avanço produtivo em geral – seja completamente revertido da mais intrigante forma:

> Em que a "*sociedade dos descartáveis*" encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder "*consumir*" artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente *duráveis*. Desse modo, a sociedade se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados "*bens de consumo duráveis*" que necessariamente são

> lançados ao lixo (ou enviados aos gigantescos "cemitérios de automóveis" etc.) muito antes de esgotada sua vida útil[38].

A responsabilidade pelo descarte desenfreado de objetos que se acumulam nos lugares mais inapropriados não deve ser somente delegada ao consumidor. Para Rodrigues (1998, p. 209) a compreensão do processo de produção sócio-espacial responsável pela geração de lixo está ligada ao entendimento desde a exploração da matéria-prima até o descarte final. Todo o processo produtivo gera desperdícios, no entanto, só se responsabiliza o gerador do lixo doméstico. Além disso, a produção também participa da geração de lixo ao idealizar bens de consumo "duráveis" para durar apenas alguns meses.

Outro grande problema relacionado ao descarte é a produção de embalagens que representam volume significante do lixo domiciliar produzido diariamente.

Embalagens: condição de reprodução enquanto imagem e sedução.

Há 50 anos tudo o que se comprava era a granel. Apenas em lojas de roupas e sapatos havia um embrulho, uma caixa que protegesse o produto. O restante das mercadorias era vendido em armazéns. Tudo vinha embrulhado em sacos de aniagem e o consumidor final levava o produto em sacos de papel.

A necessidade da conservação aliada às técnicas de venda tornou a embalagem uma regra geral exigida pelo mercado em grande escala. Tal mudança tornou a embalagem mais importante que o produto que contém. Na embalagem, as escolhas da forma, da cor e da tipografia são submetidas a teste de controle para maior eficácia. O invólucro dos produtos tornou-se um setor estratégico nos estudos de *marketing* porque consistiu uma técnica de fazer consumir.

Beleza e sedução são a essência de toda a arte. Muitas vezes apenas a beleza da embalagem seduz o consumidor. Não é por acaso que em latim *seducere* significa "tirar alguém do seu caminho normal". A embalagem tornou-se arte para vender.

Assim, a embalagem é técnica (de melhor transportar os produtos), é ciência (de garantir a integridade dos objetos) e é arte (de seduzir pela forma). Hoje a arte da

---

[38] MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital.** Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo:Boitempo Editorial, 2002. p. 640.

embalagem é casada com a publicidade. O mercado é sua realização. São templos: vitrines e estantes – seus altares. A variedade e a beleza das embalagens atordoam.

No Brasil a indústria da embalagem se inicia após o término da Segunda Guerra Mundial. Os produtos importados dos Estados Unidos tinham embalagens de plástico, coloridas e atraentes. Enquanto no Brasil vendia-se biscoito a granel, leite em garrafas bojudas de vidro grosseiro. Como a pressa de modernizar o país era grande, Getúlio Vargas implanta a Companhia Siderúrgica Nacional, produzindo em Volta Redonda a matéria-prima para embalagens metálicas. Surgem as máquinas de corte e vinco para fabricação de caixas. Na década de 1970 se começa a fabricar celofane que, com o polietileno é utilizado para conservar alimentos. Novas palavras enriquecem o idioma e mostram a nova forma de reprodução: pasteurização, café a vácuo, embalagem longa-vida...

Assim a embalagem agrega valor simbólico à mercadoria, na medida em que passam a valer mais que o seu conteúdo, e valor real, tornando mais caro o produto que possui melhor revestimento. Para Rodrigues (2001, p. 224) embalar pode ter vários significados – embalar e embrulhar – além de colocar embalagem, pode ser também tapear.

A embalagem tem ainda outro determinante: a de ser mais sofisticada quanto mais supérfluo for seu conteúdo. Vale lembrar que com a utilização do dinheiro como mediador da troca, o valor da troca não está mais ligado a nenhuma necessidade sensível como antes, onde só se adquiria um objeto necessário à sobrevivência por meio da troca com outro objeto. O dinheiro fundamenta um novo interesse que acompanha esta emancipação: o interesse de valorização (HAUG, 1997, p.28). Tal valorização pode ser obtida através da estética da mercadoria.

> O aspecto estético da mercadoria no sentido mais amplo – manifestação sensível e sentido de seu valor de uso – separa-se aqui do seu objeto. A aparência torna-se importante – sem dúvida importantíssima – na consumação do ato da compra, enquanto ser. [...] A aparência estética, o valor de uso prometido pela mercadoria, surge também como função de venda autônoma no sistema de compra e venda[39].

[39] HAUG, W. F. **Crítica da Estética da Mercadoria**. Tradução de Erlon José Paschoal. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997. p. 26-27.

Portanto, o produto de primeira necessidade, o arroz e o feijão no Brasil, não precisa destas artimanhas para ser vendido, ele é essencial e por isso certamente terá consumidor. Mas, aquilo que não é extremamente necessário à sobrevivência humana, aquilo que se pode viver sem, ganha novas roupagens, cores e formas que chamam a atenção e seduzem o consumidor.

As embalagens ainda carregam outras contradições. Depois de seduzir o consumidor, de encarecer o produto, de ser rapidamente descartada e se acumular como lixo urbano, a embalagem quando reciclada tem agregado mais um novo valor – adquire a forma de preservação ambiental. Por isso aparece como mercadoria fetichizada, nas palavras de Rodrigues (1998, p. 208), por que parece conter apenas o valor de preservação da natureza para as presentes e futuras gerações.

Como vimos, a reciclagem pode trazer ganhos ao meio ambiente, mas ela também é muito importante para a economia das grandes indústrias. Por isso, através de uma suposta responsabilidade ambiental, muitas empresas associam suas marcas a programas de reciclagem de resíduos. Convém lembrar, porém, que são estas as maiores indutoras da produção do lixo urbano. As indústrias recicladoras, consumidoras finais da mercadoria lixo em um mercado oligopsônico e que por isso decidem os preços praticados por toda a cadeia produtiva, são as mesmas que produzem embalagens cada vez mais caras, que serão rapidamente descartadas e retornarão ao processo produtivo da reciclagem. É um ciclo de reprodução onde o consumidor paga pela embalagem e depois a doa de volta para a indústria através da mão-de-obra explorada dos catadores de lixo.

- ***As bases da reprodução da vida na cidade***

Por se tratar do estudo de uma atividade desenvolvida na cidade, fruto de uma problemática urbana que envolve questões da natureza, sociais, espaciais e econômicas, consideramos importante nesta dissertação alguns apontamentos sobre a cidade e o urbano.

A análise da relação entre urbanização e cidade permite-nos compreender o espaço urbano, como materialidade presente, mas também como processo, como acumulação de outros tempos, como expressão das formas como se organizaram e reorganizam as cidades, tendo em vista a urbanização e suas determinações.

A problemática urbana

Até o início do século XIX cerca de 8% da população mundial vivia nas cidades. Cem anos depois esse percentual quase dobrou, atingindo a marca de 15%. Estudos demonstram que neste inicio de século XXI a população residente nas cidades é de 55% da população mundial. Enquanto a tendência é de aumento da população urbana nos países subdesenvolvidos, nos países ricos a tendência é de sua estabilização.

Até a década de 1950, a urbanização era um fenômeno relativamente lento e circunscrito aos países que primeiro se industrializaram. Após a Segunda Guerra Mundial, em muitos países subdesenvolvidos, e isto inclui a América Latina, a urbanização ocorreu de forma acelerada. Nestes países a urbanização esteve associada a períodos de crescimento vegetativo muito elevado, fato que ainda se verifica nas regiões mais pobres. Em virtude da escassez de recursos, o aumento da população urbana ocorreu em ritmo muito mais acelerado do que a capacidade de investimentos em serviços sociais e infra-estrutura urbana.

Assim, nos países subdesenvolvidos, o processo de urbanização esteve quase sempre associado a um modelo econômico excludente. A concentração de terras e a precariedade das condições de vida no campo levaram grandes parcelas da população rural a migrar para as cidades, as quais cresceram sem planejamento.

Todos os países desenvolvidos, além da maioria das nações industrializadas recentemente, possuem altas taxas de urbanização. Mas também há países que possuem baixas taxas de industrialização, sem mesmo possuírem parques industriais, que são fortemente urbanizados. Nestes casos as atividades agropastoris são bastante mecanizadas e ocupam pouca mão-de-obra, a qual está empregada no setor de serviços.

Há, portanto, dois conjuntos básicos de fatores que condicionam a urbanização: os atrativos, que chamam migrantes para as cidades, e os repulsivos, que os levam a sair do campo.

A urbanização está associada à industrialização, ou seja, às transformações provocadas na cidade pela indústria, notadamente quanto à geração de empregos, em atividades secundárias ou terciárias, tanto nos países desenvolvidos quanto nas regiões mais industrializadas dos países emergentes. Essas condições surgiram primeiramente nos países de industrialização antiga, ou desenvolvidos. Nesses além

das transformações urbanas, houve, como conseqüência da Revolução Industrial, também uma revolução agrícola, ou seja, uma modernização da agropecuária que, ao longo da história, possibilitou a transferência agrícola, ou seja, uma modernização da agropecuária que, ao longo da história, possibilitou a transferência da população do campo para cidade.

As transformações ocorridas no campo pelo desenvolvimento do mundo da mercadoria, acompanhada da decomposição da cidade na qual esse mesmo mundo se aninhou e expandiu, através da industrialização, levou à explosão-implosão, momento este em que, para Lefèbvre (2002), nasce o urbano. Não se podia mais, portanto, pensar em termos de cidade e campo. Tratava-se, a partir de então, de um outro processo mais amplo, rico, profundo e dialético, nas palavras de Martins no prefácio da edição brasileira d'A Revolução Urbana, de Henri Lefèbvre, assim: a urbanização da sociedade, processo desconcertante para o pensamento e a ação.

Não podemos nos esquecer, no entanto, que o urbano é um modo de vida e que a cidade é a concretização deste modo de vida. A urbanização não é um mero aumento da população residente nas cidades. Também não é simplesmente a expansão das cidades. A problemática urbana não pode ser entendida enquanto for considerada como subproduto da industrialização. Para Lefèbvre, a análise da urbanização enquanto sentido e finalidade da industrialização prossegue a ponto de se poder afirmar que tal formulação é ao mesmo tempo essencial e insuficiente.

Em sua obra "A Revolução Urbana" Lefèbvre levanta a hipótese de uma urbanização completa da sociedade. Para o referido Autor a sociedade urbana é aquela que resulta da "urbanização completa, hoje virtual, amanhã real".[40]

Para Lefèbvre vivemos hoje em uma fase ou zona crítica que tem como característica a problemática urbana em nível mundial, ou seja, os mesmo problemas ou ausência de respostas encontram-se tanto no capitalismo como no socialismo. Tal noção de fase ou zona crítica se faz necessária, já que os conceitos antigos não são mais suficientes e novos conceitos se formam.

É através de um discurso coerente, porém não acabado, porque comporta por essência o inacabamento, que se define uma reflexão sobre o futuro, o que implica na transdução. Partir do objeto meio concreto, meio virtual, como é o caso do urbano, um

[40] LEFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 15.

objeto que ainda não se materializou completamente. A transdução se apresenta como consciência lógica dessa possibilidade. Neste discurso a dimensão temporal, evacuada pela epistemologia e pela filosofia do conhecimento, é reintroduzida.

O fenômeno urbano prolonga e acentua, num plano novo, o caráter social do trabalho e seu conflito com a propriedade privada dos meios de produção. O urbano não suprime as contradições do industrial. Os conflitos inerentes à produção entravam o fenômeno urbano, impedem o desenvolvimento do urbano, reduzindo-o ao crescimento.

Lefébvre nos diz também sobre a complexificação da sociedade, quando ela passa do rural ao industrial e do industrial ao urbano. Tal complexificação atinge o espaço e o tempo porque a complexificação do espaço e dos objetos que nele se situam não ocorrem sem uma complexificação do tempo e das atividades que nele se desenvolvem.

Esta tese da complexificação parece filosófica, e o é às vezes, mas para Lefèbvre ela se vincula ao conhecimento científico, parcelar, mas efetivo: teorias da informação, das mensagens, da codificação e da decodificação. Por isso ele a declara metafilosófica por ser ao mesmo tempo global e articulada ao conhecimento. Teoricamente, o conceito de complexidade se funda na distinção entre crescimento e desenvolvimento.

Se para Marx o crescimento e o desenvolvimento, que se discerniam, evitando confundir quantitativo e qualitativo, podiam e deviam andar juntos, a experiência mostrou que pode sim haver crescimento sem desenvolvimento. O crescimento que devia ser um meio se tornou um fim. Há para Lefèbvre que se ampliar, diversificar e formular de outro modo a lei de desenvolvimento desigual (de Lênin) para dar conta do conflito entre crescimento e desenvolvimento revelado no curso do século XX.

Assim, se a teoria da complexificação anuncia e prepara a desforra do desenvolvimento sobre o crescimento, a teoria da sociedade urbana vai ao mesmo sentido. Tal desforra está apenas no seu começo.

Todas essas considerações evocam a prodigiosa extensão do "urbano" a todo o planeta, evocam a sociedade urbana, com suas virtualidades e seu horizonte. A extensão-expansão do urbano não vai continuar sem dramas, porque se o fenômeno urbano tende a transpor fronteiras, as trocas comerciais e as organizações industriais e

financeiras parecem reafirmá-las. Dessa forma os efeitos de uma possível ruptura no plano industrial e financeiro (crise de superprodução, crise monetária) serão acentuados pela extensão do fenômeno urbano e pela formação da sociedade urbana.

Outra noção importante tratada por Lefèbvre é a de "cidade mundial". Tal noção exige reservas porque ela extrapola à escala mundial, a noção e a imagem clássicas da cidade. A noção de cidade mundial convém à cidade oriental, no contexto do modo de produção asiático. A sociedade urbana só pode se formar sobre as ruínas da cidade clássica, e esta no ocidente já explodiu. Tal explosão (explosão-implosão) pode ser considerada como precursora da sociedade urbana. Ela parte de sua problemática e da fase crítica que a anuncia.

Tal tese de "cidade mundial" dá margem a uma conhecida estratégia, que se serve justamente do urbanismo, e que tende a reconstituir a cidade política como centro decisional. Um centro de poder que implica riqueza e vice-versa. Atualmente, a dominação é fortalecida através de um lugar, a capital (ou centro decisional que não coincide forçosamente com a capital).

Assim, esta análise de cidade mundial, que corresponde à tese maoísta, levanta uma série de objeções. Entre elas: as contradições não situam mais entre campo e cidade, mas se desloca e se situa no interior do fenômeno urbano, entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade, entre o centro "riqueza-poder" e as periferias, entre a integração e a segregação.

Para Lefèbvre, o exame completo da fase crítica ultrapassaria tais temas, não deixando intactas nem mesmo a noção de história e historicidade. Esta fase é acompanhada de emergências complexas. Resulta na exigência de uma análise sempre retomada e afinada, concernindo às relações entre forma e conteúdo.

Lefèbvre em seu "A revolução urbana" demonstra ter que se contentar com um esboço, um balizamento, indicadores de direção desta fase. Para o Autor, mostrar o essencial, foi mostrar também que o método dialético se desforra, que o pensamento dialético retoma suas prerrogativas, porque o estudo das lógicas do espaço conduz ao das contradições do espaço (e/ou do espaço-tempo).

Desta forma o Autor pergunta se o fenômeno urbano seria o fenômeno total tão procurado pelos sociólogos. A resposta é sim e não. Sim, no sentindo em que nenhum

determinismo parcial, nenhum saber parcelar, o esgota; ele é, ao mesmo tempo, histórico, demográfico, geográfico, econômico, sociológico, psicológico, semiológico etc. Ele é isso e ainda outra coisa (coisa ou não-coisa), por exemplo, forma. Vazio que exige conteúdo. Se o urbano é total não o é à maneira de uma coisa, enquanto conteúdo (este ou aquele) reunindo aqui ou ali, ele o é à maneira do próprio pensamento que persegue indefinidamente sua concentração, que não pode limitar-se a ela nem mantê-la, que reúne sem cessar seus elementos e descobre o que reúne numa concentração outra e nova.

Segregação e desigualdade na cidade

Atualmente, em qualquer cidade, o espaço urbano é fragmentado, ou seja, se estrutura como um quebra-cabeça em que as peças fazem parte de um todo, mas cada uma delas tem sua própria identidade. Essa fragmentação, quase sempre associada a um intenso crescimento urbano, faz com que os cidadãos não vivam a cidade por inteiro, mas apenas os fragmentos fazem parte de seu cotidiano e caracterizam o seu lugar, ou seja, o seu local de moradia, de trabalho, de estudo e de lazer – os locais por onde circulam. As desigualdades sociais se materializam na paisagem urbana. Quanto maiores foram as disparidades entre os diferentes grupos e classes sociais, maiores são as disparidades de moradia, acesso aos serviços públicos, ou seja, o direito à cidade.

Assim, para Lefébvre (2002) o fenômeno urbano depende de uma leitura total porque nem a superação de seus fragmentos e conteúdos, nem sua reunião confusa podem defini-lo. Há um paradoxo do fenômeno urbano, que é comparável ao paradoxo fundamental do pensamento e da consciência. Ou seja, o urbano é pontual. Ele se localiza e se focaliza. Intensifica-se aqui ou ali. Ele não existe sem esta localização: o centro. A pontualidade do fato é uma regra. Em torno de um ponto, tomado como centro (momentâneo) reina uma ordem próxima, que a prática produz e a análise compreende - a isotopia (cidade). Ao mesmo tempo o fenômeno urbano é colossal. A ordem próxima, ao englobar uma ordem distante, agrupa as pontualidades distintas, reunindo-as nas suas diferenças – heterotopias. Isotopia e heterotopia se afrontam e desta nasce uma centralidade diferente, que se impõe e depois será reabsorvida no tecido espaço-temporal. Descobre-se assim como forma o movimento do pontual e do colossal, do lugar e do não-lugar, da ordem urbana e da desordem urbana.

O fenômeno urbano contém uma práxis, porque ele produz não à maneira da agricultura e da indústria, mas como ato que reúne e distribui, ele cria, e manifesta-se como movimento. A centralidade e a contradição dialética que ela implica excluem o fechamento, isto é, a imobilidade.

O urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele se apresenta como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições. O urbano poderia ser então definido como lugar da expressão dos conflitos e lugar do desejo (lugar onde se concentra o desejo das necessidades). A sociedade industrial também nada tinha de harmoniosa. Ela era na verdade contraditória e conflituosa. A racionalidade coerente que separava e dissociava tudo o que tocava, ainda é tomada por ideólogos, em especial os do urbano, como princípio de uma organização superior.

Dessa forma, Lefèbvre formula algumas leis do urbano, que são, antes de tudo, leis e preceitos negativos. O rompimento de barreiras, o fim de todas as separações e a destruição dos obstáculos que acentuam a opacidade das relações e os contrastes entre transparência e opacidade; são negatividades que implicam uma positividade, característica da sociedade urbana através da substituição do contrato pelo costume, da re-apropriação, pelo ser humano, de suas condições no tempo, no espaço e nos objetos e, politicamente numa perspectiva que "não pode ser concebida sem a autogestão estendida da produção e das empresas às unidades territoriais" (LEFÈBVRE, 2002 p. 163).

Toda esta discussão acerca da cidade e do urbano na visão de Henri Lefèbvre nos dá margem para especular se os empreendimentos de economia solidária estariam no contexto da autogestão proclamada pelo Autor como característica da sociedade urbana ainda virtual. Tal pergunta se vincula ao caráter emancipatório salientado pelos defensores da Economia Solidária. A formação de redes de cooperação e a iniciativa de inúmeras empresas geridas por trabalhadores, juntamente com as novas formas de gestão democrática das cidades, seriam parte da Revolução Urbana necessária para a urbanização completa da sociedade?

Lefèbvre propõe um projeto, um caminho de construção do direito à cidade e alcance da sociedade urbana. Tal projeto não é um programa. Ele visa a produção de uma diferença diferente das que podem induzir-se nas relações de produção existentes. Tem como hipótese que é através do espaço (e do tempo), por meio de uma

concepção de espaço, que se pode produzir esta diferença das diferenças. Lefèbvre defende que:

> Só um projeto global pode definir todos os direitos, os direitos dos indivíduos e dos grupos, determinando as condições do seu ingresso na prática. Entre estes direitos, recordemos: o direito à cidade (o direito a não ser afastado da sociedade e da civilização, num espaço produzido com vista a essa descriminação) – e o direito à diferença (o direito a não ser classificado à força em categorias determinadas por potencias homogeneizantes); [...] .(LEFÈBVRE, 1973, p.38).

Diante de tais considerações, nos colocamos como desafio especular se os empreendimentos de economia solidária, mais propriamente as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, estariam no contexto deste projeto global. Lefèbvre (1973, p. 39) nos alerta que "o projeto só pode resultar de um esforço coletivo, espontâneo e consciente, teórico e prático, para determinar a via". Para o Autor, nesta elaboração já cooperaram os grupos parciais e diferenciais, sobretudo os que o poder central rejeita para as periferias mentais, sociais e espaciais.

> Se as periferias são impotentes, se estão destinadas isoladamente às revoltas locais e pontuais, não deixam por isso de ter a possibilidade de transbordar os centros, a partir do momento em que estes são abalados. Se o projeto não se pode elaborar, ou se não possui nenhuma eficácia, é porque os fatos ditos sociais escapam ao pensamento e à ação, porque consistem apenas em acasos e necessidades igualmente cegos, em fluxos e refluxos. (LEFÈBVRE, 1973, p. 39).

São diante de tais termos que consideramos oportuno o debate acerca da possibilidade de nosso objeto de estudo, as cooperativas de catadores de materiais recicláveis composta por trabalhadores das classes menos favorecidas, situar-se entre as ações e estratégias que consistem em tornar possível amanhã o impossível de hoje.

Fonte: http://blogs.law.harvard.edu/lixo/stories/storyReaders$66

Capítulo III

A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista.

Fonte: MELO, Mariana de. In: http://www.lixo.com.br.

A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista.

Este terceiro e último capítulo visa retomar a realidade atual, após sua descrição e análise regressiva, tendo como objetivo colocar e, na medida do possível, esclarecer as contradições encontradas no presente através da análise histórica, propondo bases para o entendimento da dinâmica que envolve o nosso objeto de estudo, ou seja, o espaço como produto e condição da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis.

O debate acerca da Economia Solidária tem afirmado o caráter alternativo de novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica. Afirma-se ainda que, dada à ruptura que estas experiências introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. Este debate conclui estarmos diante da germinação de uma nova "forma social de produção", cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista.

Retomemos algumas questões que introduziram esta dissertação: Qual é o significado de uma empresa solidária local frente às estratégias de reprodução do capital, o que inclui a reprodução do espaço? De que maneira são estabelecidas as relações entre o local e mundial nos sistemas alternativos de produção? De que maneira uma iniciativa local de Economia Solidária, que consiste na produção e distribuição de bens e serviços insere-se no contexto da economia globalizada? A empresa solidária se constitui realmente em uma forma de emancipação?

Após uma análise da realidade atual, através do estudo de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, e à luz de uma teoria crítica, cabe neste momento esclarecer as dúvidas acima relacionadas.

- ***As relações entre o local e o mundial nos sistemas alternativos de produção.***

O momento atual da história é definido por muitos autores *pós modernidade*, caracterizado pelo processo de realização do mundial – espaço mundial e sociedade urbana – e que nos coloca diante de uma nova relação espaço-tempo, conforme Carlos (2004, p. 7), embora essa mesma autora siga o caminho inverso ao das análises que

consideram o tempo como elemento definidor deste período, explicando o processo de "desterritorialização". Seu raciocínio parte do pressuposto de que as relações sociais se realizam concretamente, na forma de relações espaciais.

Pretendemos aqui analisar as relações que se estabelecem entre uma empresa solidária local e o mercado dominado por grandes empresas do setor de reciclagem com investimentos de capital mundial. Para tanto é necessário entender as estratégias de racionalização da produção e, conseqüentemente, do processo de racionalização do espaço.

O lugar é a base material da reprodução da vida, onde se dão as relações dos indivíduos com os espaços pelos modos de uso. Ele é o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado pelo corpo. É no cotidiano que emerge a dimensão social da história e é no lugar que temos que analisar o modo como é produzida a existência social dos seres humanos.

Já a questão da mundialidade, conforme Carlos (in: MARTINS, 1996, p. 121), refere-se a uma possibilidade não completamente realizada no mundo de hoje, o que nos situa diante do problema das condições possíveis da reprodução das relações sociais. Isso porque o real é permeado por possibilidades postas pela existência das contradições e conflitos que criam o movimento dialético do real – possível-impossível (CARLOS in: MARTINS, 1996, p. 121).

Para o entendimento desta questão é muito importante o pensamento de Henri Lefèbvre, que, conforme Carlos[41], não se limita ao refluxo das coisas, ao terminado, ao real como fato realizado e acabado, mas significa uma análise voltada para as tendências como movimento dinâmico orientado para o possível.

> Tal procedimento sugere uma outra compreensão do mundo, que acentua o fato de que no "lugar do real os conceitos de virtualidade e de possibilidade ganharam importância tendendo a ocupar uma posição central".(CARLOS in: MARTINS, 1996, p. 121 citando LEFÉBVRE, *Une pensée devenue monde*, 1980.)

A preocupação com o entendimento do mundo moderno coloca Lefébvre diante de novas questões e a problemática do espaço se desenvolve em suas obras a partir da discussão em torno da noção da produção, já que a situação atual das forças produtivas não acarreta somente a produção de coisas no sentido clássico do termo: a

[41] Ver Carlos in: MARTINS, 1996.

produção é também reprodução de relações sociais, o que amplia seu sentido (CARLOS in: MARTINS, 1996, p. 121-122).

É na segunda metade do século XX, mais precisamente nos anos 1970, que Lefébvre aponta uma mudança no sentido da história onde não se reconhece mais os traços de historicidade,

> ...pois as histórias particulares realizam-se agora no seio do mundial que se anuncia. O mundial passa a ser o ponto de partida e de chegada da análise, colocando o acento sobre o possível e não sobre o real. Nesse sentido o mundo se faz mundo tornando-se o que era virtualmente. As virtualidades abrem, em cada época, uma pluralidade de possíveis que se cumpre no processo histórico. (CARLOS in: MARTINS, 1996, p. 122).

A elucidação do mundo moderno tem como elemento o mundial, que se entrevê no horizonte como possibilidade já parcialmente realizada. O global e a globalidade, o total e a totalidade se apresentam sob a figura do mundial, dando um novo sentido à práxis. (CARLOS in: MARTINS, 1996, p. 122).

Assim, as condições de existência do capitalismo não são estáticas, já que ele se desenvolve realizando virtualidades. Enquanto modo de produção, o capitalismo não permanece o mesmo o tempo todo. Ele evolui durante o seu desenvolvimento, transformando-se para permanecer hegemônico. Estas mudanças são possíveis porque o modo de produção capitalista é capaz de produzir para a sua própria reprodução.

Há uma tendência da sociedade em direção à homogeneização, garantida pelo processo de globalização da economia.

> As contradições tornaram possível a realização concreta daquilo que se apresenta como virtual no decurso do processo global. O modo de produção capitalista modificou-se transformando o mundo. Ao desenvolver-se, realizou-se, contornando, destruindo obstáculos e mundializando-se. Inicialmente o que se mundializa é a troca – a partir da constituição de uma rede complexa que inclui o desenvolvimento das comunicações - , o mercado por meio das empresas multinacionais -, depois o Estado e o sistema de Estados. (CARLOS in: MARTINS, 1996, p. 122).

Mas também esta tendência tem conduzido os lugares a reforçarem suas singularidades na busca da sobrevivência, enquanto individualidades. No caso específico de Rio Claro/SP, a tentativa de enfrentar o processo de fragmentação da sociedade e do espaço urbano como produtos da segregação e desigualdade na cidade, se materializou nas formas de gestão democrática da cidade.

O debate democrático atual coloca uma nova ênfase na gestão local e nas variações da forma democrática no interior do Estado nacional que são suscitadas com

o processo de globalização, permitindo a recuperação de tradições participativas em países com Brasil, Índia, Moçambique e África do Sul, entre outros.

Em Rio Claro isto se evidenciou, dentre outras formas, em empreendimentos no âmbito da economia solidária, como uma maneira de incluir setores alijados dos processos formais de produção em iniciativas de produção e reprodução do trabalho. A construção de uma identidade local também se deu através da participação cidadã na gestão municipal com formação de conselhos, entre os quais o de Orçamento Participativo e em diversas áreas e as conferências da cidade.

O empreendimento de economia solidária de catadores de materiais recicláveis em Rio Claro, juntamente com outras iniciativas econômicas em diferentes contextos nacionais, representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda e fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Tais iniciativas, de tímida reação à perda do trabalho e às condições extremas de precariedade, estão convertendo-se, de certa forma, em eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permaneceram no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência, conforme Gaiger (2003, p. 1), autor este em que nos apoiamos para entender a economia solidária no Brasil e que demonstra em sua obra um aprofundamento de suas potencialidades e deficiências, desmistificando o seu caráter revolucionário.

O quadro promissor demonstrado por estas iniciativas rapidamente suscitou o apoio de ativistas, agências dotadas de programas sociais e órgãos públicos, bem como o interesse de estudiosos para o problema da viabilidade desses empreendimentos a longo prazo, a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares, de socialização dos bens de produção e do trabalho. Setores da esquerda, reconhecendo ali uma nova expressão dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares, passaram a integrar a economia solidária em seus debates, em seus programas de mudança social e em sua visão estratégica de construção socialista[42].

> Vendo-a seja como um campo de trabalho institucional, seja um alvo de políticas públicas de contenção da pobreza, seja ainda uma nova frente de lutas de caráter estratégico, visões, conceitos e práticas cruzam-se intensamente, interpelando-se e promovendo a economia solidária como uma *alternativa* para... os excluídos, os trabalhadores, um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses

[42] Um debate a respeito está tendo lugar no Partido dos Trabalhadores.

> populares, etc.; uma *alternativa*, ao aprofundamento das iniqüidades, às políticas de corte neoliberal, ... ao próprio capitalismo. (GAIGER, 2003, p. 1).

Tal questão tornou-se objeto de intensa discussão. Formulações mais audaciosas que, associam a economia solidária a um novo modo de produção não capitalista, caracterizam-se por uma insuficiente explicitação conceitual. Para Gaiger (2003) convém ir "devagar com o andor". A tomada desta como uma sentença afirmativa possui conseqüências amplas e profundas, pois resolve de vez a questão principal acerca do caráter alternativo da economia solidária: o advento de um novo modo de produção.

Interpretações ligeiras dessa importante questão podem, na verdade, manifestar uma pressa de encontrar respostas tranqüilizadoras, por sua aparente eficácia política (à condição, simplesmente, que estejam à esquerda das idéias dominantes e pretendam dar conta da totalidade histórica), pressa de que parecem ressentir-se os grupos de mediação, desorientados com a regressão da agenda social, a falência dos modelos de transição ao socialismo e a carência de teorias credíveis que respaldem uma nova (ou apenas retocada) estratégia de intervenção. José de Souza Martins (1989, p. 135) apud Gaiger (2003, p. 2), assinala que há anos instalou-se uma crise na intelectualidade de esquerda, por sua dificuldade em produzir uma teoria da prática atual e real das classes subalternas. O fato talvez revele um fenômeno cíclico, posto que esse desencontro entre teoria e prática, a primeira estando em descompasso, registrou-se em outros momentos da nossa história política (GAIGER, 2003).

Existem inúmeros fatos que avalizam uma visão politicamente otimista sobre o papel da economia solidária, posto que o real, manifestado nos acontecimentos é o ponto de partida do pensamento, mas para ultrapassar esse ponto de partida e aceder ao pensado, que reproduz racionalmente o real, o pensamento necessita de um trabalho de elaboração que transforma intuições e representações, do senso comum, em conceitos. Entre os acontecimentos e a teoria há uma lacuna a ser preenchida, não num salto, mas percorrendo um caminho de ida e volta. Esta é a intenção de Gaiger (2003) ao estabelecer esse movimento, a partir da teoria em que se situa originalmente a categoria modo de produção.

A categoria modo de produção é a mais fundamental e englobante, cunhada por Marx, para expressar sinteticamente as principais determinações que configuram

as diferentes formações históricas. Essas determinações encontram-se para Marx no modo como os indivíduos, de uma dada sociedade, organizam-se no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência; mais precisamente, na forma que assumem as relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas (GAIGER, 2003, p.3).

O termo modo de produção nos textos de Marx é empregado de várias maneiras, ocasionando desta forma apreensões diferenciadas. Segundo Godelier (1981) apud Gaiger (2003), um modo de produção envolve um modo material de produção que lhe seja peculiar,

> ...os elementos e as formas materiais dos diversos processos de trabalho, pelos quais os membros de uma sociedade agem sobre a natureza que os cerca para extrairem os meios materiais necessários às suas necessidades, produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência social. (GODELIER, 1981, p. 169 APUD GAIGER, 2003, p. 3).

Segundo Godelier (1981), esses elementos materiais compreendem as matérias-primas, os meios de trabalho utilizados, as capacidades físicas e intelectuais requeridas, as operações e procedimentos, bem como as combinações entre esses elementos, do que resultam variadas formas de apropriação da natureza. Produzindo bens semelhantes, modos materiais de produção podem repousar, ou não, sobre a mesma base técnica, como se nota ao comparar o artesanato têxtil à indústria do vestuário. Visto em seu sentido mais elementar, de introdução da linha de montagem e da esteira rolante, o Fordismo representou um novo modo material de produção. O exemplo serve para demonstrar que um modo material de produção não existe jamais isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho, as quais corresponde um acionamento determinado das forças produtivas ao alcance dos agentes econômicos. Vice-versa, a instauração plena de um modo de produção exige engendrar previamente um novo modo material de produção, que lhe seja próprio e apropriado, pois isso é o que lhe faculta dominar o conjunto do processo de produção social e subverter as instituições que, contra as suas necessidades de desenvolvimento, ainda sustentam a ordem social. A alteração profunda do modo de apropriação da natureza é, ao mesmo tempo, requisito e vetor de toda nova formação social (GODELIER, 1981 p. 177-8 APUD GAIGER, 2003, p. 3).

Desta maneira, o conceito de modo de produção diz respeito à totalidade histórica, dada pelo conjunto de relações que vinculam os indivíduos e grupos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições materiais de existência, compreendendo igualmente a circulação e troca dos bens materiais (GODELIER, 1981, p.174-5 APUD GAIGER, 2003, p.3). Representa a forma estruturante de cada sociedade, pela qual são providas as suas necessidades materiais, em um dado estágio do seu desenvolvimento. Em seu cerne, como elemento distintivo, comporta um mecanismo social específico de criação, controle e apropriação do excedente social gerado pelo trabalho, o que lhe atribui uma lógica e traços próprios, imanentes à sua reprodução e ao padrão dinâmico de sua evolução histórica.

Assim, segue-se a hipótese de investigação metodologicamente materialista, anunciada no Prefácio dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Marx, segundo Gaiger (2003, p. 4), postulando uma hierarquia invariante entre as funções sociais, na qual a função de produção da vida material detém um poder explicativo precedente sobre as demais, ou seja, o poder de explicar, em última instância, a organização e a dinâmica geral da sociedade. No âmago da base material desta, as contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, ambas constituintes do modo de produção, fazem mover a sociedade e terminam por alterar a sua forma.

O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas:

a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado;
b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios;
c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado;
d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção; a mais-valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a realização do lucro e a reposição ampliada do capital.

> O capitalismo, portanto, está fundado numa relação social, entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção

> e às condições de posta em valor de sua capacidade de trabalho. Uma relação classista, que se efetua, "através de uma colaboração ilusória, mas não menos real, das três classes básicas, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, na qualidade de donos dos fatores responsáveis pelos custos da produção de mercadorias." (GIANNOTTI, 1976, p.164 APUD GAIGER, 2003, p. 4).

No curso do seu desenvolvimento, o capitalismo provocou uma contínua transformação da base técnica em que se assenta, mediante enorme impulsão das forças produtivas. Como recorda Singer, "As revoluções industriais tornaram-se economicamente viáveis porque a concentração do capital possibilitou o emprego de vastas somas na atividade inventiva e na fabricação de novos meios de produção e distribuição." (2000, p. 12). Sob esse ângulo, o Fordismo pode ser considerado não somente um modo material de produção, superior para as finalidades do capitalismo, mas a própria base, ao longo do último século, do capitalismo avançado, dirigido à produção em massa e tendendo a operar em escala mundial (GAIGER, 2003, p.4).

Criando sua base própria, renovando-a continuamente segundo suas necessidades, o capitalismo realiza o que mais importa num modo de produção: instaura o processo que vem a repor a sua própria realidade, a reproduzi-la historicamente. Por isso mesmo, formas econômicas desprovidas de uma estrutura político-econômica relativamente auto-suficiente, capaz de reconstituir continuamente as relações de expropriação e acumulação de excedentes próprias daquelas formas, não remeteriam ao modo de produção como unidade de análise, sob pena de retirar dessa categoria "seus insights analíticos mais importantes." (SHANIN, 1980, p.65 APUD GAIGER, 2003, p. 4). É o caso da economia camponesa, ou da produção simples de mercadoria, a menos que sejam vistas como formas incompletas, remanescentes de modos de produção outrora dominantes, como o tributário. De todo o modo:

> "É somente para evitar que se coloque num mesmo nível de realidade o modo de produção capitalista e os modos de produção subsidiários, que se torna então conveniente reservar a categoria de modo de produção para designar o movimento objetivo de reposição que integra, num mesmo processo autônomo, a produção, a distribuição, a troca e o consumo, deixando outros nomes para as formas produtivas subsidiárias, que o modo de produção capitalista exige no seu processo de efetivação." (GIANNOTTI, 1976, p.167 APUD GAIGER, 2003, p. 4).

Gaiger (2003) afirma que no presente caso, tais formas passam ordinariamente a funcionar como momentos do ciclo de acumulação do capital, muito embora possam dispor de margens de autonomia apreciáveis, ao ocuparem os interstícios do processo

capitalista. Desde seus primórdios, o capitalismo valeu-se de formas de organização do trabalho que escapam às estritas condições de assalariamento e de extração de mais-valia. No séc. XIX, por exemplo, a substituição do sistema doméstico pelo sistema fabril foi longa e percorreu diferentes caminhos, havendo o maquinismo, em certos casos, surtido um efeito multiplicador do trabalho a domicílio, já em plena era industrial. Os tempos atuais, de acumulação flexível, possuem como característica, justamente, o emprego de formas variadas de organização do trabalho, em que as relações de produção adquirem uma natureza aparente diversa, sendo todavia partes de uma mesma estratégia de acumulação (Harvey, 1993), livre ademais da obrigação de tolerar a resistência de coletivos de trabalho estáveis.

> Por certo, inúmeras formas secundárias podem surgir, expandir-se e desaparecer durante a vigência de um modo de produção, como bem demonstra, na história, a vitalidade das formas não dominantes de vida material. Sempre existiram margens de liberdade entre esses níveis de organização das práticas sociais e econômicas, sendo a economia capitalista, em verdade, pródiga em exemplos. A questão está em saber como o capitalismo atua ao fundo da cena, como tais formas existem e perduram, submetendo-se ou reduzindo sua vulnerabilidade diante do modo de produção. Ou ainda, como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital. (GAIGER, 2003, p. 5).

É necessário saber se tais formas são típicas ou atípicas para o modo de produção vigente. Tal questão conduz a uma terceira categoria, implícita nos textos de Marx e decorrente de sua preocupação em distinguir a aparência da estrutura interna de toda relação social, conforme Gaiger (2003, p.5):

> A estrutura nuclear de um modo de produção, seu caráter distintivo, repousa no conjunto de propriedades de que se reveste o processo de apropriação da natureza, nas relações mútuas que nele se engendram entre os indivíduos, conforme sua posição diante das condições e dos resultados dos diversos processos de trabalho e segundo as funções que desempenham. Ou seja, tal estrutura está determinada pelas relações sociais de produção que lhe correspondem, por uma forma social de produção, mediante a qual é extorquido o sobre-trabalho do produtor direto.

Cada modo de produção é caracterizado por uma forma social de produção específica. Vejamos conforme Gaiger (2003): Nas sociedades tribais primitivas, pelas relações de parentesco, que ordenavam a apropriação do território, chave para garantir os meios de subsistência; no feudalismo, pela manumissão das obrigações

servis, exercida pelos senhores da terra sobre quem nela trabalhava; no capitalismo, pelas relações assalariadas, entre os vendedores da força-de-trabalho – o proletariado – e os detentores dos meios de produção – a burguesia. Mais do que um contrato jurídico, o vínculo salarial é o mecanismo que permite a apropriação do trabalho excedente no interior do processo produtivo, sob forma de mais-valia, conduzindo subseqüentemente a um patamar superior desta, por meio do incremento da produtividade do trabalho e do excedente extraído, contra os quais ao trabalhador indefeso pouco resta fazer (GAIGER, 2003, p.5).

> O trabalho doméstico, integrado na Idade Média ao regime dominial da economia agrícola e artesanal, mudou radicalmente de sentido com o aparecimento do empresário burguês, cuja finalidade de ganhos crescentes, nas relações com os trabalhadores que aos poucos foi subordinando, redundou na proletarização destes e na sua destituição progressiva do domínio objetivo e subjetivo de seu próprio trabalho. A introdução dessa nova lógica teve variantes regressivas, como o sweating-system, empregado em cidades como Nova Iorque e Londres, ainda em meados do séc. XIX (Fohlen, 1974, p.47). Mais tarde, a evolução do maquinismo culmina com o regime fordista e taylorista, estabelecendo-se o limiar para a plena exploração do trabalho assalariado, sob forma de mais-valia relativa[43].

As estratégias adotadas pelo atual capitalismo avançado, de segmentação do processo produtivo, emprego de operários polivalentes e adoção de contratos de trabalho precários, nada mais são do que variações jurídico-formais da relação assalariada, com fim na continuidade da acumulação.

Gaiger (2003) coloca que, a chamada economia camponesa é um caso ilustrativo das formas sociais de produção capazes de adaptarem-se a modos de produção das quais são atípicas. Seu traço peculiar, comum às suas diversas aparições históricas, é o fato de as relações de produção repousarem na unidade familiar (nuclear ou estendida) e na posse parcelar da terra. A família define a existência e a racionalidade do campesinato, rege sua organização interna e suas interações com o meio circundante. O cálculo econômico, a aprendizagem ocupacional, os laços de parentesco, os princípios de respeito e obediência, as regras de sucessão, eis alguns sinais impressos pela dinâmica familiar sobre o cotidiano camponês.

> O fato de que esse cotidiano transcende a materialidade econômica e compreende a vida social e cultural, inflexionada a partir da matriz familiar, nos previne contra uma interpretação economicista da teoria de Marx, pois se trata de compreender, a partir da lógica social

[43] Gaiger, 2003, p.5.

> que preside a organização da vida material, as diferentes formas da existência humana[44].

O campesinato reproduz-se a si mesmo, mas não à sociedade inteira. Além disso, os sistemas externos de exploração do excedente, com os quais se relaciona, são via de regra mais significativos do que os mecanismos próprios ao seu modo de vida. Não é possível compreender o funcionamento das unidades de produção camponesa sem o seu contexto societário. Nessas totalidades históricas, eles aparecem com as suas singularidades, por vezes inerradicáveis, ao mesmo tempo em que adquirem feições introjetadas desde a estrutura social mais ampla. *Eles transitam entre modos de produção; para isso adaptam-se, acomodam-se e, também, rebelam-se.*

Para Gaiger (2003) o fenômeno da Economia Solidária guarda semelhanças com a economia camponesa porque primeiramente, as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas da forma assalariada. O Autor ressalta que, muito embora, também aqui, os formatos jurídicos e os graus de inovação no conteúdo das relações sejam variáveis e sujeitos à reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Assim, as práticas de autogestão:

a) funcionam com base na propriedade social dos meios de produção, vedando a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular;

b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos;

c) a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido.

Em suma, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção.

Para Gaiger (2003), a economia solidária mostra-se capaz de converter-se no elemento básico de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extra-econômicos, como demonstram algumas pesquisas empíricas, que apontam a cooperação na gestão e no trabalho ao invés de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos

---

[44] Idem ao 43.

tangíveis e vantagens reais, comparativamente ao trabalho individual e à cooperação, entre os assalariados, induzida pela empresa capitalista.

Com relação ao nosso objeto de estudo, mais precisamente as cooperativas de catadores, vemos que estes empreendimentos conferem sim uma racionalidade ao mercado de reciclagem, e mais, realizando um trabalho que poucos se propõem a realizar, as cooperativas propiciam à cadeia de produção a eficiência no retorno da matéria-prima as indústrias que reciclam. É claro que as vantagens para os cooperados são inúmeras, mas que esses empreendimentos tornam muito mais eficientes o processo de retorno da matéria-prima dissolvida no mercado para o ciclo de produção é um fato indiscutível.

O que é eficiência em empreendimentos solidários? Para Gaiger (2003, p. 6):

> O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais.

Tal eficiência distingue-se da racionalidade capitalista, não solidária e tampouco inclusiva, e da solidariedade capitalista, desprovida de instrumentos adequados a um desempenho sócio-econômico que não seja circunscrito e marginal.

A densidade do vínculo solidário certamente é variável, por vezes restringindo-se a meros dispositivos funcionais para economias de base individual ou familiar, por vezes alcançando a socialização plena dos meios de produção e sobrepondo, aos interesses de cada um, a sorte de um empreendimento associativo plenamente autogestionário. O êxito desse último, quando se verifica, decorre decisivamente dos efeitos positivos do seu caráter cooperativo (Gaiger, 2003). Ademais, o trabalho exerce um papel nitidamente central, por ser fator preponderante, senão exclusivo, em favor do empreendimento. Nessa condição, determina uma racionalidade em que a proteção àqueles que detêm a capacidade de trabalho torna-se vital. Ao propiciar uma experiência efetiva de dignidade e eqüidade, o labor produtivo é enriquecido do ponto de vista cognitivo e humano. O maior interesse e motivação dos associados, o emprego, mutuamente acordado, da maior capacidade de trabalho disponível, a divisão dos benefícios segundo o aporte em trabalho, são fatos relacionados com a cooperação, no sentido de favorecer um maior rendimento do trabalho associado.

À medida que essas características acentuam-se, provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza.

> Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se não suficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. (GAIGER, 2003, p. 7)

Assim, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada.

A crítica marxista do capitalismo está centrada na análise das relações de produção. Por conseguinte, a defesa de uma alternativa econômica deve sustentar-se em evidências de que, no modelo alternativo proposto, tais relações adquirem outro caráter e possuem chances reais de vigência histórica, ou seja, refletem interesses subjetivos dos trabalhadores e respondem a condições objetivas de viabilidade e perduração. A exigência não se deve, então, a um gosto ou viés economicista, mas a uma necessidade metodológica prioritária (GORENDER, 1978 p. 25 APUD GAIGER, 2003, p. 7).

Portanto, o resultado desse tratamento leva a entender **os empreendimentos solidários como expressão de uma forma social de produção específica**, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista (GAIGER, 2003, p. 7). No dias atuais, as inovações principais que a nova forma traz e mostra-se capaz de reproduzir concentram-se no âmbito das relações internas, dos vínculos mútuos que definem o processo social imediato de trabalho e de produção dos empreendimentos solidários. A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento.

Iniciativas de grande interesse estão aparecendo, como as redes e clubes de troca, as cooperativas de crédito e outras, alternativamente à lógica mercantil do dinheiro e das trocas em geral, porém de modo ainda experimental, suplementar e subsidiário em muitos casos. Singer, ao defender a profundidade da mudança contida na economia solidária, considerando a necessidade do aprendizado de um novo modelo econômico pelos trabalhadores, a melhora significativa nas condições de vida, advinda do trabalho numa empresa autogestionária, e o fortalecimento que tais fatos representam para a luta geral dos trabalhadores contra a exploração capitalista, em verdade dimensionam a transformação social a longo prazo, o que retira de perspectiva, por um outro caminho, entender a alternativa solidária, em si mesma, como a posta em marcha de um novo modo de produção, no sentido abrangente e profundo que o termo contém (GAIGER, 2003, p. 7).

O exemplo das cooperativas de catadores pode ser comparado aos coletivos de produção que se multiplicam nos assentamentos rurais. Como demonstra Gaiger (2003) a socialização da terra e do trabalho, quando em graus avançados, rompe com a lógica e a tradição da pequena produção familiar e introduz vínculos de outra natureza entre os "trabalhadores rurais". Modifica-se, portanto, a forma social de produção. Contudo, na grande maioria dos casos, a base técnica, derivada do estado das forças produtivas, permanece intocada ou superficialmente alterada, ao menos por um certo tempo; o modo material de produção não difere daquele empregado antes pela economia familiar, sobretudo quando essa já incorporara uma parcela razoável das inovações tecnológicas promovidas pelo capitalismo. Do mesmo modo, é com os agentes deste que os assentados transacionam, é diante de suas instituições que devem reafirmar os seus interesses. *Da porteira para fora, dizem eles, o que conta é a lei dos capitalistas.* Bem como, ao passar dos limites das cooperativas de catadores, as relações externas que se estabelecem são capitalistas, pois são às industriais ou à intermediários maiores, que se destinam o seu objeto de trabalho, a mercadoria material reciclável.

Empresas autogestionárias presas a cadeias produtivas ou a contratos de terceirização, possuem um déficit de autonomia e atestam o caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário diante do predomínio do capital, seja na esfera da circulação e distribuição, seja na renovação contínua das forças produtivas (GAIGER, 2003).

Como empreendimentos de economia solidária se mantêm frente à racionalização dos processos de produção e, consequentemente, do processo de racionalização do espaço? E, como pergunta Gaiger (2003, p.8) como assimilar a base técnica da economia moderna, especialmente naqueles setores de maior densidade tecnológica e complexidade organizacional, sem fazer "compra casada" com o conteúdo social, introduzido pela lógica produtiva capitalista nos respectivos processos de trabalho?

Para Gaiger (2003) a resposta está em Marx, ao dizer que é no seio da velha sociedade que se geram as novas condições materiais de existência. Não é necessário que a mesma esteja exaurida para dar curso à dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. Pode ocorrer, ainda, que formas essencialmente não capitalistas sejam representadas como se o fossem, pelo efeito de dominação ideológica do modo de produção dominante. Donde resta a questão de descobrir as possibilidades, latentes ou encobertas, para que esses novos agenciamentos do processo de trabalho e dos fatores produtivos, inseminados por novas relações entre os trabalhadores, encontrem caminhos propulsores, rumo a uma função ativa nos próximos ciclos históricos.

- ***As cooperativas de catadores de materiais recicláveis são emancipatórias?***

O cooperativismo, como parte da Economia Solidária, é um sistema que apesar de inserido no capitalismo, é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores. O crescimento deste tipo de empreendimento, especialmente os geridos por catadores de materiais recicláveis, tem sido significativo e chamado a atenção de estudiosos e poder público municipal, estadual e federal.

É através de um processo de grandes transformações impulsionadas por novas demandas da sociedade e pela transformação acelerada da economia mundial no curso de políticas neoliberais que o Brasil entra no século XXI. Tais mudanças são desafiadoras, pois ainda não se conhece inteiramente os seus efeitos sobre as relações sociais e econômicas e, mais ainda, em economias como a brasileira, onde o desafio é maior, pois ao mesmo tempo em que esta acompanha e sofre os reflexos das tendências mundiais, é necessário eliminar distorções acumuladas no passado e consolidar a estabilidade econômica (CULTI, 2003).

O resultado visível do mercado de trabalho é a significativa taxa de desemprego e subemprego e, além disso, observa-se um importante movimento de precarização nas relações de trabalho, que pouco difere dos sintomas existentes nos países mais desenvolvidos, embora aqui amplie significativamente o número dos socialmente excluídos e deteriore ainda mais as condições de vida que já estavam muito distantes das economias centrais, onde a distribuição de riqueza é melhor equacionada.

O trabalho em tempo integral por prazo indeterminado vem sendo substituído pelo trabalho temporário, jornada em tempo parcial (part-time), trabalho a domicílio, aprendizes e estagiários. Também a prática de subcontratação/terceirização tem-se tornado parte integrante desse processo. A taxa de desemprego no Brasil, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-FIBGE, saltou de 4,28% em 1990, mantendo-se próxima a este patamar em 1995 (4,64%), atingindo 7,10% em 2000. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico-DIEESE, estas taxas seriam, respectivamente, 7,20%, 9,00% e 11,00%[45] quando, segundo os dados levantados por Neto (2001, p. 56-63) apud Culti (2003) a "taxa média de desemprego na União Européia(UE) permaneceu praticamente estabilizada em torno de 10% em 1998 (OIT, 1998) e 9,6% em 1999 (Eurostat, La Comissión Européenne, 2000)". A informalização já atinge 50% da população economicamente ativa com tendência a aumentar. A quantidade dos trabalhadores temporários e subcontratados já é maior que o número de empregados das grandes empresas, com jornadas de tempo integral, com salários e condições de trabalho melhores. O desemprego de longa duração (mais de seis meses) no Brasil tem acompanhado a tendência internacional. Os salários, comparados com muitos outros países, são para a grande maioria dos trabalhadores especializados ou não, baixíssimos. Segundo o DIEESE(1996-1997), o custo da mão-de-obra na indústria brasileira (2,68 US$/hora) é cerca de seis a oito vezes mais baixo que nos países mais desenvolvidos (16,40 nos EUA; 19,26 na Áustria; 24,87 na Alemanha), cerca da metade do valor pago na Coréia do Sul (4,93) e em Portugal (4,63), sendo similar ao México (2,41).

Outras medidas de flexibilização foram implementadas no já desregulado mercado de trabalho brasileiro, como a lei em vigor desde 1998 que autoriza as

[45] O DIEESE inclui em suas pesquisas que medem o desemprego, mais duas categorias como desempregados, além do desemprego aberto que é o "oculto por trabalho precário" e o "oculto por desalento".

empresas a manterem até 20% da força de trabalho durante dois anos com encargos sociais bastante reduzidos. Neste mesmo ano de 1998 uma medida provisória criou o "desempregado temporário", onde o trabalhador que seria demitido, passa a receber pela empresa um salário mínimo e, por cinco meses, faz cursos de qualificação com a possibilidade de não ser demitido ao final deste período.

> Portanto, o que temos visto de maneira geral, é o aumento da instabilidade para os trabalhadores, pois as transformações tecnológicas próprias do processo de acumulação de capital, mudam também o significado social do trabalho à medida que imprimem um caráter provisório a muitos postos de trabalho e ocupações no processo produtivo e organizacional e, conseqüentemente, nas posições delas decorrentes, denotando ausência de perspectiva e lugar seguro na sociedade. (CULTI, 2003).

O processo de desenvolvimento globalizado do capitalismo, responsável pelo crescente desemprego e aumento da concentração da renda, desigualdade e exclusão social, é inerente ao modelo de desenvolvimento capitalista, que vem apenas tomando novas formas em períodos históricos diferentes.

O caminho que se mostra parece ser o de não apenas lutar para conservar e fazer crescer o número de empregos. Na condição histórica atual há a necessidade de criar e apoiar oportunidades ou formas de trabalho sociais reinventadas para propiciar trabalho e rendimentos à população deles excluída. Fato que vem despontando nas últimas décadas através da economia solidária.

A abertura de novos horizontes no campo do trabalho e emprego tem sido uma das preocupações das diferentes instâncias governamentais para incluir estes extensos setores da população postos às margens dos mecanismos formais de reprodução da vida. A pobreza é a questão que mais tem desafiado as políticas públicas nos diferentes níveis de governo e ela persiste apesar das inúmeras ações para equacioná-la. Diante do cenário de desemprego crescente aliado a ausência de perspectiva de retorno da empregabilidade e o aumento generalizado da informalidade, as políticas compensatórias, as ações emergenciais podem dar uma solução temporária ou amenizar uma situação, mas não propõem alternativas a longo prazo, de acordo com Christofoletti in: Pintaudi (2002, p. 115)[46]. É preciso ir além, buscar alternativas

[46] Célia Maria Cestaro Christofoletti foi Secretária da Ação Social no município de Rio Claro no período de 1997 a 2004.

possíveis para oferecer melhores condições de vida às populações atingidas pela miséria.

Especialmente nas administrações municipais, a esfera mais próxima da realidade local, a busca por alternativas que incluam a população economicamente ativa, porém excluída, tem sido buscada com maior densidade. Ações governamentais, creditadas na capacidade de organização e resistência da população marginalizada e no seu próprio movimento em busca de alternativas, estão criando bases para uma economia popular solidária com estímulo à constituição de programas de geração de emprego e renda, oferecendo alternativas de ações empreendedoras para a população mais pobre da cidade.

O município de Rio Claro presenciou ações deste tipo, voltadas para trabalhadores que se encontravam fora do mercado de trabalho e que o tempo demonstrava pouca ou nenhuma possibilidade de retorno a este mercado. Várias ações foram implementadas desde 1991, cuja primeira experiência, com a formação de um grupo de mulheres entre 39 e 70 anos, visava à produção de materiais de limpeza. A entidade assistencial oferecia todo o suporte de infra-estrutura técnica e de material. Cabia às mulheres recolher vasilhames, higienizá-los, produzir, embalar e comercializar. O rendimento era partilhado entre as integrantes do grupo. Porém, tal atividade foi encerrada um ano depois por insuficiência de recursos materiais e pessoal técnico para acompanhamento sistemático, conforme Chistofoletti apud Pintaudi (2002, p. 117).

No período de 2000/2001 foi dada forma a propostas de convênios e subvenções, uma condição essencial para subsidiar material e disponibilizar equipes técnicas para intervenção, por meio de convênios estadual e municipal para formação de grupos de produção. Daí surgiram quatro grupos com participação de doze a quatorze membros por grupo e com a disponibilização de um monitor e de duas assistentes sociais.

A intervenção e o envolvimento do poder público local são de suma importância para iniciativas econômicas com participação de setores pobres e com baixa qualificação profissional. A busca de respostas por parte das Administrações Municipais e Estaduais para a questão do desemprego e para o modo de repensar o trabalho tem encontrado nas formas alternativas um caminho baseado em propostas concretas e experiências práticas. Para tanto é necessário que o poder público

proponha legislações e políticas públicas favoráveis à expansão e consolidação de empreendimentos autogestionários. Como afirma a ex-secretária de ação social do município de Rio Claro, em geral, os projetos de economia solidária dependem de um processo bastante longo de incubação. Para se tornarem projetos sustentáveis há necessidade de permanentes políticas de apoio por parte das entidades públicas. O fomento e o assessoramento, com acompanhamento constante a tais iniciativas, é fator determinante para seu sucesso.

A especificidade do lugar é importante para viabilidade de tais projetos, conforme Christofoletti (in: Pintaudi 2002, p. 125):

> Os projetos de economia solidária devem estar inseridos em projetos locais, considerando as especificidades de cada território e considerando sua organização econômica e social e os seus recursos naturais. Partindo dessa premissa, posso sinalizar que a forma mais efetiva de conduzir políticas e projetos é por meio da gestão local e integrada dos recursos.

Parcerias entre Governo Federal, Estadual e Municipal, bem como de instituições da sociedade civil, através de convênios ou pela identificação com a proposta de inclusão e cidadania, têm importante papel.

As cooperativas de catadores são um tipo de empreendimento autogestionário que necessita da colaboração de administrações municipais. Por trabalharem com um tipo de material cuja responsabilidade de manejo é das prefeituras, muitas vezes através de empresas licitadas para tal operação, é necessário um acordo para que parte do que seria recolhido pelos caminhões de lixo, e que possuem alguma reutilização, seja destinado às cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Isto porque, a partir do momento que o munícipe coloca em frente a sua casa o saco de lixo para ser recolhido pelo caminhão de coleta, este material passa a ser de responsabilidade do poder público local e, a apropriação deste material sem o conhecimento da administração municipal é uma violação.

Portanto, o objeto de trabalho das cooperativas de catadores é, em princípio, propriedade do poder público. Esta é uma primeira questão que torna necessário um vínculo entre cooperativa e administração municipal. Também é de interesse local uma melhor destinação dos resíduos urbanos. Assim, para as administrações que se preocupam com tal questão, a formação de cooperativas de catadores é uma das soluções.

É visível em todas as cidades pessoas empurrando carrinhos cheios de material reciclável retirado do lixo comum disposto na rua para a coleta, ou ainda já disposto em aterros e lixões. Tal atividade, além de ser informal, é insalubre e representa um problema de saúde pública. Cabe ao poder público conduzir tal problema para uma solução.

Como já dissemos, os catadores estão entre os mais pobres habitantes da cidade. Separar material reciclável do lixo é tarefa desempenhada por quem não tem mais nenhuma alternativa de sobrevivência. Por isso mesmo é uma atividade desenvolvida por quem tem poucos ou nenhum ano de estudo.

A associação e, mais além, a cooperação, destas pessoas é de iniciativa de instituições sociais ou administrações municipais. Portanto, não é uma iniciativa popular, vinda dos setores excluídos. Ela é para os setores excluídos.

A constituição de associações e cooperativas demanda conhecimento técnico e administrativo, sendo apenas possível com auxílio externo aos catadores. Precisa, portanto, da participação de assistentes sociais, técnicos das prefeituras, bem como de alguma infra-estrutura.

As experiências de autogestão enfrentam muitos obstáculos como atestam Tauille & Debaco (2003, p. 2):

> São inegáveis os problemas decorrentes de trabalhar com os "restos do capitalismo". As empresas de autogestão são formadas por pessoas que não possuem grande patrimônio pessoal e, normalmente, têm um reduzido grau de instrução. Mesmo quando estas empresas têm à disposição equipamentos para trabalhar, estes costumam ser antigos e, muitas vezes, obsoletos. A falta de patrimônio faz com que a empresa nasça com uma estrutura de capital deficiente e que freqüentemente a necessidade de capital de giro seja superior à sua capacidade de financiá-lo. Outro problema está relacionado à falta de instrução formal dos cooperativados e, particularmente, daqueles que ocupam os cargos de direção. Não obstante o conhecimento prático e tácito que estes trabalhadores tenham do processo produtivo em si, a sua carência de conhecimentos técnicos e de experiência em questões mercadológicas, bem como macro-institucionais, agrava as dificuldades naturais para se construir um quadro de administradores com competência adequada àquelas novas (e inovadoras) situações..

Tais obstáculos podem ser superados com ajuda inicial e acompanhamento. Isto nos leva a perguntar onde está o caráter emancipatório de empreendimentos de coleta seletiva no contexto da Economia Solidária. Há que se afirmar os inúmeros

avanços sociais alcançados por aqueles que participam de tais cooperativas ou associações. Como retrata Tauile & Debaco (2003), na experiência brasileira, as empresas autogeridas apresentam graus bastante diversos de eficiência. Mesmo que apenas um grupo restrito possa apresentar desempenho econômico-financeiro excelente, estes empreendimentos têm o mérito de gerar ou preservar postos de trabalho e renda a um custo bastante reduzido. Quanto a eficiência econômica de tais empreendimentos mostra-se que, no caso das cooperativas de catadores no conceito de eficiência tradicional, ou seja, da relação entre insumo e produto, estes empreendimentos são um grande fracasso. O produto resultante do processo de coleta e triagem de materiais é muito inferior aos custos de produção, só sendo viável devido aos importantes subsídios públicos, sob a forma de coleta e entrega dos resíduos nos galpões. No entanto, esta é hoje uma política pública com aprovação praticamente unânime na sociedade. O caso é que, além do plástico, do papel, do vidro e dos metais, estes galpões produzem emprego, renda, qualidade de vida, diminuição do volume de lixo em aterros sanitários, redução no desmatamento, menos lixo nos aterros e lixões, reaproveitamento de recursos que demorariam séculos para serem biodegradados, etc. Os benefícios sociais daí resultantes não são remunerados pelo mecanismo de mercado.

> Se eficiência diz respeito aos efeitos esperados, há que se encontrar então uma forma de incluir nestes efeitos esperados pelas indústrias não apenas mercadorias para a sociedade e lucro para o proprietário, mas também postos de trabalho, qualidade de vida, preservação ambiental e valorização do ser humano. Tais questões não podem ser colocadas como sendo juízos de valor, fora do escopo do estudo das Ciências Econômicas. Deste modo, a discussão sobre o conceito de eficiência econômica envolve um debate que diz respeito não somente à rentabilidade das empresas, mas também aos benefícios sociais por elas gerados, sendo aceitável que o poder público as subsidie, de alguma forma, para que possam competir no mercado. (TAUILE & DEBACO, 2003, p. 5).

Por outro lado, enquanto o discurso acerca dos benefícios da reutilização e reciclagem de materiais ganha importância em todo o mundo aliado ao da inclusão de setores pobres da sociedade no mercado de trabalho, empresas de grande capital têm como objeto de produção e reprodução do capital materiais que chegam as mãos do consumidor através de um mercado e, saem das mãos deste mesmo consumidor através de um outro mercado – o da reciclagem.

Estas mercadorias, nas suas mais variadas formas, são produzidas para um fim de curta duração, ou são revestidos de materiais que são apenas consumidos enquanto a mercadoria circula, para protegê-la.

O lixo transformado em mercadoria – os materiais recicláveis – possibilitou a estruturação de um mercado nos mais diversos níveis e com a participação do capital mundial. Apesar de sua popularização através dos discursos ecológicos ampliados na década de 1970, a reciclagem ou reutilização de objetos é um processo utilizado pela indústria há pelo menos 50 anos. Como já demonstramos em trabalho anterior[47], já existiam comerciantes de materiais recicláveis no município de Rio Claro/SP em 1934. Ou seja, antes mesmo que a reciclagem se tornasse tão difundida nos meio de comunicação e no cotidiano ela já era praticada sob outros moldes em muitos lugares, através da antiga atividade de coleta feita porta a porta pelos catadores de rua e pela presença de depósitos de ferro velho.

A princípio este material recolhido pelos catadores e depósitos de ferro velho passavam por rudimentares processos de transformação, comparados aos de hoje em dia, ou até mesmo eram reutilizados, ou seja, sem mudar suas propriedades físico-químicas. As novas diretrizes econômicas e ambientais da década de 1970 determinam um rearranjo da estrutura já existente deste mercado, bem como um novo discurso e novas denominações. É neste período que surge o vocábulo reciclagem, o qual denomina o processo de retorno de um produto já utilizado ao ciclo de produção. A reciclagem torna-se um imperativo da sociedade contemporânea, que procura racionalizar o consumo e gerenciar seus resíduos.

As grandes empresas de capital mundial investem cada vez mais nos processos de reciclagem, bem como alardeam sua participação em programas "ambientais" com este fim. Vejamos o caso do CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem – uma associação sem fins lucrativos dedicada à promoção da reciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado do lixo. Fundado em 1992, o Cempre é mantido por empresas privadas de diversos setores.

---

[47] Ver Godoy, 2002.

EMPRESAS MANTENEDORAS DO CEMPRE – COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM

Estas empresas, dos mais diversos setores, tem um objetivo comum: promover a reciclagem, retornando ao seu processo produtivo uma matéria-prima abundante nas concentrações urbanas e que são resíduos de seus próprios produtos.

Salientamos as metamorfoses do capital que o torna hegemônico, pois o capitalismo enquanto modo de produção não permanece o mesmo o tempo todo. Essas mutações são possíveis uma vez que o modo de produção é capaz de produzir para sua própria reprodução. A reprodução não pode ser entendida como uma repetição da produção, mas sim como uma produção nova, que toma como base o produto anterior e que, ao refazer-se, transforma-se, produzindo sempre para a sua sobrevivência, em contínua transformação. Nas transformações pelas quais passa o

modo de produção capitalista, alguns de seus elementos são mantidos nos seus caracteres fundamentais, de modo que seja possível identificá-lo pela essência enquanto tal.

Vieira (2003)[48] destaca que dentre estes elementos está a mercadoria, que sofre mutações desde sua forma original, de modo a aparecer não apenas como um bem necessário à satisfação de necessidades, mas também como uma necessidade criada para o consumo.

> A mercadoria tem de ser vista não apenas em sua versão original caracterizada pelo seu valor de uso, mas também naquilo em que se transmutou ao incorporar o lucro no seu valor de troca. Para o consumidor permanece mercadoria, mesmo não sendo o que era antes. (VIEIRA, 2003, p. 4).

Desta forma, a mercadoria enquanto forma já produzida e utilizada retorna ao ciclo do capital como um bem reciclável ou reutilizável. Mais uma vez o modo de produção produz para a sua própria reprodução, ao conceber produtos de curta duração destinados a um contínuo processo de produção-reprodução.

É também o que acontece com as relações sociais de produção, que se reproduzem para, mutadas, permanecerem. (VIEIRA, 2003, p. 4). Embora estejam regidas por valores e princípios não capitalistas – isto é, contrários à separação entre capital e trabalho e à subordinação deste àquele – , as cooperativas, neste caso, são sempre concebidas e operam como unidades produtivas que concorrem no mercado.

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis se constituem em uma importante "alternativa" para o aumento das possibilidades de reprodução da vida. Destacamos o termo alternativa porque, como nos mostra a realidade através deste estudo, os empreendimentos de Economia Solidária não estão desligados das formas de acumulação próprias do capitalismo. Não que as cooperativas sejam empreendimentos que concentrem capital, mas por suas relações com os demais agentes de sua cadeia produtiva ela propicia ganhos elevados às indústrias recicladoras.

---

[48] VIEIRA, S. G. **O centro vive. O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo: sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço.** 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

A exploração da mão-de-obra do catador das ruas pode ser minimizada com a coletivização deste trabalho. A associação ou cooperação dos catadores permite uma humanização da sua rotina diária. A saída dos aterros e lixões, a coleta do material na fonte, um local próprio para a separação do material com o uso de equipamentos de segurança e a certeza de um rendimento no final do mês, por menor que seja, são avanços para quem vivia apenas para a sobrevivência diária.

Os ganhos contabilizados, principalmente para estes setores tão pobres da população, ou até mesmo miseráveis, vão além da inclusão no mundo do consumo, embora este ainda seja bem restrito para estas pessoas. Há uma inclusão no mundo do cidadão. Os catadores da Cooperviva de Rio Claro passaram a fazer parte da vida social da cidade. Eles aprenderam a se comunicar com a população, bem como abrem as portas de sua sede para a visita de quem se interessa em conhecê-la. Os cooperados aprenderam a valorizar seu próprio trabalho e não vê-lo apenas como uma atividade temporária, um intermeio de uma ocupação e outra.

A dialética deste tipo de empreendimento está na sua inclusão social e ao mesmo tempo na sua subordinação ao mercado. Vimos também que, sem o aporte do poder público local, não há condições de fundação e manutenção da cooperativa no tempo e no espaço. Isso se torna emblemático no atual momento no município de Rio Claro com a mudança na administração municipal (no ano de 2005). Um novo processo licitatório da coleta e destinação do lixo no município inclui a coleta seletiva sem considerar o trabalho realizado pela Cooperviva. Abre-se, portanto, à iniciativa privada o trabalho de coleta, triagem e venda de tudo o que pode ser reciclável e reutilizável em Rio Claro, desconsiderando o empreendimento iniciado e gestado pelo governo anterior. Aliás, este é um dos mais sérios problemas das políticas públicas no Brasil: a sua ruptura quando da mudança dos governantes.

Vimos como as relações de trabalho se deterioram ao longo do "desenvolvimento econômico" almejado pela forma de produção capitalista. O alcance de uma maior produtividade, visando à acumulação de riquezas, produz a segregação de massas cada vez maiores de trabalhadores dos processos produtivos. No início o capitalismo necessitava de exércitos de reserva da classe operária cujo papel era pesar de uma maneira permanente sobre os salários e ocasionalmente ser utilizada nos períodos de prosperidade e crescimento econômico. Hoje, como nos mostra Rodríguez (2002, p. 332), o fato de a economia global contemporânea ter atingido níveis de

crescimento sem precedentes ao mesmo tempo em que há um aumento no número de pessoas condenadas a viver nas suas margens leva a pensar que o capitalismo pode viver sem essas pessoas.

Sobretudo, do ponto de vista espacial, a exclusão de grandes setores da população é especialmente visível, já que, a cidade é a materialização das desigualdades sociais na medida em que ela é o produto das relações existentes na nossa sociedade.

Estas pessoas precisam sobreviver. Buscam o rendimento mínimo necessário através das mais diversas atividades que sobram e que ninguém quer, dentre as quais a coleta de materiais recicláveis. Nesse caso, numa sociedade dividida em classes, a produção do espaço é marcada pela divisão entre ricos e pobres. Os ricos consomem e descartam o que não serve mais, os pobres apropriam-se dos restos do consumo dos mais ricos e criam com isto o seu meio de sobrevivência. É no espaço dos ricos que os pobres retiram suas possibilidades de se reproduzir.

Mas, será que realmente essa população foi descartada pelo processo de acumulação global do capital? Podemos responder num primeiro momento que sim, haja vista a situação de precariedade em que vivem tais pessoas, distantes da possibilidade de um consumo mínimo para sua reprodução nos termos postos pela sociedade em que vivem. Mas uma análise mais aprofundada nos mostra que, apesar de não reconhecer, o modo de produção capitalista e mais particularmente o mercado da reciclagem precisa do trabalho realizado pelos catadores de lixo das ruas. Portanto, como nos alerta Martins (2002, p. 20), é inconsistente reduzir a exclusão à pobreza."Isto é pobreza de interpretação". Assim:

> A pobreza nem sempre é exclusão e a pobreza de fato excludente é apenas o pólo visível de um processo cruel de nulificação das pessoas, descartadas porque já não conseguem submeter-se à contínua ressocialização que delas faz apenas objeto de um objeto, *instrumento de um processo social de produção de riqueza que passou a usar as pessoas como se elas fossem apenas matérias-primas da coisa a ser produzida, como se fossem objeto e não mais sujeito*. (MARTINS, 2002 p. 20).

O aparecimento do catador, assim como do bóia-fria ou "clandestino", segundo José Graziano da Silva (apud Martins 2002, p. 157), está diretamente relacionada com a modernização incompleta do processo de produção. Há momentos desse processo que, por motivos técnicos, permanecem desproporcionalmente dependentes do

trabalho humano e de formas atrasadas de utilização da força de trabalho. O uso da força de trabalho fica desproporcionalmente concentrado em momentos específicos do processo de produção. Ao mesmo tempo, o trabalho é intensamente substituído em outros momentos do processo de produção, por máquinas e equipamentos modernos, conhecimento técnico e científico. Enfim, o trabalho é substituído por meios poupadores de trabalho.

Martins (2002, p. 159) fala de uma irracionalidade social que cumpre uma função histórica na racionalidade econômica. Sua hipótese é de que isso seja possível na medida em que a composição orgânica do capital, que tende historicamente a se tornar cada vez mais alta, impõe um limite ao uso das formas contratuais de trabalho.

> Nem todas as atividades econômicas e nem todos os momentos do processo de produção podem ser desempenhados em conformidade com o princípio de que as relações de trabalho devem ser reguladas pelo contrato, pela liberdade e pela igualdade. Isto é, ela carrega consigo um limite social para impor formas contratuais de trabalho. Esse limite muda com o desenvolvimento econômico e impõe, portanto, um limite mínimo de desenvolvimento social e de adaptação da mão-de-obra no nível de composição orgânica do capital. O que nem sempre é possível em setores periféricos da economia ou em regiões subdesenvolvidas secundárias (MARTINS 2002, p. 159).

O trabalho do catador possibilita ao capital a obtenção da força de trabalho de que necessita, mas custando menos do que vale a sua reprodução. Como nos diz Martins (2002), com a redução da participação do capital variável na composição orgânica do capital, essa composição se tornará falsamente alta e estaremos em face de uma composição orgânica baixa do capital em que o capital funciona (e lucra) como se sua composição orgânica fosse realmente alta, como se fosse capital de um momento mais moderno e mais desenvolvido do capitalismo.

Enquanto a produção capitalista não obtiver meios de substituir o trabalho realizado por estes setores mais pobres da economia urbana, a atividade de catador será necessária, mas não valorizada. Medidas que interfiram em tal situação, em favor destes frágeis setores da sociedade, como são os catadores, são de fundamental importância para que o emprego da força de trabalho se dê no âmbito das formas contratuais do uso do trabalho, ainda que sejam na forma de associação e cooperação dos catadores. ***Essas ações representam o erguimento de uma barreira moral, por meio do jurídico, em nome da sociedade, às formas indiscriminadas e nem sempre éticas de***

***reprodução ampliada do capital* (*MARTINS, 2002, p. 162*).** Além do mais, não podemos creditar à estes empreendimentos de Economia Solidária um novo modo de produção.

Reflexões Finais

O estudo da produção e reprodução das relações sociais foi a vertente por nós escolhida para a análise de uma atividade desenvolvida na cidade. São várias as abordagens e tendências teórico metodológicas que possibilitam pensar a cidade e o urbano. Optamos por realizar este pensamento através da produção/reprodução como categoria de análise.

Esta análise foi elaborada por meio de uma Geografia Crítica, considerando os aspectos contraditórios da produção e do uso do espaço. Para o entendimento da reprodução das relações sociais, que se materializam na produção do espaço urbano tivemos como referencial teórico a obra de Henri Lefèbvre.

Procuramos trilhar nessa dissertação um caminho que possibilitasse um novo entendimento das relações sociais estabelecidas por meio de um objeto de troca – o material reciclável. Dessa forma, não queríamos nos restringir apenas aos benefícios da volta de um material inservível para parte da sociedade ao ciclo de produção, propiciando ganhos ambientais. Mesmo porque, como vimos, os ganhos para a produção também são consideráveis economicamente. Mas havia outras contradições a serem mostradas, dentre elas estava o lixo como resto do consumo ou como sua produção dialética; a necessidade, mas a não valorização do trabalho do catador de rua por parte das indústrias recicladoras; a cooperação de catadores como emancipação ou como subordinação ao capital; e por fim, o uso do espaço por uma empresa solidária local, sendo que este espaço é produzido pelas relações sociais de produção, bem como condição de sua reprodução, caracterizada pelo modo de produção capitalista.

Estas contradições não se encontram resolvidas neste trabalho. Ainda há um longo caminho de debates e discussões. Mas o pensamento sobre a cidade e o urbano, sem restringir-se a localismos, a partir de uma teoria que considera o trabalho como mediador entre sociedade e espaço, foi possibilitado pelo estudo de uma atividade que se expande a cada dia nas nossas cidades. Carlos (2004, p. 12)[49] reafirma uma preocupação de que não raro a cidade vem sendo pensada ora como quadro físico, ora como meio ambiente urbano e, em ambos os casos oculta-se o conteúdo da prática socioespacial que lhe dá forma e conteúdo.

[49] CARLOS, A.F.A. Uma leitura sobre a cidade. **Revista Cidades**. Presidente Prudente, v.1, n. 1, p. 11-30, janeiro 2004.

Dessa forma, partindo do estudo de uma realidade determinada, orientada pela visão de autores notórios sobre o assunto pudemos constatar que o tema Economia Solidária precisa de uma ampla discussão tanto teórica quanto ideológica. Para autores como Singer (2002) a Economia Solidária é um novo modo de produção. Para Gaiger (2003), os empreendimentos solidários devem ser entendidos como expressão de uma forma social de produção específica. Fica claro então a dialética que envolve o tema. A Economia Solidária, ora tida como um novo modo produção, esta abrigada sob o modo de produção capitalista. Apesar de suas relações internas priorizarem a autogestão, o que se observa é o fundamental papel exercido pelo Estado na fundação e manutenção de tais empreendimentos. Também deve entrar em debate o que Lefèbvre (1973) entende por autogestão. Para o autor ela vai além das empresas, ela implica no fim do Estado.

O desejo inicial também era de que essa pesquisa possibilitasse a avaliação de políticas públicas. Entendemos que as atividades científicas também têm um importante papel de contribuição social, não apenas na necessidade de uma aplicação, de um pragmatismo, mas também na necessidade de uma teorização. A análise do mundo moderno deve considerar uma articulação entre teoria e prática.

Vivemos uma situação de crise estrutural, de dimensão prática e teórica. Boaventura de Sousa Santos, sociólogo português, mostra que novos caminhos devem ser trilhados na busca de um conhecimento prudente para uma vida decente. Em seu livro "A crítica da razão indolente (2002)" o referido autor nos diz que vivemos hoje um período de transição paradigmática. Estamos entre a crise da teoria crítica moderna e a emergência de uma teoria crítica pós-moderna. Esta transição paradigmática tem várias dimensões que evoluem em ritmos desiguais e entre as quais se distingue duas principais: a epistemológica e a societal. A primeira ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma emergente que Santos (2002) designa por um paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. Já a transição societal, que é menos visível, ocorre do paradigma dominante – sociedade patriarcal; produção capitalista; consumismo individualista e mercadorizado; identidades-fortaleza; democracia autoritária; desenvolvimento global desigual e excludente – para um paradigma ou conjunto de paradigmas que por enquanto se desconhecem.

A superação dos problemas enfrentados no presente período pode se dar a partir de uma teoria crítica que possibilite a construção de um novo paradigma. Mas mesmo com tanto a criticar tornou-se intrigante a dificuldade que as ciências sociais

enfrentam para a produção de uma teoria crítica. Para Santos (2002, p.23) basta o desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe para suscitar o impulso de sua teorização e superação.

Os obstáculos colocados pela racionalidade do paradigma da ciência moderna podem ser transpostos a partir da construção de uma nova teoria crítica. Santos (2002, p. 15) afirma que, os paradigmas sócio-culturais nascem, desenvolvem-se e morrem. Por paradigma pode-se considerar as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência (KUHN, 1978 p. 13). Sendo assim, a partir do momento em que um paradigma não é mais capaz de fornecer e resolver novas questões entra-se na chamada crise, quando as bases do próximo paradigma são gestadas. Isto é bem demonstrado por Santos (2002) ao dizer que as sociedades contemporâneas e o sistema mundial em geral estão passando por processos de transformação social muito rápidos e muito profundos que põem definitivamente em causa as teorias e os conceitos, os modelos e as soluções anteriormente considerados eficazes para diagnosticar e resolver as crises sociais. Estamos assim num período de transição paradigmática.

O modelo de racionalidade científica posto em prática pelo paradigma da modernidade não foi capaz de cumprir todas as suas grandes promessas, e, quando o fez, seus resultados foram perversos. Santos (2002, p. 24) lista alguns pontos importantes a este respeito. Vejamos alguns exemplos:

Promessa de igualdade – assentada na criação da riqueza tornada possível pela conversão da ciência em força produtiva, conduziu à expoliação do chamado terceiro mundo e a um abismo cada vez maior entre o norte e o sul. Os países capitalistas avançados com 21% da população mundial controlam 78% da produção mundial de bens e serviços e consomem 75% de toda a energia produzida. Os trabalhadores do terceiro mundo do setor têxtil ou da eletrônica ganham 20 vezes menos que os trabalhadores da Europa e da América do Norte na realização das mesmas tarefas e com a mesma produtividade.

Promessa de liberdade – as violações dos direitos humanos em países vivendo formalmente em paz e democraticamente assumem proporções avassaladoras.

Promessa de paz perpétua – baseada no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições, levou ao desenvolvimento tecnológico da guerra e ao aumento sem precedentes de seu poder destrutivo. Enquanto no século

XVIII morreram 4,4 milhões de pessoas em 68 guerras, no século XX, do qual acabamos de sair, morreram 99 milhões de pessoas em 237 guerras.

Promessa de dominação da natureza – foi cumprida de modo perverso sob a forma de destruição da natureza. Seu uso para benefício comum da humanidade conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da conseqüente conversão do corpo humano em mercadoria última.

Estes são os resultados de um paradigma sócio-cultural assentado num modelo de racionalidade que colocou a ciência a serviço das formas de acumulação do capital. Porém, tal paradigma surgiu antes que o capitalismo se tornasse o modo de produção predominante. Para Santos (2002, p. 49) a modernidade ocidental e o capitalismo são dois processos históricos diferentes e autônomos. O paradigma sócio-cultural surgiu entre o século XVI e o final do século XVII, antes do capitalismo industrial tornar-se dominante. Os dois processos convergem no século XIX, mas, apesar disto, as condições e a dinâmica do desenvolvimento mantiveram-se separadas e relativamente autônomas. O referido autor argumenta ainda que:

> O paradigma sócio-cultural da modernidade, constituído antes de o capitalismo se ter convertido no modo de produção industrial dominante, desaparecerá provavelmente antes de o capitalismo perder a sua posição dominante. Esse desaparecimento é um fenômeno complexo, já que é simultaneamente um processo de superação e um processo de obsolescência. É superação na medida em que a modernidade cumpriu algumas das suas promessas, nalguns casos até em excesso. É obsolescência na medida em que a modernidade já não consegue cumprir outras de suas promessas. (SANTOS, 2002, p. 49)

Dessa forma o presente período de crise se explica tanto pelo excesso quanto pelo déficit de cumprimento de promessas históricas, mas que a um nível mais profundo se caracteriza pelo período de transição paradigmática para Santos (2002).

Esses problemas são causas suficientes para indignação, o inconformismo e o desconforto. E são estes mesmo sentimentos que nos levaram à formulação da presente dissertação. As condições de trabalho e a situação de pobreza verificada entre os catadores das ruas levou-nos a questionar "a natureza e a qualidade moral de nossa sociedade e a buscarmos alternativas teoricamente fundadas nas respostas que dermos a tais interrogações" (SANTOS, 2002 P. 24). Nossa pesquisa foi baseada na busca de um

conhecimento prudente para uma vida decente, inserida num novo contexto de teoria crítica que fosse capaz de dar à ciência uma nova responsabilidade social.

O entendimento do mundo moderno passa pela necessidade de construção de um conhecimento crítico. Na Geografia esta construção não se faz sem dificuldades haja visto que ela se situa nos limites das ciências parcelares, que se apóiam na fragmentação da realidade.

A cidade e o urbano não são objetos de estudo exclusivos da Geografia, eles se situam nos debates da arquitetura, da sociologia e de várias outras ciências. O fenômeno urbano é complexo e sua investigação deve ultrapassar a interdisciplinaridade para reunir os fragmentos capazes de pensá-lo na sua totalidade.

Para a Geografia o desafio é superar as cisões decorrentes do aprofundamento de suas especializações. É a construção de uma metageografia, como nos diz Carlos (2004) a partir de um pensamento crítico da realidade urbana na direção da construção de uma problemática urbana que coloque no centro o homem.

Carlos, em aula do concurso de professor titular da Universidade de São Paulo em 2005, propôs uma análise fundada na prática sócio-espacial que requeira o entendimento do cotidiano como categoria de análise em sua contradição, normatização e organização alienada da vida e o que ela guarda de residual. Ganha neste sentido a noção de apropriação enquanto crítica a existência da propriedade privada do solo urbano. Uma nova inteligibilidade é proposta com a metageografia, não reduzida a um modelo de coerência, fornecendo um ponto de partida para a reflexão enfrentando as limitações da geografia enquanto ciência parcelar introduzindo a geografia enquanto pensamento fragmentar no movimento do processo geral do conhecimento.

Pensar nesta nova inteligibilidade leva ao debate do direito à cidade. Não um direito apenas de infra-estrutura, mas ao direito de usar a cidade em todas as suas possibilidades. É o direito à vida. Nessa perspectiva abre-se caminho para discussão da cidade enquanto discussão da vida do homem. Pensar a produção do espaço urbano é pensar na forma com o homem produz sua existência, é pensar no trabalho como atividade produtora do espaço geográfico.

Bibliografia

BAUDRILLARD, J. **A Sociedade do Consumo.** Lisboa: Elfos editora, 1995.

BERRÍOS, M. R. Consumismo e geração de resíduos sólidos. **Revista Geousp – Espaço e Tempo**, n.6. D6 – FFLCH/USP.

BRASIL. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em : <http://www.ocb.org.br>. Acesso em 04 de fevereiro de 2004.

BRASIL. Decreto não numerado, de 11 de setembro de 2003. Cria o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo. Publicado no DOU de 12 de setembro de 2003, Seção I, p. 12. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/legis/decretos/11092003a_2003.htm>.Acesso 22 de março de 2004.

CARLOS, Ana F. A. **O espaço Urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Uma leitura sobre a cidade. **Revista Cidades**. Presidente Prudente, v.1, n. 1, p. 11-30, janeiro 2004.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. Disponível em:<http://www.cempre.org.br>. Acesso em: diversos acessos.

COOPAMARE. Cooperativa de catadores autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/designsocial/coopamare.htm> Acesso em 20 de janeiro de 2004.

COOPERATIVAS. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/cooperat/index.asp> Acesso em 13 de agosto de 2002.

CULTI, Maria N. **O Cooperativismo Popular no Brasil: Importância e Representatividade.** Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/textos. Acesso em 20 de fevereiro de 2003.

DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A. & SEABRA, O. C. de L. (Org.) **O espaço no fim de século: a nova raridade.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/textos. Acesso em 20 de fevereiro de 2003.

_____. **A economia solidária frente a novos horizontes**. Disponível em:<http://www.ecosol.org.br>. Acesso em 04 de março de 2004.

GODOY, T. M. P. de. **Do Ferro Velho à Reciclagem: a rede de comercialização do lixo no município de Rio Claro/SP.** 2002. 70 f. Monografia (trabalho de formatura). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.

GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos.** Rio de Janeiro: DP&A/FASE, 2003.

HAUG, W. F. **Crítica da Estética da Mercadoria**. Tradução de Erlon José Paschoal. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997.

HOPENHAYN, M. **Repensar el Trabajo**. Historia, profusión y perspectivas de un concepto. Buenos Aires: Grupo editorial Norma S. A. , 2001.

IPT – CEMPRE. Lixo Municipal – Manual de Gerenciamento Integrado. 2. ed. São Paulo, 1998.

LEFÈBVRE, Henri. **A Reprodução das relações de produção.** Tradução de Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973. (Cadernos O Homem e a Sociedade).

_____. Perspectivas de la sociologia rural. In: –. **De lo rural a lo urbano.** 4. ed. Barcelona: Península, 1978. p. 61-76.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

_____.**O direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001 a.

_____. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001 b.

_____.**A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LEITE, T. M. de C. **Análise do Mercado Brasileiro de Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos e Experiências de Coleta Seletiva em Alguns Municípios Paulistas.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefèbvre e o Retorno a Dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **O Poder do Atraso**. Ensaios de Sociologia da História Lenta. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Vol. 1. 10ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital.** Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo:Boitempo Editorial, 2002.

ORTIGOZA, Silvia A. G. **O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista.** 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

PINTAUDI, Silvana M. O lugar do supermercado na cidade capitalista. **Revista Geografia,** Rio Claro, v.9 (17-18), p. 37-54, out. 1984.

_____(Org). **Economia Solidária: Um setor em desenvolvimento**. Prefeitura de Rio Claro, 2002.

_____. Espacio, historia e mundializacion. (Notas para evaluar las posibilidades de gestión local). In.: MEMÓRIA DO VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA UNIDADE TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REDE MERCOCIDADES. **A cidade global, existe no Mercosul? Gestão urbana local em tempo mundial.** Rio Claro: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Relatório Prêmio Balanço Ambiental Rio Claro:** Gazeta Mercantil Interior de SP. Rio Claro, 2001. Disponível em:<http://www.rioclaro.sp.gov.br>. Acesso em 20 de agosto de 2002.

REINVENÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL. Disponível em:<http://www.ces.fe.uc.pt>. Acesso em 12 de agosto de 2002.

RODRIGUES, Arlete M. **Produção e Consumo no Espaço.** Problemática Ambiental Urbana. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

RODRIGUES, Arlete M. Produção do espaço e ambiente urbano. In: SPÓSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e Cidade: Perspectivas Geográficas.** GAsPERR: Presidente Prudente, 2001.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. de S. (org.) **Produzir para Viver.** Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, B. de S. **A Crítica da Razão Indolente.** Contra o desperdício da experiência. Vol. 1. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVEIRA, M. Solução ou Problema. **Revista Você S/A**, São Paulo, edição 62, p. 22-27, ago. 2003.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**. Diagnóstico e alternativas. 3ª.ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SLOTERDIJK, Peter. **No Mesmo Barco: ensaio sobre a hiperpolítica.** São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

TAUILI, J. R. & DEBACCO, E. S. **Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores.** Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/textos. Acesso em 20 de fevereiro de 2003.

VIEIRA, S. G. **O centro vive. O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo: sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço.** 2003. Tese (Doutorado em

Geografia). Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.